

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A CONCEITUAÇÃO DE TERMOS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DE
ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E NÃO-GOVERNAMENTAIS**

ISABEL CRISTINA GUEDES VIANNA

Porto Alegre

2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A CONCEITUAÇÃO DE TERMOS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DE
ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E NÃO-GOVERNAMENTAIS**

ISABEL CRISTINA GUEDES VIANNA

Orientador: Prof. Dr. Luis Alberto Basso

Banca Examinadora:

Isabel Cristina Moura Carvalho

Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto

Nelson Rego

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências-UFRGS, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Porto Alegre

2003

Vianna, Isabel Cristina Guedes

A conceituação de termos ambientais na perspectiva de entidades públicas, privadas e não-governamentais./ Isabel Cristina Guedes Vianna - Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2009.

[153 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2008.

Orientação: Prof. Dr. Luis Alberto Basso

1. Geografia. 2. Conceitos Ambientais. 3. Questão Ambiental. 4. Realidade Ambiental. I. Título.

Catálogo na Publicação

Biblioteca Geociências - UFRGS

Miriam Alves CRB10- Prov./3108

Dedico à memória de meu pai.

Agradecimentos

Ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos entrevistados das entidades que participaram desse trabalho, ao Professor Luís Alberto Basso, a Frederico R. R. Sommer e aos amigos que me ajudaram durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

RESUMO

A preocupação com a questão ambiental vem, nas últimas décadas, ganhando cada vez mais espaço para discussão, deixando de pertencer apenas a uma ou outra área do conhecimento formal para invadir todas as instâncias sociais e do saber, mesmo aquele saber que não goza de um estatuto científico, como acontece com a chamada “Ciência ambiental”. Dessa forma, os conceitos ambientais fazem parte de um universo muito amplo de indivíduos, que representam os mais variados grupos e interesses, fato que por si só já caracteriza importância dessa questão. A presente dissertação trata dos principais conceitos ambientais utilizados em instituições pública, privada e não-governamental buscando estabelecer as possíveis semelhanças e/ou divergências conceituais existentes no emprego dos mesmos por essas entidades e a relação com o desenvolvimento de seu trabalho. Para tanto, foram entrevistados agentes que pertencessem e representassem essas três classes operacionais. A pesquisa foi realizada em dois momentos que corresponderam à aplicação de um questionário previamente elaborado e aplicado aos agentes entrevistados por meio de entrevista e a construção de uma tabela de classificação dos resultados, respectivamente. Percebeu-se a fragmentação da realidade das relações humanas em realidade ambiental e realidade social; exclusão de abordagens e a imprecisão ou abrangência de termos conceituais.

Palavras-chave: conceitos ambientais – questão ambiental – realidade ambiental

ABSTRACT

The concern with the environmental issue has achieved, in the past decades, a larger space for discussion, broadening its range from a few areas of formal knowledge into other social and knowledge fields, including knowledge fields deprived of scientific status, as occurs with the so-called “environment science”. Thus, the environmental concepts take part in a quite broad universe of individuals, who represent a wide range of groups and interests, a fact that, per se, characterizes the importance of this issue. The present dissertation addresses the main environmental concepts used in public, private and non-governmental institutions, attempting to establish potential conceptual similarities and/or divergences existent in the employment of the same by these organizations and the relationship with the development of their work. With this purpose, agents that belong and represent these three operational classes were interviewed. The study was carried out at two moments that corresponded to the application of a previously elaborated questionnaire applied to the interviewees and the development of a table for classification of results, respectively. A fragmentation of the reality of human relations into environmental reality and social reality, exclusion of approaches, and the inaccuracy or range of conceptual terms were observed.

Keywords: environmental concepts – environmental issue – environmental reality

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS.....	9
INTRODUÇÃO	10
1 A QUESTÃO AMBIENTAL NO FINAL DO SÉCULO XX.....	15
1.1 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO RIO GRANDE DO SUL	33
1.2 PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO AMBIENTAL	37
2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA QUESTÃO AMBIENTAL	43
2.1 OS CONCEITOS AMBIENTAIS QUE RESULTAM DE AÇÕES.....	45
2.2 OS CONCEITOS AMBIENTAIS QUE IMPLICAM AÇÃO	48
2.3 OS CONCEITOS AMBIENTAIS NA VISÃO DE FÉLIX GUATTARI.....	50
3 O TERCEIRO SETOR, O PÚBLICO E O PRIVADO	56
3.1 O CONCEITO DE DIREITO E AS PESSOAS JURÍDICAS.....	56
3.2 AS ENTIDADES PESQUISADAS.....	59
3.2.1 A entidade pública: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	59
3.2.2 Entidade privada: Biolaw Consultoria Ambiental Ltda.	62

3.2.3	O terceiro setor - as organizações não-governamentais: A ONG Amigos da Terra.....	64
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	74
4.1	AGENTES ENTREVISTADOS	75
4.2	CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	76
4.2.1	Entrevista	77
4.3	OS NÍVEIS DE INFORMAÇÕES DA ENTREVISTA	78
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
5.1	A ENTIDADE PÚBLICA: O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)	92
5.2	ENTIDADE PRIVADA: BIOLAW CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.....	95
5.3	TERCEIRO SETOR: ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL AMIGOS DA TERRA.....	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICES	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dados de identificação do representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	93
Figura 2 – Dados de identificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	93
Figura 3 – Caracterização conceitual emitida pelo representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.....	94
Continuação da Figura 4 – Caracterização conceitual emitida pelo representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2º nível de informação)	95
Figura 5 – Dados de identificação do representante da Biolaw Consultoria Ltda.	95
Figura 6 – Dados de identificação da Biolaw Consultoria Ltda.....	95
Figura 7 – Caracterização conceitual da Biolaw Consultoria Ltda.	97
Figura 8 – Dados de identificação do representante da Organização Não-Governamental Amigos da Terra	99
Figura 9 – Dados de identificação da Organização Não-Governamental Amigos da Terra	99
Figura 10 – Caracterização conceitual da Organização Não-Governamental Amigos da Terra.....	100

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu a partir do desempenho da atividade profissional da autora como professora de um curso preparatório para o ingresso de alunos em instituições de Ensino Superior, podendo ser dividida em dois eixos de análise e a possível ou não conexão entre eles.

O primeiro eixo refere-se ao vocabulário empregado pela ciência geográfica. Tentando responder às perguntas e dúvidas dos alunos, inúmeras vezes, depara-se, o professor, com indefinições de ordem conceitual que dificultavam a compreensão e o perfeito esclarecimento do problema que é colocado.

O segundo eixo especifica a área do conhecimento geográfico abrangida por essas inquietações conceituais: o ambiente (nesse momento empregado sem absolutamente nenhuma pretensão conceitual). Este tema, o ambiente, surgiu pela importância que ocupa nas relações internacionais, no consumo de produtos ecologicamente corretos, nos certificados fornecidos pela *International Standardization Organization* (ISO) de qualidade e, principalmente, na preocupação crescente de governos, cidadãos comuns, empresas, partidos

políticos, etc. na utilização, correta ou não, do mesmo. Tanto isso é verdade, que a questão ambiental passou a fazer parte da Constituição Federal, ganhando o ambiente *status* de “ente”.

Entretanto, tentando estabelecer um conceito padrão, foram procuradas bibliografias sobre tal assunto em diferentes áreas do conhecimento e percebeu-se que o conceito de ambiente não é único; é ambíguo, pode possuir interpretações variadas, dependendo de quem o emprega e com que finalidade o emprega. Ora, se esse conceito apresenta variâncias, outros conceitos pertinentes à questão ambiental e os conceitos dele derivados também apresentarão.

A noção de ambiente é multicêntrica, não pertence a um campo específico do conhecimento e também não tem estrutura própria; muda de objeto de acordo com a abordagem disciplinar. Assim, os conceitos relativos a esse tema, elaborados e trabalhados pelos ramos específicos do conhecimento, traduzem e refletem os paradigmas adotados por cada um deles, sendo que estabelecer parâmetros comuns a todas as abordagens é tarefa das mais árduas.

A existência de uma linguagem e uma prática comum a todos os segmentos sociais envolvidos com a problemática ambiental é necessária visto que cada um desses segmentos se apropria de uma noção ambiental, vinculada ao seu modo de vida e representativa de seus interesses.

Como o tema é extremamente amplo e empregado por diversos ramos de atividade e diferentes áreas do conhecimento, fez-se necessário, fundamentalmente em função do tempo previsto para o desenvolvimento de tal tipo de pesquisa, reduzir o conjunto de conceitos a serem pesquisados, bem como a área em que seria desenvolvida a pesquisa e os setores que trabalham com tais conceitos.

Assim, foram selecionados os conceitos mais utilizados na linguagem acadêmica, informal e também aqueles veiculados pela mídia. A etapa seguinte seria a delimitação da área de realização da pesquisa. Escolheu-se o Estado do Rio Grande do Sul, pois seria impossível estender para todo o Brasil a coleta, o conhecimento e a análise de dados de uma pesquisa dessa envergadura, considerando o tempo necessário ao seu pleno desenvolvimento. Por último, precisava-se selecionar órgãos que representassem segmentos envolvidos com a temática ambiental. Os projetos e programas vinculados à questão ambiental são elaborados, desenvolvidos, implementados e avaliados por indivíduos que pertencem a diferentes instituições, cada uma delas com sistema de cultura e valores específicos (ROCHE, 2000). Estes veículos de representações sociais, personificam atores capazes de determinadas intervenções socioeconômicas e culturais características de seu universo representado. Desta forma, entidades públicas, privadas e não governamentais responderiam de maneira apropriada a essa preocupação.

Acrescente-se a isso, a existência de uma rivalidade, ou melhor dizendo, de uma oposição entre defesa do ambiente e crescimento econômico, que são vistos, ainda, como “excludentes e inconciliáveis” (MILARÉ, 1995).

Principalmente a partir dos anos 70, as questões associadas à problemática ambiental, antes restritas aos meios acadêmicos e grupos minoritários, popularizaram-se e passaram a ser discutidas por todos os segmentos sociais.

Em todas as escalas, da local à planetária, é possível diagnosticar desequilíbrios nos ciclos vitais do planeta, decorrentes da atividade humana. Essa atividade humana, irradiada a partir de dois pólos – o das relações da sociedade com a sociedade e da sociedade com o ambiente – produz um modelo de desenvolvimento econômico que gera desigualdades nessas relações. A

primeira, promovendo a riqueza de alguns e a pobreza da imensa maioria da população, enquanto que a segunda promove os desequilíbrios ambientais.

Objetivos

Objetivo geral

Abordar a prática da questão ambiental pelas instituições públicas, privadas e não-governamentais (ONGs), sob a ótica dos conceitos relativos à temática ambiental por elas empregados.

Objetivos específicos

- Analisar o contexto histórico em que se desenvolveram e se organizaram as entidades, os movimentos de defesa ambiental e determinadas empresas preocupadas com questões ambientais no Rio Grande do Sul.

- Verificar se os conceitos abaixo relacionados fazem parte do cotidiano dessas instituições, quais os seus significados e se há alguma preocupação com o emprego dos mesmos na elaboração e desenvolvimento dos projetos e/ou trabalhos das entidades. Caso inexista tal preocupação, qual o referencial teórico (conceitos) que norteia as atividades das instituições.
 - meio ambiente

 - natureza

 - recurso natural

- conservação ambiental
 - preservação ambiental
 - degradação ambiental
 - poluição
 - monitoramento ambiental
 - gerenciamento e/ou gestão ambiental
 - qualidade ambiental
- Avaliar o uso e a adequação dos conceitos utilizados por essas instituições com a prática por elas desenvolvidas.
- Abordar as contribuições que as práticas das atividades desenvolvidas pelas instituições em questão trazem em qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção.

1 A QUESTÃO AMBIENTAL NO FINAL DO SÉCULO XX

O elemento que introduz uma nova forma de produção e, conseqüentemente, uma nova forma de pensar e agir é o advento da fábrica. A partir do seu surgimento, que obrigatoriamente implica em organização da produção, do ritmo de trabalho e da disciplina dos trabalhadores, assiste-se a uma organização mental e material do mundo, tanto no nível do individualismo como também da coletividade. Todas as formas de representação subjetiva com a exterioridade serão alteradas, no sentido de promover o suporte do novo sistema de produção que se impõe, criando e ampliando as necessidades humanas.

Alphandéry, Dupont e Bitoun (1991) argumentam que este novo modelo de produção conduz os indivíduos à satisfação de suas necessidades por meio da identificação com bens de consumo não escolhidos de maneira consciente e livre, mas sim instituídos, gerados com base na lógica de acumulação do capital. A cadeia de alimentação desse sistema pressupõe a existência de, pelo menos, dois elementos – chave na organização da produção: recursos naturais e consumo, que apresentam uma relação de interdependência, que, por sua vez, possibilitam a ocorrência do capital, já que este, sem recursos naturais, não poderia produzir,

portanto, não teria como resultado o consumo para promover nova acumulação; e o consumo, por sua vez, não desencadearia a produção e nem a acumulação.

É neste cenário social e culturalmente instituído pela produção de mercadorias que surge, entre outros movimentos, o ecológico.

Para Gonçalves (1989, p.10):

... O movimento operário constituía o eixo em torno do qual se fazia a crítica teórica e prática da ordem instituída e o capitalismo aparecia como a causa de todos os males com que os homens se defrontavam. Toda uma cultura, cujas matrizes estão localizadas no século XIX, havia se desenvolvido no interior do movimento operário. No século XX, em alguns países do mundo, ocorrem revoluções que se proclamam socialistas e que vão tentar por em prática outros princípios de organização social. Ao mesmo tempo, no interior dos países capitalistas mais desenvolvidos, os trabalhadores conquistam uma série de direitos cujo atendimento, acreditava-se, seria impossível nos marcos daquela sociedade: jornadas de trabalho de oito horas, semana de cinco dias, férias remuneradas de trinta dias, salário-desemprego, aposentadoria, assistência médica gratuita e educação pública, entre outros. O movimento operário começa, de certa forma, a se institucionalizar porque coube ao Estado gerir e administrar essas conquistas no interior dos países capitalistas, enquanto que nos Estados que se reivindicam como socialistas os próprios trabalhadores vão perdendo, pouco a pouco, o controle das instituições criadas no período revolucionário, em virtude da crescente centralização e burocratização. É nesse contexto, na década de 1960, que começam a emergir com feições autônomas uma série de movimentos, tais como os movimentos das mulheres, dos negros, os movimentos ecológicos, etc.

Cada um desses movimentos é movido por razões que, embora específicas e particulares, unem-se não só na crítica ao modelo produtivo, mas, principalmente, na busca de um novo modo de vida. A engrenagem desse sistema acaba por gerar e organizar iniciativas coletivas de indivíduos expostos à exclusão desse mesmo sistema e de antagonismos dentro do conjunto de iniciativas coletivas que defendem suas especificidades.

Vive-se uma crise global que é, ao mesmo tempo ecológica, ambiental e político-social. Ecológica, pois se organiza no esgotamento crescente dos recursos naturais; ambiental, pois assiste-se à redução progressiva da capacidade suporte dos ecossistemas e sua deterioração; político-social, pois não proporciona a distribuição equitativa dos recursos e nem os benefícios deles resultantes.

O aparente equilíbrio humano, forjado na determinação de que o bem-estar social de uma coletividade é diretamente proporcional ao consumo de bens, é originado nas estruturas de consumo (mídia, etc.), que criam necessidades materiais e imateriais, institucionalizam as satisfações das necessidades e se difundiu pelo espaço mundial, padronizando um modo de vida centrado na eficiência produtiva, na industrialização crescente e na expansão constante do capital. Entretanto, as desigualdades nos diferentes níveis da organização humana, conduzem a respostas heterogêneas e acabam promovendo ações coletivas de indivíduos que foram expostos à exclusão desse padrão de vida institucionalizado e da satisfação de suas necessidades, sejam elas materiais ou imateriais ou ambas. Do mesmo modo, este aparente equilíbrio humano desencadeou um desequilíbrio ambiental, sua deterioração, que não pode ser vista apenas como uma consequência inevitável do progresso humano e sua abordagem na perspectiva dos danos industriais (GUATTARI, 1998); encontrando-se diante de uma desordem global civilizatória.

Altvater (apud BECKER, 1999, p.164) afirma que:

...O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade (...) Desenvolvimento e meio ambiente encontram-se numa relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social...

O processo produtivo mundial necessita dos recursos naturais (matéria-prima e energia) e de locais para a absorção ou deposição de rejeitos sólidos, líquidos ou gasosos. Portanto, faz-se necessário reconhecer que este desequilíbrio ambiental encerra, em seu interior, um verdadeiro caos social.

O movimento ambiental não possui uma unidade, mas sim uma extrema diversidade em função da variedade de questões abordadas, pois ele próprio descobriu, mais tarde, que a questão ambiental não é apenas de caráter científico. É, antes de tudo, uma tentativa de promover uma nova ordem social.

Buscando compreender as origens, o desenvolvimento e os desdobramentos do movimento ambientalista, adota-se, neste estudo, a proposta elaborada por Souza (2000), modificada, na tentativa de organizar o histórico desse movimento, em nível internacional, nacional e local.

Para esse autor, até a metade do século XX, a preocupação com a questão ambiental, mais especificamente com sua preservação, era restrita apenas a uma parcela pequena de pessoas, que sentia de maneira mais significativa, os efeitos crescentes que o modelo de desenvolvimento econômico imprimia sobre o ambiente, pouco se conhecendo acerca das relações existentes entre esse desenvolvimento e a degradação ambiental. Isso não significa que já não houvesse preocupações com a questão ambiental, mas simplesmente que tal temário não gozava de prioridade em nenhum segmento social.

Acrescente-se a isso que até praticamente a metade do século XX, com o advento do fordismo, desenvolvido por Henry Ford em sua fábrica em Michigan (EUA), pelos ganhos por produtividade, promove não só a incorporação da classe trabalhadora à categoria de

consumidora, que antes se restringia apenas às elites e à classe média, como também o aumento da produção e do consumo decorrente da nova condição de consumidores dos trabalhadores. O eixo de discussão do pensar-e-agir encontrava-se dividido entre a sociedade em geral, mergulhada na perspectiva de usufruir desse consumo e os intelectuais e cientistas envolvidos ou com a busca de novas tecnologias para o fortalecimento desse modelo de produção ou com a busca de novas tecnologias militares e de guerra, ou então, com as formulações teóricas a respeito da bipolaridade mundial, representada pela disputa entre capitalismo e socialismo. A questão ambiental não representava, portanto, uma prioridade no repertório das preocupações e discussões deste período.

Nesse contexto internacional, a sociedade em geral tornava-se “presa” fácil desse sistema de poder estabelecido pelos países dominantes do capitalismo mundial, visto que, até praticamente os anos 30, a industrialização brasileira era constituída basicamente de bens de consumo não duráveis, obrigando o país à importação de maquinário destinado ao incremento desta indústria, representando uma dependência tecnológica em relação a estes países. Com a era Vargas (1930-45), assiste-se o impulso à criação de indústrias de base. A partir dos anos 50, a escassez de energia elétrica, a baixa produção de petróleo e a rede de transportes e de comunicações deficientes representarão um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Dessa forma, a questão ambiental não dispunha de um cenário político, econômico e cultural propício à sua discussão e entendimento, mesmo porque o ambiente representava um dos pilares de sustentação do sistema e era visto como uma fonte inesgotável de recursos, possuidor de grandiosa fartura à espera de utilização em prol do progresso e bem-estar da humanidade, não existindo nenhum empecilho à sua utilização. A abordagem ambiental realizava-se mais no plano abstrato, da sensibilidade, assumindo uma conotação ora estética

ora moral, não existindo uma preocupação social a seu respeito. Mesmo assim, muitas idéias surgiram acerca da relação homem-ambiente e, segundo Souza (2000) dois autores se destacaram nas suas teses: George Perkins Marsh e Aldo Leopold. O primeiro alertava sobre a “prudência no uso dos recursos e o balanço entre progresso e qualidade ambiental. Marsh argumentava que a manipulação do ambiente pelo homem poderia resultar em conseqüências indesejáveis, e que imprimir mais força na produção de bens significaria mais força para destruir, mesmo que por acidente ou ignorância”, lançando, para alguns autores, as bases do movimento conservacionista, que segundo Marsh adquiriria uma conotação utilitarista marcada pela intenção implícita de usufruir mais por mais tempo. Desta forma, a questão ambiental não se tornava capaz ainda de produzir um movimento social organizado, possivelmente pela falta de conhecimento a seu respeito e pelo crescente vigor com que se manifestava a produção industrial, não fornecendo ainda indícios da estreita e vital articulação entre o ambiente e o modo de produção capitalista (MARSH apud SOUZA, 2000, p.53).

Já Aldo Leopold centra sua abordagem na fragilidade e complexidade dos ecossistemas e na ignorância a respeito de seu funcionamento. Para ele, o ambiente é a condição primeira de existência e de sobrevivência de todas as formas de vida e seria necessário uma nova ética “que estenda o direito de existência” e, por conseqüência, de um ambiente propício ao desenvolvimento, manutenção e sobrevivência de toda flora e fauna (LEOPOLD apud SOUZA, 2000, p.53). Com esse discurso, Leopold tenta transgredir a visão utilitarista do conservacionismo apregoada por Marsh.

Souza (2000), chama a essa fase do movimento ambiental de seminal, com ênfase na conservação dos recursos e na natureza existencial e estética do meio ambiente, que neste breve histórico, será identificada como a fase do abstrato/conservacionista.

No Brasil, tais idéias encontram representação em dois personagens da sua história: Alberto Torres, político pré-republicano e Alberto Sampaio, botânico, diretor do Museu Nacional. Alberto Torres, nas palavras de Urban (2001, p.32), “pregava a necessidade de preservar as fontes de riqueza ainda virgens e assegurar a conveniente conservação e reparação das que estiverem em exploração”. Mesmo após sua morte, organizou-se a Sociedade Amigos de Alberto Torres, que atuava em vários estados brasileiros. Alberto Sampaio, preocupado com a crescente devastação das florestas brasileiras, fundou, em 1931, a Sociedade dos Amigos da Árvore, que possuía em seu quadro de sócios jornalistas, intelectuais e políticos, garantindo, dessa forma, uma relativa divulgação da entidade. Entretanto, possivelmente devido ao caráter mais científico de organização e discussão dessa entidade, a mesma não conseguiu, de forma efetiva e com resultados, chamar a atenção da opinião pública. Mesmo assim, os estudos realizados por seus membros, contribuíram para a elaboração do Código Florestal brasileiro de 1934, bem como à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, de 1937, que incluiu entre os bens a serem protegidos, os monumentos naturais, sítios e paisagens notáveis, criação de parques, preservação de determinadas espécies, etc.

A partir de 1958, com a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBNC), a idéia de conservação do ambiente ganha impulso e começa de forma lenta e setorizada a se difundir pelo território. Provavelmente, mais do que difundir o movimento conservacionista, coube, à FBNC, o mérito de aproximar e chamar à discussão sobre a questão ambiental, representações sociais até então ausentes desse movimento, introduzindo o debate sobre desenvolvimento econômico e ambiente.

Urban (2001, p.32.) coloca que o que “unia o grupo era a necessidade de apresentar alternativas à proposta de desenvolvimento à qualquer custo, anunciada como a saída para o país”. É importante lembrar que, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), foi estabelecido o “Programa de Metas”, com a maior parte dos recursos orçamentários do país destinados a estimular os setores de energia e transportes e também com forte participação do capital estrangeiro. Datam desta época, as primeiras intenções de se implantar energia termonuclear no Brasil.

Entre os objetivos da FBCN estavam

a criação e estabilização de parques, reservas, monumentos e semelhantes, com especial atenção para espécies raras ou ameaçadas de extinção; cooperação entre os governos e as organizações nacionais estrangeiras e internacionais interessadas na conservação da natureza e dos recursos naturais; estudos e pesquisas concernentes à conservação dos recursos naturais; e a difusão dos conhecimentos conservacionistas (URBAN, 2001, p.32).

A FBCN produziu artigos sobre a questão conservacionista, buscou inserir o Brasil no cenário internacional da problemática ambiental por meio da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e incentivou a formação de muitas entidades que surgiram no início dos anos 70. Os códigos florestal, das águas, da pesca, da mineração e o estatuto da terra coroam essa ênfase conservacionista na medida em que dispõem e regulamentam apenas a utilização dos recursos naturais.

A segunda fase do movimento ambientalista, pode-se dizer que se estende, de maneira aproximada, da metade do século XX até o início dos anos 70. A crescente urbanização, o aumento populacional e a concentração industrial, decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico, determinam uma mudança de ótica na questão ambiental, que passa a adquirir

agora, uma conotação mais concreta, real, presente no dia a dia das populações, interferindo no seu bem-estar e saúde, sendo sentido, por meio da poluição do ar, água, solo, na questão do lixo, etc.,Essa conotação será provocada pela constatação de que o ambiente não é apenas fornecedor de matéria-prima e energia; é, também, área destinada a receber os rejeitos produzidos pelo sistema econômico vigente.

Chamar-se-á a esta fase de concreta, de constatação da degradação ambiental. A noção de ambiente vai se ampliando e incorporando novos princípios que antes se restringiam à sua visão conservacionista; é quando começa a ser elaborada a construção de uma “ecologia social”. Entretanto, para Souza (2000), esta ampliação ainda é de escala local e de escala temporal reduzida, ou seja, “de curto prazo e delimitada localmente”, sem existir uma preocupação com o futuro do planeta, da humanidade e do próprio modelo econômico.

Para Souza (2000, p.55):

... Nesse momento, as políticas ambientais passam a incorporar, aos seus princípios, instrumentos de ação contra as atividades poluidoras e contra a degradação ambiental derivada das atividades produtivas em geral. Neste período intensificam-se as políticas ambientais e o controle dessas sobre as atividades produtivas. O paradigma que orientava a ação dessas políticas, usando a denominação de COLBY (1991), é o da proteção ambiental...

As políticas ambientais têm uma preocupação essencialmente com o meio ambiente no nível local (poluição, espécies animais e vegetais, florestas, paisagens, ambiente natural, etc.). A grande diferenciação, portanto, diz respeito à emergência da percepção sobre as causas e efeitos da poluição no ambiente local, bem como de políticas voltadas à minimização desse problema.

No que diz respeito às atividades produtivas e ao controle da poluição, o sentido das políticas era essencialmente “curativo” e “não-preventivo”, fazendo com que crescimento econômico e proteção ambiental passem a ser vistos como excludentes e inconciliáveis.

Por aqui, cada vez mais se sobressai o trabalho da FBCN, associado ao grupo de conservacionistas que, de alguma forma, nos anos seguintes, desempenhou papel relevante junto ao governo federal, em diferentes atividades, atingindo e chamando ao debate sobre o ambiente, um público cada vez mais amplo, aproximando, inclusive, setores da Marinha Brasileira. É nesse cenário que duas figuras de destaque da Marinha, almirante José Luiz Belart e almirante Ibsen de Gusmão Câmara aderem ao movimento e à FBCN. Não que não existissem outros grupos, mas a FBCN era o grupo de maior atividade e, talvez, de maior influência.

Em 1964, instala-se o governo militar no Brasil. Entre 1968-73 (período conhecido como “milagre econômico”), a economia cresce de forma acelerada sustentada por grandes obras, como Itaipu, ponte Rio-Niterói, rodovia transamazônica, definição do projeto nuclear entre outros. Pode-se referendar que dois eventos importantes assinalam a passagem desta fase aqui: o primeiro refere-se ao protesto solitário contra a poluição, alertando para o futuro do planeta e da humanidade, do artista plástico Miguel Abellá, em setembro de 1973, pelas ruas de São Paulo. Empunhando um cartaz feito de cartolina em uma das mãos e uma placa de eucatex pendurada às costas, dizia:

Eis aqui o meu protesto pacifista e solitário contra a covarde agressão ambiental.

O que eu quero é despertar o povo para a luta contra o fatalismo dos abusos tecnológicos. Não pretendemos desprezar a tecnologia, mas civilizá-la nos seus bárbaros excessos (URBAN, 2001,p.46).

Abellá viria a constituir um dos movimentos mais importantes de protesto na década de 70, chamado Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), que se difundiria por vários Estados Brasileiros, tendo como participantes figuras como Lutzemberger, Burle Marx entre outros. Além disso, o MAPE vai influenciar a fundação de outras entidades ambientalistas.

O segundo evento é a batalha, durante um bom período de tempo, do Almirante Belart, contra o desaparecimento das Sete Quedas com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, já que existia um projeto alternativo capaz de não sacrificar as cataratas e contra o projeto de construção de uma grande represa com o objetivo de refrigerar a usina atômica de Itaorna, dentro do Parque Nacional de Bocaina (URBAN, 2001). Ainda assim, em 1974, é criada e implantada em nível federal a Secretaria Especial do Meio Ambiente, possivelmente como resposta a crescente indignação da população.

A partir dos anos 70 até o início dos anos 80, período que corresponde à terceira fase do movimento ambientalista, o eixo de discussão sobre a relação homem-ambiente será regido pela idéia central de que não é possível o desenvolvimento do modelo econômico de maneira infinita com recursos ambientais finitos, ou seja, a compreensão de que o próprio modelo de desenvolvimento em curso, produziu um fator limitante, capaz de romper o elo da lógica de acumulação: a degradação ambiental. É a fase dos limites ambientais ao desenvolvimento econômico; fase dos grandes eventos de alerta.

Não seria incorreto afirmar que, na medida em que o capitalismo se desenvolve e que aumenta a inserção do Brasil neste modelo de desenvolvimento econômico, cresce a tomada

de consciência no sentido de ocorrer uma substancial mudança de enfoque em relação ao ambiente.

Para Freire (1998, p.13): “Sociedades até então interessadas apenas no seu produto interno bruto, passaram a questionar a validade do crescimento econômico sem a correspondente equivalência em bem-estar da população, como também as atividades poluentes e as consumidoras de produtos ambientais”.

Assim, a percepção sobre a questão ambiental adquire uma dimensão global, ultrapassando o caráter do “pensar e agir localmente”, visto que o ambiente é único, indivisível, a degradação ambiental que ocorre em um lugar, pode ter conseqüências e reflexos em outro ou outros, torna-se imperativo uma tomada de ação que englobe todos os continentes, no sentido de se estabelecer um rumo comum a todos sobre a questão ambiental.

É uma fase marcada por vários eventos internacionais e nacionais, norteados pela grandeza e amplitude do problema. Dentre tantos acontecimentos, os mais importantes foram a Conferência de Estocolmo (1972) e os estudos elaborados pelo Clube de Roma (entre 1972 e 1976).

Dois pensamentos substancialmente diferentes emergiram da Conferência de Estocolmo: dos países industrializados que buscam argumentação no ideário neomalthusiano, onde o superpovoamento é a chave para a resolução dos problemas ambientais, assim como da pobreza.

Para que esta situação de superpovoamento fosse alterada, deveria ser promovida uma mudança comportamental, principalmente nos países subdesenvolvidos, de forma que o

crescimento populacional pudesse ser controlado através da alteração dos hábitos reprodutivos dessas populações. À mesma época, difunde-se a idéia de que os países subdesenvolvidos não poderiam almejar as condições econômicas e de vida dos primeiros-mundistas, pois não haveria suporte ambiental de produção a todos. Já os países subdesenvolvidos acreditavam que o problema em si é sim comportamental, mas não o referente aos hábitos de reprodução. Trata-se dos hábitos de consumo impostos pelos países dirigentes aos subdesenvolvidos. Assim, a solução tanto para os problemas de ordem ambiental como os de pobreza passaria por uma mudança nos hábitos de consumo elevados, o que, obrigatoriamente, conduziria a uma modificação do modelo econômico. Com tal argumentação, o conceito de “meio ambiente” adquire, uma abrangência social e passa a incorporar não só questões ecológicas, mas também questões associadas à fome, à concentração de renda, a doenças e a toda uma série de temas vinculados ao subdesenvolvimento.

Como resultado dessa Conferência, foram estabelecidos princípios que deveriam nortear a relação homem-ambiente capazes de promover o desenvolvimento econômico planejado com base na conservação dos recursos naturais, com o objetivo de evitar seu possível esgotamento e permitir um ambiente saudável e de qualidade não só para as exigências do presente, mas também do futuro, de maneira a proporcionar uma vida digna para a humanidade e que os benefícios gerados pela utilização dos recursos possam ser compartilhados pela todas as pessoas; que a deposição ou despejo de substâncias prejudiciais ao ambiente não ultrapassem sua capacidade regenerativa.

Assinala também esta Conferência, a necessidade de ajuda tecnológica e financeira dos países industrializados aos países subdesenvolvidos, feitas por meio de organismos

internacionais, como forma de reverter a situação de “subdesenvolvimento ambiental” , a necessidade de existência de um direito internacional do ambiente para a responsabilização e indenização de danos ambientais e danos humanos decorrentes da má utilização de recursos e, também, a necessidade do desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental.

O Clube de Roma, uma associação multiprofissional internacional, privada, sem fins lucrativos, foi fundada em 1968 por um industrial italiano, com o objetivo de elaborar estudos que permitissem o desenvolvimento de políticas alternativas enfocando ações necessárias para se evitar a pobreza, a degradação ambiental em um mundo de recursos finitos e a crescente distância entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Tornou-se famoso, em 1972, um dos relatórios produzidos pelo Clube intitulado “Os Limites do Crescimento”, também conhecido como “Relatório Meadows”, que, com base em modelos matemáticos e computacionais, utilizando variáveis como crescimento populacional, industrialização, poluição e o esgotamento de recursos naturais, diagnosticou um futuro sombrio à humanidade: o prosseguimento do crescimento econômico é ecológica e socialmente insustentável, sendo necessário o controle demográfico e o planejamento na utilização dos recursos naturais. Severas críticas foram feitas a este relatório. Além dele, o Clube de Roma produziu outros relatórios; alguns deles indicam, como solução para o problema ambiental, a busca de uma nova ética global, com base na harmonia e não na conquista permitindo a sobrevivência pacífica e indefinida da humanidade.

No Brasil, em 1982, ocorre uma manifestação, representando a morte definitiva das Sete Quedas, chamada de “Quarup”, com o fechamento das comportas da usina de Itaipu, que reuniu milhares de pessoas e foi responsável pelo encontro de vários grupos ambientalistas brasileiros. Para FUELLGRAFF (FUELLGRAFF apud URBAN, 2001, p. 100), o Quarup

representou uma espécie de transição do movimento ambientalista em direção à democracia, pois o país estava se encaminhando para o término da ditadura militar. O Quarup também serviu para mostrar que o movimento necessitava “construir sua própria identidade, encontrar e solidificar sua própria linguagem, a partir do aproveitamento de suas próprias potencialidades, que ainda se encontram em estado de latência”.

No cenário político mundial, assistiu-se a uma série de acontecimentos que resultaram no ocaso da velha ordem mundial bipolar centrada na disputa ideológico-militar entre as duas grandes potências (Estados Unidos x União Soviética) e seus aliados e a instalação de uma nova ordem, multipolar, com base no poder político-econômico das nações.

No Brasil, a partir do fim do regime militar e da redemocratização, ocorre uma eclosão de manifestações até então sufocadas, reprimidas pela ditadura militar. Sindicatos, associações de profissionais liberais, donas de casa, ecologistas, entre outros grupos que já haviam se mobilizado ao final dos anos 70, protestam contra os efeitos do “milagre brasileiro”, levado à cabo pelo regime: endividamento externo, concentração da propriedade da terra e da renda, destruição do ambiente em prol do progresso apregoado pelo governo, aumento da pobreza, etc.

É neste contexto, que se desenvolve a última fase do movimento ambientalista, assinalando a ampliação da consciência mundial sobre os riscos decorrentes dos desequilíbrios dos ecossistemas não somente a partir da análise de seus efeitos sobre o desenvolvimento e manutenção dos valores econômicos do modelo vigente, mas, e principalmente, do ponto de vista da sobrevivência da humanidade. De maneira aproximada, pode-se dizer que ela tem início a partir de meados da década de 80. A ampliação desta consciência resulta na organização de vários eventos e acordos internacionais, dos quais

merecem destaque o Relatório Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM, 1987), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-1992) e a Conferência Rio +10 (2002), além do surgimento de entidades que delimitarão o rumo a ser tomado no âmbito de políticas necessárias a esta nova consciência ambiental.

Para Souza (2000, p.85), são eles:

..organizações não-governamentais (ONGs), agências estatais de nível federal, estadual e municipal responsáveis pela implementação de políticas públicas de proteção ambiental, grupos e instituições de pesquisa, empresas que privilegiam as questões ambientais, um mercado de consumidores “verdes”, redes multissetoriais e de auditorias que estabelecem certificados de qualidade e agências e tratados internacionais encarregados de buscar o equacionamento dos problemas ambientais globais.

Por um lado, o sistema econômico busca mecanismos de mercado, que sejam capazes de incorporar essa nova consciência sem abrir mão da garantia de manutenção de sua existência e expansão; por outro, assistir-se-á a organização da coletividade internacional na tentativa de elaboração de propostas de um novo modo de vida que priorize a manutenção e renovação dos ecossistemas, como forma de garantia de sustentabilidade da humanidade. Emergem daí, pelo menos duas posições diferenciadas, expressas nos conceitos de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento.

O termo desenvolvimento sustentável ganha notoriedade por meio do Relatório Brundtland, que o define como sendo “um desenvolvimento que responda às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras” (FOLADORI, 1999, p.48). Muito embora existam diversas interpretações do termo, de acordo com quem o emprega e com que interesse o utiliza, a crítica a essa visão é de que o mesmo se tornou o “carro-mestre” de políticas públicas oficiais,

gerando uma espécie de descontentamento e desconfiança por parte da população em geral e dos grupos organizados de defesa ambiental, quanto à sua eficácia no tratamento dado ao ambiente. Passa a ser entendido como um novo mecanismo de execução da lógica de acumulação do capital, estabelecido por meio de duas vias: por meio da apropriação da idéia de defesa do ambiente e pela introdução de uma nova forma de competitividade (VARGAS, 1999). Em seu sentido mais amplo, a defesa ambiental preconizada pelo desenvolvimento sustentável propõe o controle da população, produção industrial adaptada à capacidade suporte dos ecossistemas, utilização racional e adequada dos recursos naturais, a promoção do crescimento econômico nos países subdesenvolvidos como forma de combate à pobreza e também como forma de evitar grandes investimentos em qualidade ambiental (diminuindo desta forma, a pressão sobre os recursos naturais, permitindo sua maior utilização por parte do capital, além de promover o não desperdício de energia e matéria-prima), liberalização comercial, como suporte ao crescimento econômico dos subdesenvolvidos, reestruturando o crescimento econômico no sentido de torná-lo compatível com essa consciência ambiental global. Em última análise, o desenvolvimento sustentável representa uma adaptação da idéia de defesa ambiental ao crescimento econômico garantindo a manutenção do sistema vigente.

A noção de ecodesenvolvimento assinala uma visão crítica e uma abordagem alternativa à do desenvolvimento sustentável, elaborada principalmente pelo economista polonês Ignacy Sachs. O ecodesenvolvimento tem por base a abordagem qualitativa e não puramente quantitativa do desenvolvimento econômico, privilegiando o desenvolvimento local, a articulação campo-cidade, a descentralização do poder e a adoção de políticas de proteção ambiental, como meio de ser assegurada uma existência permanente, harmoniosa e pacífica dos homens entre si e com o ambiente.

Lago e Pádua (1998, p.92), argumentam que o ecodesenvolvimento propõe,

... uma modificação no impacto destrutivo da atual sociedade sobre o meio ambiente, conseguida, de forma profunda e duradoura, a partir de um amplo processo de descentralização da economia, do poder e do espaço social...Grandes estruturas socioeconômicas, complexas e burocratizadas, facilitam a concentração de poder, facilitam o controle hegemônico sobre os rumos da produção e da sociedade e conduzem à perda crescente de poder político de decisão para os cidadãos comuns.... A economia deve ser reorganizada para atender prioritariamente ao mercado local e regional e às necessidades básicas da população, de forma a tornar cada região o mais autônoma e auto-suficiente possível..., a sustentabilidade da humanidade na perspectiva do ecodesenvolvimento será atingida através da reestruturação do caráter ecológico, social, econômico e cultural do modelo econômico atual, de modo a privilegiar a dimensão local sobre a internacional; a participação consciente nas decisões sobre a alienação; o social sobre o econômico; a coletividade sobre o individual.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizado no Rio de Janeiro, em janeiro de 1992, paralelamente aos debates oficiais, ocorre também o Fórum Global, que acena com uma nova perspectiva aos movimentos sociais preocupados com a questão ambiental, no sentido de redirecionar suas ações através de uma autocrítica.

Em setembro de 1995, na tentativa de se estabelecer as diretrizes do movimento ambientalista brasileiro, foi realizado um encontro em Brasília com as lideranças deste movimento. A partir dos relatos dos participantes, foi elaborado um diagnóstico que apontou a falta de identidade desse movimento, de articulação entre os diversos grupos e tendências em seu interior, a falta de infra-estrutura e de recursos; grande capacidade de mobilização, mas de pequeno alcance na sociedade, como sendo os principais responsáveis pela sua intermitente presença em todas as instâncias envolvidas com o equacionamento da questão ambiental.

1.1 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Existe unanimidade na afirmativa de que o movimento ambientalista no Rio Grande do Sul nasce a partir da publicação, em 1942, do livro intitulado “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, de autoria do padre jesuíta Balduino Rambo. Nele, o autor descreve e interpreta as paisagens gaúchas e já alerta, a essa data, para a crescente devastação que tais paisagens vinham sofrendo em função das atividades humanas. Propõe, como forma de contenção desta devastação, a criação de parques florestais, configurando desta forma o caráter conservacionista dominante naquela época.

Quase na mesma época, o funcionário público da Delegacia Estadual de Portos, Henrique Luís Roessler, definido por todos como “naturalista amador”, consegue uma credencial do Ministério da Agricultura, visto que fiscalizava, de maneira voluntária, a caça e a pesca no estado. Por multar sem autoridade curtumes poluidores do Vale do Rio dos Sinos, na cidade gaúcha de São Leopoldo, Roessler acabou por perder sua credencial. Inconformado e preocupado com as agressões ao ambiente, fundou, em 1955, a União de Proteção à Natureza (UPN) e passa a publicar crônicas direcionadas ao assunto, no jornal “Correio do Povo”, com o objetivo de tornar público tais crimes de agressão.

Na década de 70, no auge do regime militar no Brasil, e com um maior entendimento da problemática ambiental, o caráter concreto, real, crescente das degradações é concretizado na fundação de duas outras entidades com fins essencialmente divergentes, mas que acabarão por se aliar em torno da luta pela defesa ambiental: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). A AGAPAN, fundada por Augusto César Cunha Carneiro, egresso do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, do Partido Comunista do Brasil, coloca à frente da defesa de seus interesses

ambientais o combativo agrônomo José Lutzemberger e a ADFG, liderada por Magda Renner, figura de destaque na sociedade gaúcha. A divergência decorre do fato de a ADFG ter sido criada com o objetivo de dar apoio político ao golpe de 1964, que instala o governo militar no país e a AGAPAN, com o objetivo de combater a permissividade ambiental e sua degradação, ampliada por este governo na execução do projeto de desenvolvimento do Brasil, conhecido como “Milagre Econômico”. Entretanto, a própria Magda Renner salienta:

...Muito pouco tempo depois da revolução, que nos foi apresentada como uma necessidade absoluta contra o comunismo, que deveria estar tomando conta desse nosso país, nós nos desligamos por completo de todos os movimentos surgidos naquele momento, e continuamos a nossa tarefa, que é a mesma até hoje: a formação da cidadania participativa e responsável (URBAN, 2000, p.58).

A aproximação entre as duas entidades e sua posterior atuação conjunta ocorre a partir da palestra proferida por José Lutzemberger, na Associação dos Agrônomos de Porto Alegre; intitulada “Os quatro princípios básicos da Ecologia”, palestra esta em que a ADFG se fez presente. É bem verdade que muitas mulheres deixaram a ADFG no momento em que os maridos percebem que a aproximação das entidades e a defesa ambiental poderia significar um risco aos seus negócios. Também é verdade que o fato de a ADFG ser constituída por mulheres da sociedade gaúcha colaborou para a grande difusão do movimento e para a projeção da AGAPAN, na figura de Lutzemberger.

Ainda nos anos 70, em 1975, já com a questão ambiental sendo percebida como empecilho ao desenvolvimento econômico e sob os efeitos da divulgação dos estudos do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, é realizado o I Encontro Comunitário Nacional de Proteção à Natureza, promovido pela ADFG, com o mérito de reunir pessoas

vindas de outros Estados, interessados na questão ambiental e de apresentar, já àquela época, um projeto piloto de seleção e reciclagem do lixo.

Contudo, dois acontecimentos colocarão o movimento gaúcho em evidência no cenário nacional. O primeiro refere-se à enorme mortandade de peixes no litoral sul do Rio Grande do Sul, dada como um fenômeno natural, chamado “maré vermelha”, na justificativa oficial do governo. Para o movimento ambientalista, o naufrágio de um navio, na costa uruguaia, carregado com carga tóxica era a verdadeira causa da morte dos peixes. A principal conseqüência da celeuma estabelecida, entre os ambientalistas e o governo, foi a aprovação, em 1983, da Lei Estadual de Agrotóxicos; o segundo diz respeito à poluição causada por uma empresa produtora de celulose, a “Borregard”, na região metropolitana de Porto Alegre. Outros episódios sucederam-se (contaminação de mercúrio nos moranguinhos, corte, poda e caiação de árvores urbanas, Itapuã, delta do Jacuí, pólo petroquímico, transporte de cargas tóxicas, energia nuclear, etc.), mas a grande sincronia entre o trabalho e a mobilização destas duas entidades, a ADFG e a AGAPAN, faz com que a questão ambiental e o próprio movimento gaúcho adquiram cada vez mais aceitação e prestígio por parte da opinião pública e da imprensa.

A partir dos anos 80, quando começa a se delinear mais clara e concretamente, a crise global e que a questão ambiental que passam a ser entendidas como planetária e civilizatória, as duas entidades representativas do movimento no estado não passarão imunes a esta nova fase e enfrentaram dificuldades de natureza diversa. Uma série de eventos provoca uma crise nas entidades e no próprio movimento.

Já em 1982, preocupada com os rumos do movimento ambientalista e com sua grande diversidade, a AGAPAN promove um primeiro encontro estadual de entidades, denominado

“Crítica e autocrítica do Movimento Ecológico”. Ainda nesta década, assistiu-se a ADFG integrar a Federação dos Amigos da Terra Internacional; entre 1982 e 1984, associados da AGAPAN ingressam no Partido dos Trabalhadores, contrariando as decisões e as diretrizes da entidade de que a luta do movimento é política, mas não partidária; além da saída de vários outros integrantes do movimento, inclusive o próprio Augusto Carneiro; o afastamento lento e gradual de José Lutzemberger, figura ímpar na defesa do ambiente, que em 1987, cria a Fundação Gaia, “com objetivos que traduzem bem suas convicções: promover a consciência e a ética ecológica no contexto de uma visão unitária da vida e do universo. Isso inclui promover democracia real, participação e descentralização administrativa, autonomia e poder local” (URBAN, 2000, p.84); o convite, em 1990 para Lutzemberger ocupar a Secretária Especial do Meio Ambiente no governo Collor, causando surpresa e descontentamento por parte do movimento ambientalista e, posteriormente, em 1992, sua demissão por discordar das soluções propostas pelo mesmo governo a crimes ambientais; e o também lento afastamento de Magda Renner da ADFG (que, em 1999, muda seu nome para “Amigos da Terra-Brasil”). Para ela,

... o pior é que os nossos adversários, os que são do outro lado, hoje se escondem através de um vocabulário que é o nosso vocabulário. Hoje existem mil paliativos, ninguém mais constroi uma “Borregard”, ninguém mais, em lugar nenhum do mundo. Hoje existem certificações, padrões... É com essa fantasia que as empresas querem demonstrar como estão se adaptando aos novos tempos, como dão importância à ecologia.... (RENNER apud URBAN, 2000, p.66).

A crise e a busca de um novo rumo ao movimento ambientalista podem ser traduzidas pelo pensamento da Professora Leila da Costa Ferreira (FERREIRA apud URBAN, 2001, p.130), da Universidade Estadual de Campinas: “O projeto ambientalista, apesar das conquistas importantes do final dos anos de 1980 e início dos de 1990, não conseguiu sequer,

pelo menos até aqui, uma *performance* ao menos semelhante ao projeto que lhe é adversário, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo”.

1.2 PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO AMBIENTAL

Independente das opiniões, idéias e posturas que se tenha a respeito da questão ambiental, é indiscutível e amplamente comprovado pela ciência, que o planeta Terra organizou-se sem a presença humana: seres unicelulares evoluíram sem que se tivesse interferido nesse processo de evolução; a atmosfera teve sua composição alterada também sem que a espécie humana tivesse tomado parte nessa alteração.

De maneira inequívoca, o ambiente é uma condição de existência da humanidade; no entanto, contrariamente, a humanidade não é uma condição de existência do ambiente. O ambiente é capaz de se organizar sem a existência humana, mas o contrário não é verdadeiro. Desvincular o homem do ambiente, em qualquer análise, pressupõe a negação de sua existência e a do caráter histórico, espacial e temporal desse conceito. Assim, o que se convencionou chamar de ambiente ou de questão ambiental, parece tratar-se muito mais de uma discussão filosófica do que técnica a respeito desse tema. Sobre tal fato afirma Pelizzoli:

Num entendimento minimamente profundo do que se trata em termos de crise e crítica socioecológico, do ecólogo e da ética em geral, o retorno ao clima da Revolução Científica (junto com a chamada Modernidade, séc. XVII em diante) é crucial, no sentido de rastrear como se formou o atual padrão de visão de mundo (“paradigma”), o prisma que guia a construção do saber e da civilização tecnoindustrial. Assim, percebe-se que ocorreu uma grande mutação na perspectiva de mundo, no sistema de valores e na construção da civilização a partir do século XVII (PELIZZOLI, 2003, p.15).

Nesse sentido, o mundo interpretado como uma imensa máquina, dividida em unidades mecânicas, que trabalham mediante leis, fragmentadas e conhecidas através da quantificação, conduzindo ao seu domínio, transforma todo o pensar e o agir, demonstrando o domínio das idéias de Descartes, de Bacon e de Galileu estabelecendo os alicerces de uma nova cultura e de uma consciência ambiental, associada à ciência, e a serviço da Revolução industrial.

À noção de ambiente podem ser atribuídos dois momentos: o momento do ambiente como fator de desenvolvimento do sistema econômico (a consciência do ambiente) e o momento do ambiente como entrave a esse desenvolvimento (a consciência da degradação do ambiente). Pelizzoli (2003) coloca que o capitalismo tem uma base ideológica que se conjuga num duplo processo de exploração: o homem explorando o homem e o homem explorando o ambiente; ambiente não com o significado de sem a presença humana, mas de anterior a ela, sendo um conjunto auto-organizado, anterior ao conjunto humano.

Com o final da Segunda Guerra, o mundo encontra-se bipartido em duas potências bélicas: Estados Unidos e ex-União Soviética. Para Goldenberg (1992), o êxito do crescimento econômico desta última representava uma ameaça às sociedades capitalistas, que viam nesse crescimento um exemplo que nações consideradas atrasadas pudessem seguir, ocasionando a expansão do sistema socialista no mundo.

Com o intuito de reverter tal situação – bloquear a possível expansão da ex-URSS – os Estados Unidos elabora o Plano Marshall, com o objetivo de prestar assistência econômica à Europa, destruída pela guerra e de modernizar sociedades tidas como atrasadas, tendo como parâmetro dessa modernização a sociedade americana. Garantia, dessa forma, barrar o avanço comunista e estender o capitalismo americano ao resto do mundo. Sobre esse assim se pronuncia Herculano (1992, p.21):

As sociedades arcaicas ou tradicionais eram caracterizadas como sendo aquelas de produção limitada, economia agrícola, detentoras de uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, de baixa renda per capita, altas taxas de fecundidade e de mortalidade, um povo sem instrução, sem classes médias etc... Em contraposição, sociedades modernas eram aquelas que empregavam fontes de energia de alto potencial, tinham predomínio de produção industrial e permanente invenção e absorção de inovações tecnológicas; eram urbanas, com baixas taxas de fecundidade e de mortalidade e eram democráticas.

A modernização ou desenvolvimento dessas sociedades pressupõe a realização de dois aspectos do capitalismo: primeiro, levar os padrões mínimos de vivência da sociedade americana, representando a transferência de valores éticos, culturais, sociais e econômicos de uma sociedade à outra, corroendo suas formas originais de organização, forjando o estabelecimento de um padrão moral e ético homogêneo, único, capaz de proporcionar a expansão desse sistema, e determinando a desorganização de sociedades diferentes da que estava sendo estabelecida. É neste contexto de homogeneização que a ciência e seus aparatos tecnológicos servirão de base de sustentação à existência do modelo econômico; segundo, apropriar-se ao máximo de suas matérias-primas e de sua população como mercado consumidor, garantido, assim, um permanente desequilíbrio, uma permanente desigualdade social e econômica, perpetuando uma relação perversa e predatória de desenvolvimento é feita em cima do subdesenvolvimento; fornecendo-se o mínimo e apropriando-se do máximo.

A consciência a respeito da degradação ambiental parece ganhar forma a partir do momento em que as alterações nesse conjunto auto-organizado podem causar uma instabilidade do sistema produtivo econômico. Ela, a degradação ambiental, entendida como possível fator de colapso desse sistema, quer seja pela escassez de matérias-primas necessárias à produção, quer seja pelo esgotamento de fontes de energia, provocando deterioração das relações de produção, passa a nortear estudos mais detalhados sobre o que é ambiente, quais seus componentes, qual a sua dinâmica de funcionamento.

Assim, quando o ambiente passa a dar sinais de exaustão, promovido pela tecnociência, pela urbanização, pela ordem social estabelecida (não que essa consciência ambiental antes não estivesse presente; entretanto, era a consciência do ambiente e não a consciência da sua degradação), desenvolvem-se várias correntes de pensamento propondo as mais variadas formas de salvar o planeta.

O ambiente entendido como um ente global cooptado pelo sistema econômico é uma visão desenvolvida a partir da Revolução Industrial, na medida em que esta institui a produção em série.

A cultura organizada pelos modelos econômicos, que encontram sua legitimação no poder da ciência, parece estar no centro da questão “degradação ambiental”, possibilitando um campo fértil ao debate da origem dessa degradação. Todavia, a análise é feita a partir das conseqüências da ação desses modelos sobre o ambiente, permitindo a existência de abordagens diferenciadas de acordo com a conseqüência que veicula a degradação. Sob essa ótica, articulam-se tendências que vislumbram o crescimento populacional como fator de degradação; o desenvolvimento econômico (crescimento econômico zero); o consumismo capitalista; o industrialismo; o da revolta da natureza, entre outros tantos. Para Furtado (apud HERCULANO, 1992, p. 22) “... a idéia de desenvolvimento como sendo um mito útil para mobilizar os povos da periferia a aceitar sacrifícios, legitimar a destruição de suas culturas e justificar as formas de dependência”.

Ainda, segundo Herculano (1992), o que de fato existe, é concretização de que desenvolvimento significa acumulação, inovação tecnológica, aumento da produção, crescimento dos meios de produção, sem a modificação das relações sociais, pois é essa não-

modificação das relações sociais – fornecer o mínimo e apropriar-se do máximo – que garante a desigualdade.

A partir do Relatório Brundtland, a discussão sobre o ambiente se intensifica e traz à tona diversas tendências, que de forma resumida podem ser agrupadas em quatro posições principais, posições essas estabelecidas a partir do que é considerado como causa da degradação ambiental.

A primeira posição refere-se aos ambientalistas chamados de biocentristas, cujo argumento é a idéia de que o homem é mais uma espécie de ser vivo como qualquer outra que estabelece relações com seu entorno. No entanto, trata-se de uma análise superficial, pois:

A diferencia de las otras especies vivas, en el ser humano cada generación no arranca de “cero”, no parte de uma bagaje de “instrumentos” iguaes para relacionarse com su entorno. Por el contrario, los humanos comienzan com un cúmulo de medios de producción, o sea de riqueza acumulada por las generaciones pasadas, distribuidos de manera desigual. O sea, el relacionamiento de los grupos y clases sociales com el ambiente es estructural y cualitativamente diferente. Esta diferencia hace que el relacionamiento de los seres humanos com el medio ambiente dependa de las contradicciones intra-especie y no delas de la especie como un todo a su exterior, como analiza la ecología (FOLADORI, 1999, p.52).

A segunda posição diz respeito aos ambientalistas que vêem no crescimento populacional o fator de risco à degradação ambiental. Dentro dessa posição, pode-se citar duas correntes importantes: a corrente liderada pelo pensamento neomalthusiano que via no crescimento populacional a causa da deterioração ambiental. Os defensores dessa teoria viam na limitação da população humana a única forma de se evitar a degradação da qualidade de vida. Para os neomalthusianos, o ambiente é um bem a ser preservado de forma a garantir um nível satisfatório de consumo, balizado pelo consumo dos países industrializados. A segunda corrente, a do crescimento populacional zero, teoriza que a alta taxa do crescimento

demográfico é a causa da degradação ambiental. Como as altas taxas de crescimento concentram-se em países do mundo subdesenvolvido, é necessário o controle do crescimento populacional nesses países.

A terceira posição é a dos ambientalistas que acreditam ser necessária uma parada no crescimento econômico como forma de evitar uma catástrofe ambiental.

Zerar o crescimento econômico naquele momento era visto como uma injustiça e uma iniquidade, pois os países do Primeiro Mundo só se lembravam do ambiente depois de o terem degradado, assegurando um patamar de produção e de tecnologia que agora queriam negar aos “em desenvolvimento” (GOLDENBERG, 1992, p.15).

A quarta posição principal é defendida pelos ambientalistas éticos, também chamados de sociais. De acordo com Goldenberg (1992), uma economia voltada para as necessidades e não para o lucro, que não agrida o equilíbrio ambiental e que seja voltada para o bem comum em lugar do enriquecimento individual, representa o pensamento dos éticos.

Sobre tão amplo tema, poder-se-ia ainda citar os ecotecnicistas, que vislumbram o desenvolvimento das ciências e suas técnicas como a única forma possível de promover a superação da crise ambiental, bem como outras proposições, tais como a ética da compaixão e co-responsabilidade ou a dialética do esclarecimento baseadas num pressuposto filosófico.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental e os conceitos dela derivados fazem parte das discussões de todos os indivíduos, independentemente do credo, classe social, profissão, partido político ou ramo do conhecimento a que pertençam ou estejam vinculados. E exatamente por fazer parte de um universo de condições humanas tão amplo impõe, igualmente, uma diversidade de interpretações, representativas de múltiplos interesses, mas coincidentes em sua essência, já que convergem para o mesmo ponto: o problema é ao mesmo tempo, local e planetário, com toda a articulação de dimensões intermediárias, além de representarem a história social.

Com o objetivo de revisar conceitos pertinentes a temática ambiental sugeridos nesse trabalho, serão expostos autores e/ou obras que permitam demonstrar a evolução desses conceitos de maneira a contemplar uma visão comum, não vinculada a nenhum campo específico do conhecimento, passando por uma ótica conservadora, até uma visão contemporânea do tratamento dado à questão ambiental.

A abordagem conservadora, tradicional, é aquela que desponta com a Revolução Industrial e é dotada de um racionalismo fragmentário, onde tudo e todos podem ser

divididos, reduzidos a porções menores, individualizados. Sobre essa abordagem, de acordo com Pelizzoli

podemos apontar duas idéias-chave do racionalismo moderno: 1) a autonomia e unidade da razão humana é considerado o verdadeiro fundamento de nosso saber científico legítimo, dando-se a este fundamento o poder de fazer do mundo real o seu objeto disponível, administrável, manejável. 2) a objetificação da realidade pelo processo conhecedor implica na divisibilidade praticamente ilimitada dos objetos. É assim que as ciências tornam-se objetificantes e implicam na alienação do homem em relação ao ambiente que o sustenta (PELIZZOLI, 2002, p.18).

A abordagem contemporânea busca romper com esse modelo tradicional da racionalidade científica, através de questionamentos, reflexões e interpretações a cerca da essência, do sentido das relações humanas, em todas as suas formas de manifestações, sejam elas objetos concretos ou não. Possuidor dessa abordagem, Félix Guattari (1998), faz o contraponto a abordagem conservadora, além de pertencer a um ramo específico do conhecimento (a psicanálise) que tradicionalmente não incluía o ambiente no seu campo de estudo, como o faziam a Biologia, a Geografia, a Ecologia e outras ciências.

O presente trabalho não se propõe a promover ampla revisão bibliográfica dos conceitos empregados em todas as correntes de pensamento, mas sim, estabelecer as principais diretrizes em que essas correntes se desenvolvem conceitualmente.

Com a intenção de facilitar a compreensão desses conceitos, esse trabalho foi dividido em dois grupos: o primeiro composto pelos que contemplam uma visão comum e os que propõem uma visão conservadora; e o segundo, pelos que propõem uma visão mais contemporânea e diferenciada do anterior. Dentro do primeiro, foram elaboradas duas categorias de análise: os conceitos que resultam de ações e os aqueles que implicam às ações. Os conceitos que resultam de ações são representados pelos termos *meio ambiente, natureza, recurso natural e*

qualidade ambiental. São expressões que não pressupõem ação; que não implicam na execução de alguma tarefa, de alguma atividade, de alguma atitude; não derivam de verbos e se constituem no produto da execução dessas últimas. Não representam ações diretas.

Os conceitos ambientais que implicam ação são os que possibilitam, através de sua execução direta, o produto. Derivam de verbos. Estão representados pelos termos **conservação ambiental, preservação ambiental, degradação ambiental, poluição ambiental, monitoramento ambiental e gerenciamento e/ou gestão ambiental.**

É importante salientar que os termos conceituais aqui empregados foram mantidos com suas designações originais, não tendo os mesmos sido alterados, figurando com a mesma grafia que consta nas obras consultadas.

2.1 OS CONCEITOS AMBIENTAIS QUE RESULTAM DE AÇÕES

O Dicionário Aurélio admite ser **meio ambiente** o conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e os seres humanos, explicitando, assim, dois grupos de argumentos que definem tal expressão: a distinção entre duas categorias de vida, os seres vivos não humanos e os seres humanos; e a distinção entre duas categorias de condições: as naturais e as de influências (FERREIRA, 1986).

O mesmo dicionário associa ao conceito de **natureza** a idéia de mundo visível, em contraposição ao mundo “invisível”, dos sentimentos, das emoções, independente de ação refletida ou consciente (FERREIRA, 1986).

Ainda que Tricart (1977) e Dasmann (1976) não definam de forma explícita os conceitos dessa categoria de análise, é viável inferi-los a partir das leituras de suas obras, “Ecodinâmica” e “Ambiente propício à vida humana”, respectivamente, em que a abordagem dos conceitos ambientais ocorre sob a ótica dos ecossistemas, evidenciando-se, em suas análises, pressupostos conceituais divergentes.

Enquanto Dasmann (1976) elabora sua abordagem a partir da restrição humana à utilização do *ambiente*, reconhecendo a existência de um ambiente natural, virgem, não modificado pelo homem, composto por um conjunto de ecossistemas, que, por sua vez, são formados por uma célula biótica e uma célula abiótica, realizando fluxos próprios de matéria e energia, permitindo o estabelecimento de um equilíbrio dinâmico permanente; e um ambiente artificial, diversificado, criado pelo homem que interfere de maneira predatória nesse equilíbrio através do excesso populacional. Tricart (1977) vê nos processos morfogênicos atuantes em um ambiente o fator limitante ao desenvolvimento dos seres vivos. É possível se ter várias classes de ambiente de acordo com o tipo e a intensidade dos processos morfogênicos ocorrentes em uma área. O mesmo autor ainda professa a intervenção humana como forma de adaptar o ambiente às necessidades humanas, mas propõe sua análise a partir de uma situação inicial, livre de qualquer intervenção; uma situação primitiva, virgem.

A Constituição Federal não se utiliza da expressão *natureza* e define *meio ambiente* como sendo o conjunto das condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. O Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais afirma que *meio ambiente* é a soma total das condições externas circundantes no interior das quais, um organismo, uma condição, uma comunidade ou um

objeto existe, indicando um limite, uma fronteira de condições, onde, dali para o seu interior, possa existir um objeto, um organismo ou uma outra condição.

Para Lima-e-Silva, Guerra e Bueno (1999), *meio ambiente e ambiente* gozam de equivalência conceitual e *natureza* é parte integrante do *meio ambiente* na medida em que a referida obra considera natureza tudo o que existe, incluindo os homens, mas excluindo suas obras, o mundo natural, os processos que ocorrem e regem o comportamento do mundo físico. *Meio ambiente* é todo o conjunto de fatores naturais (a natureza, o mundo físico e seus processos), sociais e culturais (os homens e seus processos) que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles.

Todos os autores parecem estar em acordo com o conceito de *recurso natural*: conjunto de aptidões, de bens, de materiais pertencentes a uma área e a sua exploração sob o ponto de vista da valoração econômica. Também parecem convergir para a mesma linha de raciocínio; àquela que supõe a existência de um ambiente único, o natural, o primitivo, o virgem, descaracterizada sua originalidade, seu caráter “selvagem”, inicial pela ação humana que se organiza em um outro ambiente, sobreposto ao natural, interferindo no equilíbrio do ambiente pristino.

O termo *qualidade ambiental*, presente na Constituição e no Dicionário de Ciências Ambientais, tem como idéia principal medir o estado de integridade das principais variáveis ambientais, segundo um conjunto de normas e padrões preestabelecidos que possam afetar o bem-estar dos organismos, particularmente dos humanos.

2.2 OS CONCEITOS AMBIENTAIS QUE IMPLICAM AÇÃO

Fazem parte dos conceitos que implicam ação os de *conservação, preservação, degradação, poluição, monitoramento, gerenciamento* e/ou *gestão ambiental*.

O Dicionário Aurélio não apresenta definições referentes aos termos acima citados. Consta apenas a definição dos verbos que lhes dão origem, sem contudo a eles estar adicionada a categoria de ambiental. Para Tricart (1977) e Dasmann (1976), *conservação e preservação ambiental* são considerados sinônimos e dizem respeito ao ato de proteger amostras adequadas, não modificadas pelo homem, de todos os seres vivos em sua abundante variedade; representa uma proteção total e integral da natureza. A divergência entre ambos reside no fato de Tricart colocar-se contrariamente a tal ação, entendendo ser ela atitude intransigente face ao grande crescimento demográfico e carência alimentar de populações.

A Constituição Federal, o Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais e o Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais apresentam concordância conceitual quanto a essas expressões. Definem *preservação ambiental* como sendo a manutenção perene da integridade dos recursos ambientais, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação que venha a modificar sua estrutura original. À *conservação* do meio ambiente aplica-se à utilização racional de um recurso natural qualquer, de modo a se obter um bom rendimento, sem contudo prejudicar sua renovação ou auto-sustentação.

Por sua vez, *degradação ambiental* faz referência a qualquer processo danoso que implique perda ou redução de algumas das propriedades do meio ambiente em um ritmo superior ao de sua regeneração natural. Essa idéia está expressa tanto na Constituição Federal quanto nos Dicionários de Ecologia e de Ciências Ambientais já referidos aqui. O processo

danoso que caracteriza a *degradação* é o produto de ações de agentes externos aos que do ambiente natural fazem parte, ou em forma de matéria ou em forma de energia. Tal complemento é dado pelo Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais.

Dasmann (1976) acredita ser a *degradação do meio ambiente* o resultado do excesso populacional sobre o progresso econômico, ocasionando desequilíbrio tanto na diversidade natural como também na própria população mundial, gerando desigualdades sociais.

A expressão *poluição ambiental* é definida por alterações de ordem física, química ou biológica provocadas pela introdução, no meio ambiente de qualquer forma de matéria ou energia, resultantes das atividades humanas. Essa é a definição que consta na Constituição e no Dicionário de Ciências Ambientais. Em contrapartida, o Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais refuta essa visão de que tais alterações decorrem apenas das atividades humanas; podem ser ocasionadas também por atividades próprias do meio ambiente, ocorrência independente da ocorrência antrópica, tais como erupções vulcânicas ou contaminação de um corpo d'água por animais mortos ou por excremento de animais.

Quanto ao termo *monitoramento ambiental*, tanto para Tricart (1977) como para a Constituição Federal, é o conjunto de técnicas necessárias à avaliação e ao controle sistemático dos processos morfogênicos atuantes em uma área (na visão de Tricart) e das características qualitativas e quantitativas dos recursos ambientais (para a Constituição Federal).

Finalmente, *gestão ambiental*, para Tricart (1977), é:

o diagnóstico dos problemas concernentes aos aspectos do meio natural que influenciam a exploração dos recursos ecológicos, levando em conta as

características do meio, com suas limitações e possibilidades, e as técnicas suscetíveis de atenuar as sujeições naturais e de tirar melhor partido dos recursos sem os destruir... (TRICART, 1977, p.70).

Tal argumento possibilita a organização ou reorganização de um território, evitando conseqüências inesperadas, custos maiores e possíveis fracassos.

A Constituição Federal utiliza o termo *gerenciamento ambiental* para definir o conjunto de ações que visam a disciplinar as relações de uso de recursos naturais e necessidades humanas sem comprometer a qualidade e o equilíbrio ambientais; e o Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais acrescenta que esse conjunto de ações pode ser tanto sob o ponto de vista governamental, como sob o ponto de vista de uma organização; de como ela gerencia suas atividades em relação ao ambiente.

2.3 OS CONCEITOS AMBIENTAIS NA VISÃO DE FÉLIX GUATTARI

Guattari (1998), em seu livro “As Três Ecologias”, argumenta que o *meio ambiente* não é uma entidade dotada apenas de características físicas, químicas e biológicas. Ele transcende a isso; representa um conjunto de valores, capazes de gerar consciência sobre um fato ou sobre um objeto. Essa consciência produz, por sua vez, uma gama de relações que demonstra a relação da subjetividade com a exterioridade.

Evidencia, dessa maneira, a existência de dois patamares de análise ambiental: um de relações visíveis e outro de relações não visíveis. Entretanto, esse conjunto de valores não é interno e depois externo; ele faz o caminho inverso: ele é externo e esse externo é que molda o interno de forma a massificar, uniformizar toda a capacidade de representações internas em uma só: a subjetividade do capital, o conjunto de valores do capital. Os sistemas particulares

de valores e suas exterioridades foram substituídos pelo sistema tecnocrático de valores do capitalismo, determinando um padrão, uma modalidade de valores culturais, científicos, humanos, políticos, econômicos e sociais aceitáveis pelo capitalismo; uma subjetividade coletiva capitalista. Para o autor, só uma articulação ético-política - a que chamo de ecosofia - entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)... é que promoverá uma verdadeira resposta à crise ecológica em escala planetária, promovendo uma revolução de valores de forma a reorientar os objetivos de produção material e imaterial, promovendo uma busca a verdadeira subjetividade individual e coletiva em todos os campos de relações, desde relações familiares até relações produtivas à subjetividade humana e não à subjetividade tecnocrática (GUATTARI, 1998).

O capitalismo pós-industrial a que o autor chama de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), cada vez mais se ocupa não da produção de bens e serviços, mas sim das estruturas produtoras de símbolos, linguagens e subjetividades em todos os níveis de apreensão e organização humano, psíquico, cultural, científico, social, econômico, seja individual, seja coletivo, produzindo uma subjetividade coletiva a partir da lógica da economia do lucro. Tem sua existência assentada em regimes semióticos, a saber:

- as semióticas econômicas (instrumentos monetários, financeiros, contábeis, de decisão...);

- as semióticas jurídicas (títulos de propriedade, legislação e regulamentações diversas);

- as semióticas técnico-científicas (planos, diagramas, programas, estudos, pesquisas);

- as semióticas de subjetivação, das quais algumas coincidem com as que acabam de ser enumeradas mas conviria acrescentar muitas outras tais, como aquelas relativas à arquitetura, ao urbanismo, aos equipamentos coletivos etc (GUATTARI, 1998, p.31).

Embora o capitalismo, enquanto doutrina econômica e social, esteja assentado nas mesmas bases, ele é desigual, ou seja, ele manifesta-se de diferentes formas (processos de urbanização diversos, industrializações variadas, estruturas sociais diferentes, batalhões de desempregados que são substituídos por máquinas e pela informática, assalariados desvalorizados, a questão da mulher, do racismo, das nacionalidades, das religiões, etc.) não ocorrendo no mesmo ritmo e intensidade em todos os lugares, em todos os indivíduos, em todas as sociedades. Dessa maneira, ele próprio acaba por gerar diferentes subjetividades, singularidades que podem ser de um mesmo fato, mas que terão apreensões próprias. No entanto, o CMI buscará eliminar as singularidades, imprimindo a toda a sociedade, modelos de apreensão que resguardem sua existência.

Guattari (1998) argumenta que existem três domínios que compõem os territórios existenciais humanos: o social, o mental e o ambiental, cada um deles composto por múltiplos níveis de representações que existem individualmente e ao mesmo tempo, articulam-se, produzindo as transversalidades, as subjetividades de ligação entre um domínio e outro, formando um conjunto capaz de promover apreensões e elaborações internas e externas e de fazer um fato psíquico “tomar corpo como fato e como processo expressivo”, adquirindo um sentido, formatando os universos de referências individual e coletivo. Para ele, não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e o ambiente e, mais do que nunca, a natureza não pode ser separada da cultura e precisa-se pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, mecosfera e universos de referências sociais e individuais (GUATTARI, 1998).

Entretanto, essa subjetividade foi apropriada, cooptada e moldada pela subjetividade capitalística.

...As sociedades capitalistas fabricam hoje em dia, para colocá-las a seu serviço, três tipos de subjetividade: uma subjetividade serial correspondendo às classes salariais, uma outra à imensa massa dos “não-garantidos” e, enfim, uma subjetividade elitista correspondendo às camadas dirigentes. A acelerada mediação do conjunto das sociedades tende assim a criar um hiato cada vez mais pronunciado entre essas diversas categorias de população. Do lado das elites, são colocados à disposição bens materiais, meios de cultura, uma prática mínima de leitura e da escrita e um sentimento de competência e de legitimidade decisórias. Do lado das classes sujeitadas, encontramos, bastante freqüentemente, um abandono à ordem das coisas, uma perda de esperança de dar um sentido à vida... (GUATTARI, 1998, p.47).

O autor entende o meio ambiente como uma consciência externa ao sujeito e a *poluição* representa, antes de qualquer conceito, uma poluição da subjetividade humana, uma subjetividade descolada ou deslocada do sujeito, domesticada pelo CMI. Caberá à ecologia social o trabalho de reconstrução de todos os níveis de relações humanas, da individual à gregária, apropriar-se novamente da subjetividade individual e não apenas reequilibra-la ao universo semiótico capitalista. Para ele,

...ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão - ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta - e em “intenção” - infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança de criação e de ética pessoal... (GUATTARI, 1998, p.33).

À ecologia mental caberá reconstruir as relações de si e para si, do sujeito com o próprio sujeito, naquilo que ele tem de seu próprio conteúdo. Essas três dimensões subjetivas, a mental, a ambiental e a social, as quais, em conjunto, Guattari chamou de ecosofia,

funcionam, simultaneamente, de forma independente e em conjunto, originando transversalidades. A ecologia mental refere-se a uma relação interior, do homem com ele mesmo, ao seu próprio conteúdo, possui uma dimensão individual; a ecologia social diz respeito à apreensão das simbioses das relações extracorpóreas; é a dimensão dos grupos, do coletivo; e a ecologia ambiental refere-se ao indivíduo e seu espaço de vivência. Dessa forma, essas três dimensões se intercomunicam umas com as outras por meio das transversalidades, uma interferindo no conteúdo da outra, promovendo as representações que temos de nós mesmos, da vida social, do coletivo, do cultural, do econômico.

O *meio ambiente* é, para o autor, todos os espaços interiores e exteriores ao homem e onde se perfazem as relações humanas em todos os seus níveis, do individual ao coletivo, da escola, da fábrica, da casa, etc. É, ao mesmo tempo, produto e fator da interação desses níveis de apreensão; podendo tanto exercer como sofrer influência das mesmas. Para ele,

Os movimentos ecológicos atuais têm certamente muitos méritos, mas penso que na verdade, a questão ecosófica global é importante demais para ser deixada a algumas de suas correntes arcaizantes e folclorizantes, que às vezes optam deliberadamente por recusar todo e qualquer engajamento político em grande escala. A conotação de ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados. Ela põe em causa o conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticos... (GUATTARI, 1998, p.36).

Guattari afirma que somente uma reconstrução dos três níveis de subjetividade, conectadas ao indivíduo, será capaz de indicar uma nova ordem global, cujo objetivo seja o de reorientá-las no sentido de dar outra finalidade ao trabalho e às atividades humanas que não sejam às vinculadas ao rendimento e ao lucro. Para ele,

esta reconstrução passa menos por reformas de cúpula, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito à

singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade...De a humanidade reassumir a si mesma radicalmente... Trata-se de se reapropriar de universos de valor no seio dos quais processos de singularização poderão reencontrar consistência... (GUATTARI, 1998, p.44).

A questão ambiental e os conceitos dela derivados fazem parte das discussões de todos os indivíduos, independentemente do credo, classe social, profissão, partido político ou ramo do conhecimento a que pertençam ou estejam vinculados. E exatamente por fazer parte de um universo de condições humanas tão amplo, impõe, igualmente uma diversidade de interpretações, representativas de múltiplos interesses, mas coincidentes em sua essência, visto que convergem para o mesmo ponto: o problema é, ao mesmo tempo, local e planetário, com todas as articulações de dimensões intermediárias; além de representarem a história social.

Com o objetivo de revisar conceitos pertinentes à temática ambiental sugeridos nesse trabalho, serão expostos autores e/ou obras que permitam demonstrar a evolução desses conceitos tanto a partir de óticas conservadoras como de uma visão contemporânea do tratamento dado a questão ambiental. Não se propõe de modo algum a promover revisão bibliográfica dos conceitos empregados em todas as correntes de pensamento, mas sim estabelecer os pólos em que essas correntes se desenvolvem conceitualmente.

Com a intenção de facilitar a compreensão desses conceitos, este trabalho foi dividido em dois grupos: os que propõem uma visão conservadora e os que propõem uma visão mais contemporânea e diferenciada da anterior. Dentro da visão conservadora, foram elaboradas duas categorias de compreensão: os conceitos que resultam de ações e aqueles que implicam às ações.

3 O TERCEIRO SETOR, O PÚBLICO E O PRIVADO

3.1 O CONCEITO DE DIREITO E AS PESSOAS JURÍDICAS

Convencionou-se chamar de Direito Positivo ou Real, o conjunto de leis ou normas criadas e estabelecidas pelo homem e para o homem com o objetivo de reger determinada sociedade em uma determinada época. A caracterização como positivo ou real tem a finalidade de suceder a separação com o Direito natural, aquele que é próprio da natureza humana, superior a toda e qualquer legislação positiva. Ao Direito Público, cabe o estabelecimento de normas que dispõe sobre os interesses ou utilidades imediatas de uma comunidade, disciplinando a constituição e a competência dos órgãos do Estado, assim como o exercício dos direitos e poderes políticos dos cidadãos, com o objetivo de conceder o usufruto dos serviços e dos bens de domínio público.

Diversos autores, entre eles Preste (2000), destacam que idéia de “interesse público”, é uma idéia variante, mutante, em temporalidade e espacialidade, capaz de ser definida somente a partir de discussões originadas da sociedade civil organizada.

Ao Direito Privado cabe o estabelecimento do conjunto de normas que regulam a condição civil, isto é, os direitos e obrigações de ordem privada, individual – não de comunidade – atinentes às pessoas, aos bens e às suas relações, dos indivíduos, das pessoas jurídicas, incluindo o Estado e as Autarquias, assim como os modos pelos quais se adquirem, conservam e transmitem os bens.

A origem das pessoas jurídicas está ligada a incapacidade humana de, isoladamente, realizar determinados fins, visto que estes podem superar suas forças e seus recursos individuais. Assim, com a finalidade de atingir determinados objetivos, o homem une-se a outros homens, na tentativa de somar forças e recursos, promovendo a realização desses objetivos. Os objetivos podem ser de ordem religiosa, cultural, filantrópica, econômica, recreativa etc. Uma vez organizados em associações – conjunto de homens – essa ganha vida, estrutura e personalidade própria. Outras vezes, pode ocorrer a separação de parte do patrimônio de um indivíduo – conjunto de bens – com o objetivo de atingir um determinado fim, formando um outro tipo de pessoa jurídica, a fundação.

No entanto, o que marca a existência de ambas como entes de direito e de obrigações, é o fato de possuírem vontade, direitos e interesses próprios, distintos dos direitos, interesses e vontades individuais de quem as compõem.

As pessoas jurídicas, segundo Alves (2000), podem ser classificadas levando em conta dois aspectos: a sua estrutura e suas funções e capacidade. Quanto à sua estrutura, serão consideradas corporações, o agrupamento de indivíduos, objetivando lucros ou sem fins lucrativos. Serão considerados fundações quando o agrupamento se constituir em torno de um patrimônio.

Quanto às suas funções e capacidades, as pessoas jurídicas podem ser divididas em de direito público interno ou externo, e de direito privado. São considerados de direito público interno

...a União, os Estados membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de capacidade administrativa e política, e as autarquias, estas, porém, dotadas apenas de capacidade administrativa. As de direito público externo são a Santa Sé, a Organização das Nações Unidas, cada uma das Nações. As pessoas jurídicas de direito privado, isto é, as que de regra são criadas por particulares,... são: I- as sociedades civis, religiosas, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações; II- as sociedades mercantis. Estas, disciplinadas pelas leis comerciais (ALVES, 2000, p.22).

Ainda segundo o autor, o Estado possui três funções básicas: a legislativa, a administrativa e a jurisdicional. A função administrativa pode ser exercida de maneira direta ou indireta. Quando o Estado confia a realização de atividades que antes a ele lhes eram atribuídas, ocorre a administração descentralizada ou indireta, que pode ser concretizada através de autarquias, de autarquias de regime especial, fundações – públicas ou privadas – fundações de apoio, sociedades de economia mista, empresas públicas. Pode ainda valer-se o Estado de outras formas de realização da prestação de serviços públicos: por meio da delegação, convênios e consórcios. Cada uma dessas formas de administração tem regulamentação própria em lei.

O Terceiro Setor, em Direito, são entes coletivos, portanto, pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, e que tem por objetivo, o atendimento de fins sociais e públicos.

3.2 AS ENTIDADES PESQUISADAS

Os atores que trabalham a questão ambiental pertencem a universos variados – nações, estados, instituições – cada um com seu próprio sistema de valores e culturas, de modo que a prática de abordagem dessa questão estará em acordo com o universo identificatório de cada ator.

Com o objetivo de compreender os conceitos utilizados pelas instituições abordadas neste trabalho, faz-se necessária a caracterização das mesmas na medida em que sua constituição ajudará no entendimento dos padrões conceituais por elas empregados.

Assim, como técnica de identificação conceitual, foram realizadas entrevistas com representantes de entidades que operam em diferentes níveis organizacionais a questão ambiental. Como representante de instituição pública, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); como privada, a Biolaw – Consultoria Ambiental Ltda.; e como instituição pertencente ao Terceiro Setor, considerou-se a Organização não-governamental Amigos da Terra;

3.2.1 A entidade pública: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

As entidades públicas, no campo jurídico, já que é ele que determina sua existência, caracterizam-se por disciplinar o uso de bens e serviços oferecidos à comunidade. Principalmente a partir do século XX, percebe-se um aumento da máquina administrativa estatal, através da descentralização e desconcentração de funções. A descentralização administrativa é caracterizada quando ocorre a transferência do exercício de uma atividade de

um organismo central para outra pessoa jurídica, que pode ser uma autarquia, uma sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação. A desconcentração caracteriza-se pela distribuição de competências e atividades dentro da própria entidade política.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – foi criado em 22 de fevereiro de 1989, pela lei nº 7.735, resultante da fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam com questões ambientais: Secretária do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

No ano seguinte, 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, sendo o IBAMA o órgão encarregado de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), bem como da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

A partir da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, e com o crescimento alarmante das questões ambientais em todos os segmentos sociais e em todo o mundo, fez-se necessária a criação do Ministério do Meio Ambiente como forma de estruturar e associar a política brasileira com as preocupações ambientais.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo

... a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia á vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendido os seguintes princípios: ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção

dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (<http://www.IBAMA.gov.br/institucional/objetivo/objetivo.htm>).

O IBAMA é uma entidade autárquica de regime especial, com autonomia administrativa e financeira, dotado de personalidade jurídica de direito público.

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, com capacidade meramente administrativa. Elas não têm capacidade política, isto é, não têm o poder de editar suas próprias leis. São titulares em nome próprio de direitos e obrigações, possuindo órgãos, patrimônio e receitas próprias. Integram o organismo estatal e possuem função pública própria e típica outorgada pelo Estado. Por isso são consideradas prolongamentos do Estado.

Para o cumprimento de sua tarefa administrativa institucional, o IBAMA definiu 14 objetivos:

01- Reduzir os efeitos prejudiciais e prevenir acidentes decorrentes da utilização de agentes e produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como seus resíduos;

02- promover a adoção de medidas de controle de produção, utilização, comercialização, movimentação e destinação de substâncias químicas e resíduos potencialmente perigosos;

03- executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional;

04- intervir nos processos de desenvolvimento geradores de significativo impacto ambiental, nos âmbitos regional e nacional;

05- monitorar as transformações do meio ambiente e dos recursos naturais;

06-executar ações de gestão, proteção e controle da qualidade dos recursos hídricos;

07-manter a integridade das áreas de preservação permanentes e das reservas legais;

08-ordenar os usos dos recursos pesqueiros em águas sob domínio da união;

09-ordenar os usos dos recursos florestais nacionais;

10-monitorar o status da conservação dos ecossistemas, das espécies e do patrimônio genético natural, visando à ampliação da representação ecológica;

11-executar ações de proteção e de manejo de espécies da fauna e da flora brasileiras;

12-promover a pesquisa, a difusão e o desenvolvimento técnico-científico voltados para a gestão ambiental;

13-promover o acesso e o uso sustentado dos recursos naturais;

14-desenvolver estudos analíticos, prospectivos e situacionais verificando tendências e cenários, com vistas ao planejamento ambiental (<http://www.IBAMA.gov.br/institucional/organiza/regimento.htm>).

3.2.2 Entidade privada: Biolaw Consultoria Ambiental Ltda.

As empresas privadas caracterizam-se pelo fornecimento de bens e serviços à comunidade, entretanto, objetivando o lucro.

A Biolaw – Consultoria Ambiental Ltda. é uma empresa privada, constituída em 1993, atuando na prestação de serviços ligados à área ambiental. Tem por objetivos fornecer consultoria para obtenção da certificação ISO 14000; elaborar planos de manejo em áreas de preservação públicas e privadas; executar planejamento ambiental; fornecer assistência técnica em ações judiciais; desenvolver estudos de biodiversidade; elaborar estudos ambientais em áreas de implantação de indústrias, rodovias, barragens, loteamentos, minas e usinas de geração de energia; fornecer consultoria em avaliação de impacto ambiental.

A empresa participou de importantes estudos no território nacional. Teve participação em levantamentos de biodiversidade no vale do rio São Francisco e na região metropolitana de Salvador, na Bahia, em estudos na Serra do Mar, em São Paulo, na elaboração do Plano Básico Ambiental do gasoduto Urucu-Porto Velho, na Amazônia e recentemente pela coordenação do Estudo de Impacto Ambiental da rodovia Cuiabá-Santarém, no seu trecho paraense.

No Rio Grande do Sul, realizou os levantamentos do meio biótico da rodovia Rota do Sol, da serra ao litoral, da Estrada do Inferno, na área de Mostardas, do gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, que cruza o Estado de oeste a leste, das usinas termelétricas de Candiota, Seival e Uruguaiana, de diversas usinas hidrelétricas (UHE), como a UHE Monte Claro, no rio das Antas, e de vários empreendimentos industriais.

3.2.3 O terceiro setor - as organizações não-governamentais: A ONG Amigos da Terra

A partir dos anos 60, assiste-se a uma verdadeira revolução associativa global, fazendo surgir, no cenário mundial, novos atores, representados pelas organizações não-governamentais (ONGs), que se tornam um novo agente articulador autônomo nas políticas públicas e nas relações nacionais e internacionais. Percebe-se uma mudança da consciência a respeito da cidadania, caracterizando uma nova fase na sociedade mundial, que passa do assistencialismo tradicional, caracterizado pela cedência à esmola, para uma fase em que os direitos sociais passam a ser reconhecidos como inseparáveis do conceito de cidadania.

Para Preste (2000), pelo menos cinco fatores principais e de âmbito geral podem explicar o surgimento destas organizações: desenvolvimento dos meios de comunicação, que permite o acesso, o diálogo e o intercâmbio de ações, projetos e forma de funcionamento das entidades; problemas de interesse mundial, tais como ambientais, comerciais, tráfico de armas e de drogas e conflitos armados; desenvolvimento de movimentos de cidadãos dedicados ao agir local; o desejo de certos governos e de organismos internacionais de ajuda de desenvolver bases locais para suas ações, como forma de apreender melhor estas realidades locais e de controlar a implementação dos projetos que financiam; ser um veículo de mobilização política dos indivíduos. Acrescentar-se-ia mais um fator geral aos já citados: a necessidade do pensar e agir local de uma realidade mundial.

As ONGs, são entidades cujos membros não são Estados, qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Em um sentido amplo, representam um conjunto de iniciativas particulares com sentido público; opõem-se, portanto, ao lucrativo e ao governamental. Inserem-se, portanto, no universo do chamado Terceiro Setor, que se caracteriza por ser composto de organizações estruturadas; localizadas fora do aparato formal do Estado; que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas;

autogovernadas e envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário (ALVES, 2000, p.153).

Contudo, do ponto de vista jurídico, como bem coloca Rafael (apud ALVES, 2000), do Terceiro Setor fazem parte todas as sociedades civis sem fins lucrativos, o que coloca na mesma categoria de entidades também as fundações particulares, pois, tradicionalmente, o Direito Clássico divide-se apenas em público e privado, não existindo um ramo específico a tratar dos direitos coletivos que não estão inteiramente compreendidos nos dois ramos já existentes.

Entretanto, cabe salientar que, pelo fato de desempenharem suas ações na esfera pública, não se deve confundi-las como agentes executores de políticas governamentais, ou de que a tais atores cabe o papel de realizadores de tarefas atribuídas ao Estado e que por ele foram abandonadas.

Também é mister destacar que o conceito de público não é equivalente ao de estatal: público é pertencente ou destinado ao povo, à coletividade e estatal é pertencente ou relativo ao Estado.

Muito embora as ONGs apresentem um caráter de convergência no que diz respeito à sua ideologia, descentralizadora e participativa, tanto no plano nacional como no internacional, o universo das ONGs é complexo e diverso, pois dele fazem parte um conjunto de entidades com origens, filosofia, objetivos, estratégias de ações, projetos diferenciados que, em última análise, refletem as realidades ideológicas, culturais, sociais e econômicas em que foram geradas. Cumpre ainda lembrar que as ONGs surgem e funcionam dentro dos tecidos sociais do Estado que regulamentam a existência dessas organizações, assim como, de acordo com Preste (2000), definem sua capacidade de agir, ao proteger o direito de associação, ao lhes dar

acesso ao território e à sociedade civil ou apoiando suas ações. Todavia, pelo potencial que possuem de difundir e promover seus ideais e propostas simultaneamente no nível internacional, governamental e social e pelo fato de serem cada vez mais solicitadas pelos organismos internacionais e nacionais de ajuda, em virtude de diferentes formas de carências locais, estas entidades desempenham uma tarefa de extrema importância que vai além da simples coleta de dados. Para Durão (2001, p.55), as ONGs

...servem à comunidade, realizam um trabalho de promoção da cidadania e defesa dos direitos coletivos (interesses públicos, interesses difusos), lutam contra a exclusão, contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando à constituição e ao pleno exercício de novos direitos sociais, incentivam e subsidiam a participação popular na formulação e implementação das políticas públicas. Buscam, assim, o fortalecimento dos atores populares, através do desenvolvimento de uma cidadania participativa, como forma de promover o bem comum.

No Brasil, essas organizações foram criadas pela lei federal 9.790/99, a chamada lei das Organizações da Sociedade Civil de interesse público – lei das OSCIPs – que buscava reconhecer o caráter público de um conjunto de entidades da sociedade civil, que, até então, não eram reconhecidas pelo Estado. Foi elaborado um novo sistema classificatório com a finalidade de regulamentar sua existência, bem como de diferenciá-la daquelas de benefício mútuo e de caráter comercial. Além disso, esta lei institui e disciplina o termo de parceria.

Apesar de sua regulamentação, várias questões ainda se colocam a respeito das ONGs: sua identidade, seu papel político na sociedade, parcerias e prestação de contas, entre outros.

De acordo com a lei 9.790/99, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos é aquela que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos,

bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, obtidos através do exercício de suas atividades e que os aplica integralmente na execução de seu objetivo social.

Para que uma entidade privada sem fins lucrativos possa ser qualificada como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, é necessário que seus objetivos sociais apresentem pelo menos uma das seguintes finalidades:

- promoção da assistência social;
- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- promoção gratuita da educação;
- promoção gratuita da saúde;
- promoção da segurança alimentar e nutricional;
- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- promoção do voluntariado;
- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, empregos e crédito;
- promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

- promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades aqui mencionadas.

Não podem qualificar-se como ONGs, mesmo que se dediquem de qualquer forma as atividades descritas anteriormente:

- as sociedades comerciais;
- os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- as entidades e empresas que comercializem planos de saúde e assemelhados;
- as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

- as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- as organizações sociais;
- as cooperativas;
- as fundações públicas;
- as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional.

É necessário também que a entidade seja regida por um estatuto, registrado em cartório, no qual sejam observados os princípios da legalidade (que tem por objetivo o estabelecimento de regras que protejam os indivíduos de desmando e arbítrios do Estado), impessoalidade (cuja finalidade é promover o exercício das atividades administrativas sem qualquer forma de discriminação), da publicidade (com o fim de dar conhecimento à comunidade dos atos praticados), da eficiência (gerar cada vez mais benefícios, na forma de prestação de serviços públicos, à sociedade), da probidade (prevalecer o interesse público sobre o privado), da razoabilidade (conduzir-se com base em critérios aceitáveis, de acordo com os padrões comuns estabelecidos em uma sociedade e não em critérios pessoais) e da moralidade (o agente público deve pautar sua conduta em princípios éticos); adote práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência de participação no respectivo processo

decisório; a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, capacitado a opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil, bem como sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; - faça a previsão de, no caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos dessa lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da entidade; faça a previsão de, no caso de perda da qualificação regulamentada por essa lei, que o respectivo acervo patrimonial disponível, adquiridos com recursos públicos, será transferida a outra entidade com o mesmo grau de qualificação, de preferência, com o mesmo objetivo social; disponha sobre a possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes da entidade que verdadeiramente atuem em sua gestão executiva e para prestadores de serviços específicos, respeitando os valores de mercado na região em que atuam; elabore a prestação de contas observando os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; publicidade, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço(FGTS), colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão; realização de auditoria para conferição dos recursos do termo de parceria; prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas pela entidade.

Essa lei busca reconhecer como de caráter público, um conjunto de organizações da sociedade civil que até então não gozavam de reconhecimento pelo Estado. Entre essas organizações, está a ONG Amigos da Terra, de existência internacional e com um núcleo de representação no Rio Grande do Sul.

3.2.3.1 A ONG Amigos Da Terra

O embrião da ONG Amigos da Terra (Friends of the Earth), surge, em 1969, com a iniciativa de David Brower, diretor executivo da organização Sierra Club dos Estados Unidos, quando da recusa de sua organização de fazer frente à questão nuclear. Brower resolveu então fundar uma nova organização, de alcance internacional, que se propusesse a buscar proteção ambiental com a participação social como meio de atingir justiça social, econômica e política das nações. A partir de contatos com grupos e ecologistas de outros lugares do mundo, é fundada, em 1971, por ecologistas da França, Suécia, Estados Unidos e Grã-Bretanha, a Amigos da Terra Internacional (ATI). As primeiras reuniões resultaram em uma decisão unânime de oposição à energia nuclear em nível planetário. Com os acidentes nucleares de *Three Mile Island*, em 1979, e de Chernobyl, em 1986, e com o desenvolvimento de estudos pioneiros em fontes alternativas de energia, o número de grupos associados a Amigos da Terra aumentou, bem como a presença da ATI em negociações internacionais. Entretanto, até os anos 80, a organização, apesar de ser internacional, era predominantemente formada por grupos do hemisfério norte. A partir daí, começam a ingressar na ATI grupos da Ásia, América Latina e África.

Já nos anos 90, paralelamente ao surgimento de problemas sociais e ecológicos cada vez mais graves e de escala mundial, consolida-se o respeito à reputação da ATI e o cada vez crescente número de associados. Dessa maneira, a ATI é uma federação ecologista em nível mundial formada por organizações ecologistas nacionais e uma organização democrática formada por grupos nacionais autônomos que cumprem as diretrizes estabelecidas pela Federação, que compartilham informações, conhecimentos, atitudes e recursos.

Os objetivos da ATI são:

- proteger o planeta de novas deteriorações ambientais e reparar os danos ambientais causados pelas atividades e negligências humanas;
- preservar a diversidade ecológica, cultural e étnica do planeta;
- aumentar a participação social e os processos democráticos de tomada de decisões;
- promover formas democráticas de participação e decisão é um fim em si mesmo e é fundamental para a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais;
- conseguir a justiça social, econômica e política, da igualdade de acesso aos recursos e oportunidades para homens e mulheres a nível local, nacional, regional e internacional;
- promover o desenvolvimento ambiental sustentável a nível local, nacional, regional e internacional.

O núcleo Amigos da Terra/Brasil (NAT) foi criado em 1964, com o nome de Ação Democrática Feminina Gaúcha, com o objetivo de promover a cidadania, por meio de projetos sociais e educativos dirigidos às mulheres. Mais tarde, ampliou sua área de atuação para a questão ecológica, difundindo o movimento ambientalista no Rio Grande do Sul e no Brasil. No início dos anos 80, passa a integrar a federação internacional *Friends of the Earth* (Amigos da Terra), atuando na defesa do ambiente e em favor do processo de desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social.

A NAT também participa na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento; é membro ativo de redes nacionais e internacionais de ONGs e movimentos sociais ligados à proteção ambiental; desenvolve projetos de pesquisa, informação e mobilização social dentro das linhas de atuação dos seus principais programas (Mata Atlântica, segurança química, energia e mineração, Terra Limpa, mudanças climáticas, sustentabilidade nas cidades e campanha global de proteção à Antártica); desenvolve campanhas de conscientização da opinião pública; participa de audiências públicas, acompanhando e discutindo a implantação de projetos de grande impacto ambiental; coleta assinaturas e encaminha às autoridades competentes denúncias de agressões ao meio ambiente.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos no presente trabalho, de forma a torná-los exeqüíveis e operativos, buscou-se, por meio da pesquisa bibliográfica e da documentação direta, estabelecer um corpo de trabalho que permitisse o seu desenvolvimento de maneira clara e concisa.

A escolha por tais procedimentos metodológicos justifica-se pelo fato de nenhuma das variáveis conceituais aqui sugeridas e que representam o objeto de análise, permitirem uma abordagem quantitativa. Assim, a adoção de um questionário semi-estruturado e aberto conduz à forma mais apropriada de se obter resultados significativos e necessários ao perfeito cumprimento dos objetivos propostos. A opção desse tipo de questionário, com um rol de perguntas previamente elaboradas, tornou-se o instrumento capaz de estabelecer os parâmetros de comparação de possíveis divergências ou concordâncias conceituais entre as entidades pesquisadas, sem no entanto, desvirtuar a análise para outras variáveis não pertencentes a esse estudo, em um universo tão amplo e rico à discussão como o da questão ambiental.

Esse instrumento adotado concede, tanto ao entrevistador como ao entrevistado, uma flexibilidade no que diz respeito às perguntas e respostas, possibilitando ao entrevistador, aproveitar as falas do entrevistado com a intenção de desenvolver a entrevista e aprofundar o foco de estudo (ALVES, 2003).

A escolha dos entrevistados baseou-se no cumprimento de três quesitos principais:

- 1º pertencer ou estar vinculado profissionalmente às categorias jurídicas das entidades que fazem parte da proposta desse trabalho: entidade pública, entidade privada e entidade não-governamental;
- 2º desenvolver trabalho, projeto ou estudo dentro da área ambiental;
- 3º disponibilidade à entrevista (questionário respondido na presença do entrevistador e no momento da formulação da pergunta.)

4.1 AGENTES ENTREVISTADOS

Assim, fizeram parte da amostragem, a Organização não-governamental Amigos da Terra; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), representando a categoria de entidade pública; a empresa Biolaw, representando a categoria de entidade privada, todas localizadas na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e a Organização não-governamental Amigos da Terra.

A metodologia baseia-se, portanto, em uma pesquisa exploratória e na tentativa de construção de um quadro teórico acerca do problema.

4.2 CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A partir das respostas fornecidas pelos agentes entrevistados no momento em que essa era realizada, foram definidos três níveis de informações.

O primeiro nível refere-se aos dados de identificação do entrevistado, permitindo determinar sua área de formação, a que campo do conhecimento está vinculado, bem como estabelecer se seu cargo ou função tem poder decisório dentro da hierarquia da instituição e se a execução de seu trabalho se dá no campo teórico e/ou prático.

O segundo nível de informações corresponde aos dados de identificação da instituição. Representa um conjunto de informações que busca caracterizar a instituição a partir de sua identificação como ator engajado à temática ambiental; seu papel dentro do tecido social.

O terceiro nível de informações é composto pelos dados conceituais. Tais dados trabalham com as três variáveis universais – sujeito, ação e objeto – que compõem a base de estruturação e de desenvolvimento das sociedades.

Pelo fato de os conceitos aqui referidos pertencerem ao universo do conhecimento de várias ciências, eles mudam de conteúdo em função da abordagem disciplinar pelos quais são tratados e pensados (RHODE, 1996). Da mesma forma, refletem interesses e ações que resultam e são resultados das relações estabelecidas entre as três variáveis. Podem, por conseguinte, apresentar conteúdos idênticos ou diferenciados de compreensão.

A partir da revisão dos conceitos apresentada no capítulo 2, buscou-se contemplar, sempre que possível, uma classificação que caracterizasse as abordagens comum,

conservadora e contemporânea, mencionadas no capítulo 2 e expressas na seqüência do trabalho no item 4.3.

4.2.1 Entrevista

As perguntas do questionário aplicado às instituições

1. Qual a sua função e/ou cargo na entidade?
2. Qual a sua escolaridade? Especifique.
3. A quanto tempo trabalha nesta instituição?
4. Quais as atividades realizadas por esta instituição?
5. Quais os principais objetivos da instituição?
6. A instituição trabalha sozinha ou em parceria?
7. Quais os procedimentos adotados pela instituição na execução dos trabalhos?
Especificar cada um dos procedimentos.
8. Com quais questões ambientais a entidade trabalha? Descreva-as.
9. Como se dá a articulação desta instituição com a sociedade?
10. Qual a sua interpretação sobre os seguintes conceitos:

- Meio ambiente

- Natureza
- Recurso natural
- Conservação ambiental
- Preservação ambiental
- Degradação ambiental
- Poluição
- Monitoramento ambiental
- Gerenciamento e/ou gestão ambiental
- Qualidade ambiental

11. Qual a relação existente entre qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção?

12. O que você entende por processos naturais e processos sociais?

4.3 OS NÍVEIS DE INFORMAÇÕES DA ENTREVISTA

Escolaridade

- Superior completo

- Superior incompleto

- Ensino Médio

- Ensino Técnico

Cargo/ Função

- De decisão

- De execução

- De pesquisa

- Outros

Razão Social

A razão social é indicativa da natureza do trabalho desenvolvido pela instituição, definindo seus interesses no tratamento da questão ambiental. Podem se dirigir a segmentos específicos da sociedade ou à sua totalidade, no que diz respeito à prestação de serviços. Três grupos de interesses foram definidos:

- Prestação de serviços sem visar lucro

- Prestação de serviços visando lucro.

- Prestação de serviços institucionais.

Atividades realizadas pela instituição

A variedade de interesses, profissionais e ações que estão envolvidas na questão ambiental é muito ampla. Procura-se então aqui estabelecer a forma de manifestação dos atores com tal questão. A manifestação pode ser promovida através de:

- Monitoramento e fiscalização do cumprimento de dispositivos legais.
- Geração e disseminação de informações – pesquisas.
- Treinamento ou capacitação de pessoal, apoio técnico e difusão de tecnologias apropriadas.
- Consultoria para implantação de projetos.
- Outras formas de manifestação, por exemplo educação ambiental.

Principais objetivos da instituição

Representam os alvos de preocupação, a partir do qual serão estabelecidas as formas de manifestação para atingi-los. Foi estabelecido, a partir da classificação proposta por Fonseca e Pinto (apud LOPES e BASTOS FILHO at al., 1998), e, no presente trabalho, modificada, quatro categorias de objetivos: a categoria assistencialista, cujas instituições enfatizam ações e práticas ligadas à melhoria de qualidade de vida de populações locais, onde o ambiente é percebido como um extrato essencial de atuação; a categoria científica, onde as instituições estão mais direcionadas à área científica gerando e disseminando informação ligada a crise ambiental e suas repercussões; a categoria participativa direta, que tenta demonstrar, mediante iniciativas concretas no campo, a viabilidade de novos modelos de desenvolvimento que ao

mesmo tempo conservem a base de recursos naturais, buscando soluções para desafios locais; a última categoria diz respeito àquelas entidades que buscam novos mecanismos que influenciem os canais decisórios, incluindo o desenvolvimento de políticas de legislação reguladora, categoria que será classificada como de interferência.

- Categoria assistencialista.
- Categoria científica.
- Categoria participativa direta.
- Categoria de interferência.
- Outras categorias.

Trabalho realizado individualmente ou em parceria.

Partindo da premissa de que a questão ambiental habita clientelas, programas e práticas extremamente variadas e que tal fato conduz a uma multiplicidade de comportamentos, colocando em interação diferentes atores e diferentes lutas, é possível estabelecer-se uma rede de parcerias entre os grupos, as classes sociais, as nações e os indivíduos (os diferentes atores) envolvidos em tal processo. Busca-se, portanto, saber se os atores que pertencem a esta pesquisa agem e/ou interagem:

- Individualmente.
- Em parceria.

- Diretamente com a comunidade.
- Indiretamente com a comunidade.

Procedimentos adotados pela instituição à execução dos trabalhos

Corresponde ao conjunto de etapas utilizadas pela instituição, que serão capazes de viabilizar as formas de manifestação. Possibilita determinar se é a instituição que identifica e executa todas as etapas na solução de um problema apresentado ou se realiza apenas uma parte da solução desse mesmo problema. Os procedimentos implicam:

- Identificação do problema ambiental.
- Elaboração do projeto que busque sua solução.
- Implantação do projeto.
- Avaliação sistemática dos resultados obtidos – diagnósticos.
- Todas as etapas citadas acima.
- Outras formas de procedimento.

Questões ambientais trabalhadas pela entidade

Indiscutivelmente, o desenvolvimento, como é posto, produz uma gama de impactos e danos ao planeta, que vão desde a escala local até a global, criando situações que variam entre alterações profundas em ecossistemas e dinâmicas modernizadoras, passando pelas desigualdades sociais e de recursos. Muito embora todos esses processos estejam intimamente

relacionados, alguns deles podem merecer mais atenção que outros à sua solução, tanto por parte da sociedade como também das instituições dedicadas a tal questão. Dessa forma busca-se conhecer se a instituição trabalha uma questão ambiental específica ou se trabalha com um espectro mais amplo relacionado à temática do ambiente.

- Direcionadas apenas às alterações de ordem física, química e biológica de um ecossistema.
- Direcionadas aos impactos sociais decorrentes dessas alterações.
- Direcionadas aos impactos no sistema de produção, decorrentes dessas alterações.
- Direcionadas a outra finalidade.

Articulação da instituição com a sociedade

Corresponde ao conjunto de mecanismos e instrumentos utilizados pela entidade que lhe possibilitam estabelecer um vínculo de diálogo e atuação junto à sociedade.

A articulação se dá a partir de:

- Palestras
- Educação
- Elaboração de projetos
- Outras formas de articulação

Escala de atuação da instituição

Embora a questão ambiental esteja presente em todo o planeta, a intensidade de ocorrência de problemas pode apresentar variância econômica, social, temporal e espacial. Seus efeitos podem ser produzidos e sentidos local, regional ou globalmente pelas populações e pelos agentes econômicos e sociais. Dessa forma, a entidade pode dispor seus recursos humanos e financeiros para identificar e propor soluções a um problema ambiental que ocorrem em escala planetária (por exemplo, o efeito estufa, que apresenta, entre outras conseqüências, alterações no regime de chuvas e ventos) ou então, direcionar sua atuação à resolução de problemas de ordem regional, (por exemplo, a escassez de água no sertão nordestino ou então, a formação dos areais no Rio Grande do Sul) e também local (por exemplo, áreas de risco em um conjunto urbano). Portanto sua atuação pode ser de caráter:

- Nível local.
- Nível regional.
- Nacional.
- Global.
- Outras

Meio ambiente

Com o crescimento do movimento ambientalista, a ascensão do partido verde e recusa à convivência com tecnologia de risco ao planeta, ocorre a incorporação da variável “meio ambiente” ao sistema produtivo mundial, de forma que essa expressão adquire também o

significado de oportunidade de mercado. De acordo com Capra (1993), os gastos com proteção ambiental passam a ser vistos não mais como custos, mas sim como investimentos no futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva. Assim, muitas indústrias colocam em prática projetos de ecotecnologia objetivando a satisfação de um mercado consumidor agora preocupado com o ambiente, inaugurando a fase de produção centrada na mercadoria e no consumo de produtos ecologicamente corretos, adquirindo a expressão meio ambiente um significado mercadológico. Dessa forma, o meio ambiente pode ser entendido:

- Como espaço ético de transformações objetivando justiça social.
- Como espaço de desenvolvimento econômico e/ou tecnológico.
- Como um ecossistema.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Natureza

É um termo genérico, que apresenta as mais variadas acepções, desde um estado emocional até um conceito científico.

- Entendida como atributo não concreto de um ente, representa, um sentimento, uma emoção, uma subjetividade.
- Entendida com área possuidora de limites físicos, com características visíveis; oposto a idéia.

- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Recurso natural

Para Dupon, Bitoun e Alphandéry (1991), o ambiente tornou-se uma fonte de expectativas para uns e um círculo de ganhos financeiros para outros, por meio da exploração de seus elementos constituintes. Assim, uma parcela significativa da população mundial tem acesso a um nível de consumo e riquezas e a outra parcela, não consegue satisfazer suas necessidades básicas, aumentando o número de pessoas que vivem em áreas degradadas e periféricas. É necessário superar a visão que atribui estatuto diferenciado para a questão da pobreza e da deterioração ambiental, quando ambos na verdade originam-se de um estímulo de desenvolvimento que gera desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental (FERREIRA, 1998). Recurso natural pode ser entendido:

- como elemento suporte material (ex: alimento) ou não material(ex: uma força: a radiação solar), capaz de promover a satisfação das necessidades básicas humanas.
- como escala mensurável de crescimento econômico, na medida em que sua exploração o torna patrimônio-chave do processo produtivo e que sua falta ou escassez pode onerar e dificultar a dinâmica de tal processo; elemento suporte material presente em um ecossistema, capaz de gerar lucro; garantia de reprodução do sistema.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.

- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Conservação ambiental

A conservação ambiental representa uma série de medidas que busquem garantir a manutenção e funcionamento dos ecossistemas e sua utilização pelo homem, estabelecendo um limite a partir do qual não se torna mais possível sua regeneração. Implica em uma atitude de resguardo do ecossistema mediante uma utilização equilibrada. Essa atitude de resguardo pode ser percebida

- Como um conjunto de ações individuais e coletivas, de ordem humana, técnica e social, destinadas a limitar as transformações provocadas pela ação humana no planeta, admitindo a existência de uma capacidade limite dos ecossistemas em suportar alterações em seu funcionamento e equilíbrio, ameaçando a própria vida no planeta.
- Como um conjunto de ações econômicas que buscam minimizar os riscos provocados no sistema produtivo pelo ambiente.
- Apresenta outro significado não pertencente às propostas da pesquisa.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo?

Preservação ambiental

Representa um conjunto de atitudes, de ações que busquem resguardar de qualquer uso um ecossistema ou os elementos de um ecossistema. Esse conjunto de ações pode ser percebido como

- destinadas a garantir a integridade dos equilíbrios ecológicos do planeta.
- destinadas a garantir a integridade dos ecossistemas.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo

Degradação ambiental

Os impactos ambientais, em sua totalidade, não são passíveis de uma quantificação exata, já que afetam a qualidade de vida humana e não humana, que é basicamente determinada por juízos de valor estabelecendo uma tensão entre qualidade e quantidade. Em face do modelo econômico capitalista, como forma de avaliação de tais impactos, é comum equiparar-se preço e valor. Entretanto preço é uma quantidade mensurável e objetiva e valor é, em essência subjetivo (CAPRA, 1993).

A degradação ambiental pode, dessa forma, assumir um caráter objetivo de preço, de risco ao sistema produtivo, ou por onerá-lo ou por sua escassez ou esgotamento; pode assumir caráter de valor de desigualdade e injustiça social e pode também assumir o caráter de desequilíbrio físico nas trocas de matéria e energia dos ecossistemas, já que a dinâmica do processo tecnológico-industrial ocorre em ritmo mais acelerado que o ritmo de absorção dessas degradações pelos ecossistemas. A degradação ambiental pode ser compreendida como:

- fator de injustiça e desigualdade social.
- fator econômico de risco, ocasionando diminuição de lucro.

- fator de desequilíbrio químico, físico e biológico a um ecossistema produzido pela ação humana.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Poluição Ambiental

Contaminação de um ambiente, alterando fortemente suas propriedades, tanto no que diz respeito a quantidade de seus elementos constituintes como também à introdução de elementos estranhos, decorrentes da ação social e ultrapassando sua capacidade de regeneração, que pode ser percebida como

- Destruição do universo cotidiano, do modo e da qualidade de vida, tanto no sentido material como cultural das sociedades.
- Introdução de um elemento estranho, não pertencente a um ecossistema.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Monitoramento ambiental

Traz a idéia de proceder a avaliações periódicas um ambiente, possibilitando estabelecimento de diagnósticos sobre seus usos e sua manutenção equilibrada. Tais

avaliações que servem de base à elaboração de soluções ambientais podem conter interesses tanto sociais quanto econômicos. Assim, monitoramento ambiental pode ser entendido como

- Controle, mediante medições, das propriedades características que formam um ecossistema.
- Controle do ambiente por meio de técnicas regidas pela lógica econômica e financeira.
- Controle do ambiente de forma a proporcionar soluções que contemplem equilíbrio ambiental e coletividade.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Gerenciamento e/ou gestão ambiental

Tem o propósito de promover a administração dos recursos naturais, levando em conta suas características e limitações e as possíveis formas de relacionamento com a sociedade, sem os degradar.

- Determinação da incongruência de uso dos recursos naturais presentes no ambiente por meio de avaliações sistemáticas de sua situação, de forma a garantir o cumprimento das necessidades essenciais ou básicas de uma população.

- Administração dos recursos humanos e naturais presentes no ambiente através de uma avaliação sistemática de sua situação, de forma a garantir a dinâmica do modelo econômico.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

Qualidade ambiental

É uma expressão, assim como natureza que pode apresentar diversas acepções. Diz respeito ao estado das principais variáveis que compõe o ambiente e que afetam direta ou indiretamente o bem estar do seres vivos. Tais variáveis são medidas e caracterizadas através de um conjunto de padrões e normas preestabelecidos. A qualidade ambiental corresponde a idéia de

- um conjunto de padrões e normas que são estabelecidos de forma a garantir condições que priorizem o sistema produtivo.
- um conjunto de padrões e normas que são estabelecidos de forma a garantir o equilíbrio das variáveis ambientais, proporcionando a manutenção de um nível satisfatório de todas as espécies vivas em suas relações vitais.
- Apresenta outro significado não mencionado aqui.
- Admite outro termo equivalente? Em caso afirmativo, qual termo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente etapa propõe-se a sistematizar os dados obtidos a partir das entrevistas fornecidas pelos agentes das instituições aqui citadas e sua adequação à metodologia proposta nessa pesquisa, bem com a interpretação desses mesmos dados, de maneira a proporcionar o alcance dos objetivos gerais e específicos.

Os conteúdos constantes nas tabelas indicativas dos níveis de informações foram construídas mantendo-se a fidedignidade das entrevistas já mencionadas.

5.1 A ENTIDADE PÚBLICA: O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)

Representa a prestação de serviços institucionais no que diz respeito à questão preservação ambiental, direcionadas a atender a totalidade da população.

Primeiro nível de informação: dados de identificação do entrevistado	
1-Função e/ou cargo	Agente administrativo Geógrafo.
2-Escolaridade	Superior completo. <i>Não tem poder de decisão. Executa trabalho no campo teórico.</i>
3-Tempo de serviço na instituição	Desde 1975.

Figura 1 – Dados de identificação do representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Segundo nível de informação: dados de identificação da instituição	
4-Atividades realizadas pela instituição.	Para o entrevistado, basicamente a criação de unidades de conservação federal é a atividade desenvolvida pela instituição; e paralelamente, de forma acessória, fiscalização. <i>Há uma divergência entre a opinião do entrevistado e o que consta na legislação do IBAMA. De acordo com essa legislação, todas as atividades propostas nesse item são realizadas pela entidade.</i>
5-Principais objetivos da instituição	Para o entrevistado, a entidade realiza apenas a criação de unidades de conservação e o seu respectivo gerenciamento, também incluído na categoria de interferência. <i>Há divergência entre o entrevistado e a instituição. De acordo com os dados fornecidos por esta, ela pode ser classificada tanto como de categoria científica como de interferência.</i>
6-Trabalho executado individualmente e/ou parceria	A parceria ocorre nas atividades extragerenciamento (atividades fora do padrão normal do gerenciamento, como por exemplo, áreas do entorno e pesquisa), ocorre terceirização ou conveniência. <i>Individualmente e em parceria.</i>
7-Procedimentos da instituição na execução de trabalhos	Geralmente são áreas em que ocorre o clamor da comunidade científica. a) Criação do histórico da área; b) Levantamento para delimitação de uma área ideal à preservação; c) Criação, através de decreto federal, das unidades de conservação que, dependendo de suas peculiaridades, podem ser desde reservas até parques nacionais. <i>Executa seus procedimentos em todas as etapas propostas para esse item.</i>
8-Questões ambientais trabalhadas pela instituição	Preservação, estando direcionada mais às alterações de ordem física, química e biológica. Como a instituição é de direito público interno, tem capacidade meramente administrativa. Para o agente entrevistado, oficialmente, a atividade do IBAMA é ampla; extra-oficialmente, ficaria só com as unidades de conservação e entorno, sendo o restante dos poderes repassados para os estados, para as secretarias de meio ambiente. <i>Sua escala pode ser delimitada como de atuação em áreas de interesse nacional.</i>
9-Articulação da instituição com a sociedade	Articulação frágil; não está amadurecida. Tentativas de articulação são feitas através de educação ambiental (palestras) e publicações.

Figura 2 – Dados de identificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Terceiro nível de informação: dados conceituais	
Meio ambiente	<p>Termo redundante. É mais adequado falar-se em ambiente. Não deve ser entendido apenas como um núcleo ecológico, pois envolve não só o espectro ecológico, mas o humano também. Você vê a área de forma mais abrangente, você vê o ambiente humano, você vê o ambiente natural propriamente dito.</p> <p><i>Aceita todas as idéias propostas de classificação.</i></p> <p><i>No decorrer da entrevista, é possível perceber que meio ambiente equivale a espaço natural, ambiente natural e natureza.</i></p>
Natureza	<p>“É um conceito amplo. É a biosfera toda ou quem sabe todo o universo”.</p> <p><i>Apesar de fazer referência a biosfera e ao universo, caracteriza o conceito levando em consideração a idéia de “todo”, “infinito”, sendo classificado na noção de sentimento, emoção.</i></p>
Recurso natural	<p>Recurso do qual o homem lança mão para a sua sobrevivência. Existe o recurso natural paisagístico, o recurso natural do bem-estar visual; não só do bem-estar do ser humano, mas do bem-estar coletivo, do ecossistema.</p> <p><i>Essa definição não permite outra categoria de identificação se não a categoria de outro significado não mencionado nesse trabalho.</i></p>
Conservação e preservação ambiental	<p>Não estabelece se existe ou não diferença conceitual. Argumenta que esses conceitos evoluem de acordo com os conhecimentos técnicos e científicos. Também afirma que determinados locais estão em situações emergenciais e que por essa razão, deveriam ser fechados e a área em seu entorno submetida a um controle em relação a intervenção humana, considerando as características da área.</p> <p><i>Admite outro significado não pertencente às propostas da pesquisa.</i></p>
Degradação ambiental	<p>“Pode ser entendida a partir de dois ângulos: o dos desastres naturais e o da intervenção humana. A verdadeira degradação ambiental é a humana, centrada na atividade humana. Os desastres naturais são processos normais do planeta, que podem aparentemente degradar um ambiente em determinadas circunstâncias, geralmente não”.</p> <p><i>É percebido como um fator de desequilíbrio químico, físico e biológico a um ecossistema, produzido pela ação humana.</i></p>
Poluição ambiental	<p>“Todo o processo de agressão ao ambiente natural, unicamente causado pela ação antrópica”.</p> <p><i>Apresenta outro significado não incluído na classificação proposta.</i></p> <p><i>Tem o mesmo sentido de degradação ambiental.</i></p>
Monitoramento ambiental	<p>“Acompanhamento do processo de poluição e do processo de intervenção de uma forma geral, ambiental”.</p> <p><i>É o controle mediante medições das propriedades características que formam um ecossistema.</i></p>
Gerenciamento e/ou gestão ambiental	<p>“Significa controle da área”.</p> <p><i>Admite todos os significados propostos no presente trabalho, uma vez que não é especificado quem o executa, com que objetivo e de que forma.</i></p>

Figura 3 – Caracterização conceitual emitida pelo representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Continuação da Figura 4 – Caracterização conceitual emitida pelo representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Terceiro nível de informação: dados conceituais	
Qualidade ambiental	Afirma que qualidade ambiental “é um conceito cêntrico e antropocêntrico. Para um ser humano que esteja integrado é uma interação entre nós, humanos, e o que a natureza é para nós. Todo o processo, desde a urbanização, a construção de meios de locomoção, etc. devem ser planejados e executados visando o máximo possível de interação do meio natural, incluindo a paisagem”.
	<i>Admite todos os significados propostos na classificação.</i>
Processos naturais e processos sociais	<i>Não é possível identificá-los devido à falta de clareza e objetividade do entrevistado.</i>
Relação entre qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção	<i>Não é possível perceber se existe ou não relação devido à falta de clareza e da objetividade do entrevistado.</i>

5.2 ENTIDADE PRIVADA: BIOLAW CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Representa uma entidade de interesse comercial, ou seja, prestação de serviços visando ao lucro.

Primeiro nível de informação: dados de identificação dos entrevistados	
1 - Função e/ou cargo	Sócio-fundador.
2 – Escolaridade	Superior completo, com Pós-Graduação em nível de Doutorado. <i>Tem poder de decisão. Executa trabalho no campo teórico e prático.</i>
3 – Tempo de serviço na instituição	Desde 1993.

Figura 5 – Dados de identificação do representante da Biolaw Consultoria Ltda.

Segundo nível de informação: dados de identificação da instituição	
4 – Atividades realizadas pela instituição	Principalmente licenciamentos ambientais. Mais recentemente, elaboração de planos de manejo em unidades de conservação. <i>Obs.</i> Convém ressaltar que embora o entrevistado tenha respondido que realiza licenciamento ambiental, supõe-se que, em realidade, o mesmo esteja se referindo à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima). <i>Pode ser classificada nos quesitos de monitoramento e fiscalização de dispositivos legais bem como no quesito de consultoria para implantação de projetos.</i>

Figura 6 – Dados de identificação da Biolaw Consultoria Ltda.

Continuação da Figura 8 – Dados de identificação da Biolaw Consultoria Ltda.

Segundo nível de informação: dados de identificação da instituição

5 – Principais objetivos da instituição	<p>Servir de consultor técnico para órgãos ambientais.</p> <p><i>Representa uma categoria participativa direta, mesmo que dirigida a atender um segmento específico da sociedade.</i></p>
6 – Trabalho executado individualmente e/ou em parceria	<p>Em parceria</p> <p>A maioria dos contratos que surgem vem das empresas de engenharia que são os consultores primários na cadeia de mercado. Elas captam o trabalho junto ao empreendedor privado ou através de licitação. Como essas empresas de engenharia não possuem corpo técnico capaz de executar todo o trabalho, elas nos contratam.</p>
7 – Procedimentos da instituição na execução de trabalhos	<p>a) Apresentação da área. Etapa de estratégia. Geralmente aqui são definidos locais de amostragem, ambientes que não podem deixar de ser amostrados, zonas de maior fragilidade ambiental.</p> <p>b) Montagem da equipe.</p> <p>c) Visita a campo com toda a equipe.</p> <p>d) Montagem do relatório (diagnóstico).</p> <p>e) Prognóstico.</p> <p>f) Medidas mitigadoras ou compensatórias.</p> <p>g) Programas de monitoramento.</p> <p><i>A entidade é classificada como realizando todos os procedimentos citados nesse item.</i></p>
8 – Questões ambientais trabalhadas pela instituição	<p>Questões relacionadas a licenciamentos ambientais, específicas do tipo de empreendimento. Entretanto, geralmente três eventos fazem parte dos trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeito barreira - Contaminação - Supressão da paisagem <p><i>Estão adequadas dessa forma, às alterações de ordem física, química e biológica de um ecossistema, bem como aos impactos que tais alterações podem oferecer ao empreendimento.</i></p> <p><i>Atuam em nível local.</i></p>
9 – Articulação da instituição com a sociedade	<p>A articulação se dá em dois momentos:</p> <p>Via empreendedor, através da prestação de serviço para a implantação de uma atividade que inexistia naquela área.</p> <p>Via órgão ambiental, para que o empreendimento aconteça de maneira correta. É a viabilização ambiental do projeto.</p> <p><i>Sua articulação se processa através da elaboração de projetos, restrita a um segmento específico da sociedade.</i></p>

Terceiro nível de informação: dados conceituais	
Meio ambiente	<p>“É um conceito de mídia. Conceito que não é utilizado em relatório técnico. O termo utilizado é ambiente, que corresponde a uma porção do ecossistema que tem características peculiares que possibilitam identificá-lo como uma unidade. É semelhante ao conceito de habitat, entretanto é mais amplo: habitat é sempre voltado a uma espécie e no ambiente várias espécies coexistem. No ambiente ocorrem muitas trocas. Esse termo é utilizado para definir locais de amostragem ou para descrição de um local no nosso relatório”.</p> <p><i>Meio ambiente é entendido tanto como um ecossistema como também espaço de desenvolvimento econômico e/ou tecnológico, na medida em que a função da entidade é estabelecer a articulação entre um empreendimento econômico e sua correspondente viabilidade ambiental.</i></p> <p><i>Admite como sinônimo o termo natureza.</i></p>
Natureza	<p>“Conceito não técnico, representa uma linguagem mais vulgar, informal, bom para ser utilizado em conversas com leigos. É um conceito de discussão. É, praticamente, a integração de todos os elementos bióticos e não bióticos”.</p> <p><i>Apresenta, assim, um significado não mencionado nesse trabalho.</i></p>
Recurso Natural	<p>“É uma porção do ecossistema que possui potencial para ser explorado”.</p> <p><i>Pode ser classificado como escala mensurável de crescimento econômico, na medida em que sua exploração o torna patrimônio chave do processo produtivo e que sua causa e sua escassez pode onerar e dificultar a dinâmica de tal processo; elemento suporte material presente em um ecossistema, capaz de gerar lucro; garantia de reprodução do sistema.</i></p>
Conservação Ambiental	<p>“Representa um conjunto de medidas, de atitudes, de esforços para se resgatar uma integridade biótica de um ambiente que possui relevância ambiental. Pressupõe um certo grau de degradação. Também pressupõe manejo e utilização de maneira racional e equilibrada”.</p> <p><i>Apresenta outro significado não mencionado na presente proposta.</i></p>
Preservação Ambiental	<p>“Implica a não utilização de um ambiente. Não necessariamente pressupõe manejo”.</p> <p><i>São ações destinadas a garantir a integridade pristina dos ecossistemas.</i></p>
Degradação Ambiental	<p>“É a conseqüência de atividades ou atitudes, principalmente atividades, que modifiquem a situação natural com perda de biodiversidade, supressão de ambientes etc. Conceito mais amplo que o de poluição”.</p> <p><i>É entendido como fator de desequilíbrio químico, físico e biológico de um ecossistema.</i></p>
Poluição Ambiental	<p>“Alteração de um ambiente através da introdução de um elemento estranho. Cortar uma árvore é degradar mas não poluir. Despejar tinta mesmo que seja na sarjeta, que vai para o esgoto pluvial e assim chega a um rio, é poluir”.</p> <p><i>Representa a introdução de um elemento estranho não pertencente a um ecossistema.</i></p>
Monitoramento Ambiental	<p>“Conjunto de procedimentos que visa avaliar periodicamente uma determinada situação ambiental, para adoção de medidas de reversão ou de prevenção. O monitoramento pode ser de uma situação natural ou de uma situação de degradação”.</p> <p><i>Apresenta todos os entendimentos propostos para esse quesito.</i></p>

Figura 7 – Caracterização conceitual da Biolaw Consultoria Ltda.

Continuação da figura 9 – Caracterização conceitual da Biolaw Consultoria Ltda.

Terceiro nível de informação: dados conceituais

Gestão e/ou Gerenciamento Ambiental	<p><i>Afirma existir uma diferença entre os dois termos. Para o entrevistado gestão ambiental é um termo político. O EIA/Rima é um instrumento de gestão ambiental através do qual até o ministro pode tomar decisão sobre o plano diretor de uma região. É um trabalho em grande escala, não específico.</i></p> <p>“Gerenciamento ambiental é um trabalho em escala menor, porém específico, onde se determina quais atividades deverão ser direcionadas para determinado problema. É um conjunto de medidas que visa um objetivo, geralmente de recuperação ou de prevenção de um problema ambiental”.</p> <p><i>Admite um significado não proposto no trabalho.</i></p>
Qualidade ambiental	<p>“Medida de quanto um ambiente, um ecossistema ou até uma situação mais restrita está distante do natural, do pristino, daquela situação intocada. Quanto mais distante estiver menor a qualidade ambiental. Sinaliza outro termo que não consta na relação de conceitos pesquisados nesse trabalho, que é a integridade biótica. A integridade biótica é semelhante a qualidade ambiental e por definição, é quanto aquele local ou aquele ambiente está diferente do original. Só pode Ter integridade biótica total quando é igual ao original. Esse conceito pressupõe uma degradação, uma medida de quanto está diferente do original”.</p> <p><i>Entendido como um conjunto de padrões e normas que são estabelecidos de forma a garantir o equilíbrio das variáveis ambientais, proporcionando a manutenção de um nível satisfatório de todas as espécies vivas em suas relações vitais.</i></p>
Relação entre qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção	<p><i>Não estabeleceu relação, apenas definiu qualidade de vida. Para o entrevistado, qualidade de vida é uma medida da qualidade ambiental voltada essencialmente para os seres humanos.</i></p> <p>“Nunca utilizou, nem nunca ouviu falar em qualidade de vida do peixe, da borboleta, etc.”.</p>
Processos naturais e processos sociais	<p>“Processos naturais são aqueles processos que vem de longa data, vinculados a evolução da natureza. Estamos falando de ciclos biogeoquímicos, reprodução de algumas espécies ou a própria evolução de um ecossistema. Processo social pode extrapolar totalmente essa questão da natureza; pode ser uma coisa essencialmente humana. Existe um vínculo entre eles, quando os processos sociais interferem nos naturais. Não necessariamente estão vinculados”.</p>

5.3 TERCEIRO SETOR: ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL AMIGOS DA TERRA

Representa a prestação de serviços sem fins lucrativos, no que diz respeito ao tratamento de questões que envolvem o ambiente.

Primeiro nível de informação: dados de identificação do entrevistado	
1-Função e/ou cargo	Coordenadora de projetos (elabora projetos e encaminha a fontes financiadoras)
2-Escolaridade	Superior completo, com pós-graduação em nível de mestrado. <i>Tem poder de decisão.</i> <i>Executa trabalho no campo teórico e prático.</i>
3-Tempo de serviço na instituição	36 (trinta e seis) meses.

Figura 8 – Dados de identificação do representante da Organização Não-Governamental Amigos da Terra

Segundo nível de informação: dados de identificação da instituição	
4-Atividades realizadas pela instituição	Atividade de elaboração ou de influência em políticas públicas. Esclarecimento e discussão com a sociedade. Pesquisa. <i>A entidade faz sua manifestação a respeito do ambiente através de monitoramento e fiscalização no cumprimento de dispositivos legais juntamente com a geração e disseminação de informações.</i>
5-Principais objetivos da instituição	Preservação do meio ambiente. Conscientização pública sobre problemas ambientais e possíveis soluções para os mesmos. <i>Pode ser classificada como categoria assistencialista e de interferência.</i>
6-Trabalho executado individualmente ou em parceria	Em parceria com empresas privadas. Em parceria com fundos públicos. Em parceria com universidades. <i>Em parceria</i>
7-Procedimentos da instituição na execução de trabalhos	Atividade de pesquisa: a)definição do projeto; b)definição dos técnicos; c)pesquisa de campo; d)relatório final. Atividades de conscientização: a)através de uma pesquisa extensa é definido o tema; b)participação em reuniões, seminários, etc. Nesse nível, ocorre também parcerias com outras organizações não-governamentais que estão envolvidas com o tema definido; c)elaboração de material de divulgação; d)distribuição do material em lugares previamente determinados; e) participação em palestras, seminários, etc. <i>Executa seus procedimentos em todas as etapas propostas no trabalho.</i>
8-Questões ambientais trabalhadas pela instituição	Trabalha por temas, como por exemplo, segurança química, florestas, energia, etc. Trabalha em escala local, regional e nacional. Esses trabalhos podem envolver desde questões de manejo até políticas públicas. <i>Trabalha a questão ambiental em todos os itens citados nesse quesito.</i>
9-Articulação da instituição com a sociedade	A articulação se dá através da participação em: a)conselhos; b)em instituições de ensino e pesquisa; c)em movimentos sociais; d)em projetos financiados pelo setor privado. <i>Articulação é realizada em todos os níveis propostos nesse item.</i>

Figura 9 – Dados de identificação da Organização Não-Governamental Amigos da Terra

Terceiro nível de informação: dados conceituais	
Meio ambiente	<p>“É onde os seres humanos ou qualquer outro ser vivo estão inseridos. É desde o teu local de trabalho, até a tua casa, até o teu quintal, até a região onde se vive, até o planeta todo. É então, aquilo que nos circunda, que estamos em contato; em todos os níveis, do local ao global.”</p> <p>Apresenta outro significado não mencionado nesse trabalho.</p> <p>Admite como sinônimo de natureza.</p>
Natureza	<p>É a fonte de vida de todos, para todo o planeta. Dependemos da natureza não como recurso, mas para manter o que chamamos de qualidade de vida, conforto, bem estar, paz de espírito, que é uma necessidade básica humana. Não é um recurso a ser utilizado para produzir algum bem; é fundamental para o equilíbrio da vida.</p> <p>Não é um objeto concreto; descreve uma idéia, um sentimento, uma emoção, uma subjetividade.</p>
Recurso natural	<p>Não gosta desse termo, pois é restrito e identifica a natureza como mercadoria. Recurso pode ser um recurso para a produção de capital; pode ser um recurso natural, produzido. Recurso para a produção de capital é qualquer recurso.</p> <p>Não especifica de maneira clara e objetiva o significado de recurso natural, sendo enquadrado em outro significado não mencionado nas propostas dessa pesquisa, nesse quesito.</p>
Conservação ambiental	<p>É a manutenção intacta de sítios; é a conservação do estado nativo, natural, seja de uma floresta seja de uma bacia hidrográfica. É importante para a nossa geração, para as gerações futuras e para o desenvolvimento tecnológico da humanidade.</p> <p>O agente entrevistado transferiu o significado pertinente a conservação para preservação e vice-versa. Por essa razão se adotou para ambos a classificação de possuir outro significado não mencionado.</p>
Preservação ambiental	<p>“É conservar o máximo possível os recursos naturais. Não implica sua não utilização; não implica que as pessoas não possam se relacionar com a natureza, inclusive extrair frutos, madeiras..., mas de forma sustentável.”</p> <p>O agente entrevistado transferiu o significado de conservação para preservação ambiental. Por essa razão será classificado como possuindo outro significado não mencionado nesse trabalho.</p>
Degradação ambiental	<p>Produzido pelos diversos usos antrópicos. Pode se manifestar de diversas formas e ter origem nas mais variadas atividades. Vem da relação do homem com a natureza sem o devido respeito, sem a visão de longo prazo, sem a consciência de interdependência que o homem tem com o meio ambiente.</p> <p>É percebido como fator de desequilíbrio químico, físico e biológico a um ecossistema produzido pela ação humana.</p>
Poluição ambiental	<p>Alteração química da natureza; dos elementos água, solo, ar,... causada pelas diversas formas de disposição de rejeitos na natureza, emissões atmosféricas, etc.</p> <p>Representa a introdução de um elemento estranho não pertencente a um ecossistema.</p>
Monitoramento ambiental	<p>Avaliação periódica das condições do meio ambiente, para se ter uma visão histórica da qualidade desse meio. É importante para prever o futuro ou para se tomar ações futuras que possam ser modeladas ou previstas; para se saber que medidas devem ser tomadas agora e que reflexos elas vão ter no futuro.</p> <p>É o controle, mediante medições das propriedades características que formam um ecossistema.</p>

Figura 10 – Caracterização conceitual da Organização Não-Governamental Amigos da Terra

Continuação da figura 3 – Caracterização conceitual da Organização Não-Governamental Amigos da Terra

Terceiro nível de informação: dados conceituais

Gerenciamento e/ou gestão ambiental	<p>“Elencar e priorizar ações que são necessárias para se fazer uma melhoria ambiental. O gerenciamento ambiental é pragmático; não é só um diagnóstico para se ver quais são os problemas, ou uma idealização do que seriam as soluções para os problemas; o principal do gerenciamento é elencar as prioridades e ver como aplicar de forma mais eficiente os recursos para sua solução.”</p> <p>Apresenta outro significado não mencionado na classificação.</p>
Qualidade ambiental	<p>“Muitas vezes a qualidade ambiental tem se resumido à qualidade dos compartimentos do meio ambiente: a qualidade da água que bebemos, do ar que respiramos, daquilo que consumimos. Mas a qualidade ambiental depende do equilíbrio todo da natureza no entorno para que se possa viver de forma mais equilibrada também. A qualidade ambiental deveria ser incluída em índices. Existe um conceito relativamente novo, que é o da linha da dignidade, envolvendo questões tais como salário, consumo de espaço ambiental de cada indivíduo, acesso ao lazer, participação dos indivíduos no destino de sua própria comunidade, participação dos indivíduos em políticas públicas, acesso à informação, etc. A qualidade ambiental é como o homem se relaciona com o todo, não inclui só a qualidade do ar, da água, etc., inclui a relação do homem com o seu entorno”.</p> <p>Entendido como um conjunto de padrões e normas que são estabelecidos de forma a garantir o equilíbrio das variáveis ambientais, proporcionando a manutenção de um nível satisfatório de todas as espécies vivas em suas relações vitais.</p>
Relação entre qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção	<p>Para o entrevistado, qualidade ambiental (definida no item anterior) possui o mesmo significado de qualidade de vida que é definida como sendo a forma como o indivíduo se relaciona com o meio ambiente e com os outros indivíduos.</p> <p>“Qualidade de produção deve considerar os impactos ambientais assim como a qualidade de vida dos indivíduos que trabalham para essa produção não só do ponto de vista de saúde ocupacional mas também do bem estar do trabalhadores, do relacionamento humano envolvido nessa produção”.</p> <p>Embora não tenha estabelecido clara e objetivamente uma relação entre os conceitos solicitados, percebe-se que é uma relação advinda das relações sociais determinadas pelo sistema produtivo.</p>
Processos naturais e processos sociais	<p>“Processos naturais são os processos regidos por leis físicas, termodinâmicas, etc.”.</p> <p>“Representam a evolução da natureza e seu comportamento, possuindo um equilíbrio muito frágil que pode ser sempre alterado pelas ações do homem”.</p> <p>“O homem não faz parte dos processos naturais. Ele está inserido na natureza; não se relaciona de uma forma natural com o seu meio ambiente; tem essa capacidade de transformação, de influência, de construir, de interferir, de colocar coisas novas e de modificar esse equilíbrio instável, frágil da natureza”.</p>

A partir dos resultados apresentados nas figuras de classificação, torna-se possível promover uma discussão a respeito dos conceitos empregados pelos agentes representantes das instituições que fizeram parte dessa pesquisa. Nessa etapa do trabalho busca-se identificar as idéias ou variáveis utilizadas pelos entrevistados que caracterizam os conceitos por eles

empregados. Todavia convém salientar que não se tem como propósito o julgamento desses conceitos mas sim a sua discussão.

Muito embora o argumento de rejeição ao termo *meio ambiente* não tenha o mesmo conteúdo a entidade privada Biolaw e a entidade pública IBAMA dele não se utilizam. A primeira, por considerá-lo uma expressão não detentora de teor científico, mas sim de teor midiático; um veículo de informação sem nenhum rigor conceitual. Para o agente entrevistado a adequação científica da idéia de *meio ambiente* encontra abrigo no conceito de *ambiente*, sendo esse uma fração representativa de um conjunto maior, o ecossistema e possuidor de características peculiares que o tornam uma unidade (“o ambiente de margem do arroio; o ambiente do fundo” p.140, apêndice B); no ambiente coexistem várias espécies. O *ambiente*, simultaneamente é um todo (por ser uma unidade, um outro todo) e é também uma fração (por ser uma parte do ecossistema). A expressão meio ambiente, portanto, é caracterizada pelo fato de não ser um termo técnico; e ambiente por representar uma unidade, ter valor de descrição e de indicação de locais para amostragem. A idéia de ambiente do agente entrevistado pode ser traduzida na definição de Dasmann (1976), que aborda esse conceito sob uma ótica clássica:

O grande número de espécies vivas, centenas de milhares de variedades de animais e plantas, está distribuído sobre o planeta, não ao acaso, mas em comunidades de seres vivos organizadas e estruturadas, as comunidades bióticas. Estas, distinguem-se umas das outras. As espécies estão ligadas em redes intrincadas de fluxo de energia ou vias de matéria prima química de solo, ar e água através das plantas para os animais. Uma perturbação em qualquer parte da comunidade afeta todas as demais partes.

Cada comunidade, por sua vez, forma uma porção viva de um ecossistema constituído de solo, ar, água, energia solar, características físicas da terra e atmosfera, todas interagindo com a vida (DASMANN, 1976, p.15).

A segunda, por acreditar que a expressão em questão trata-se de um equívoco morfológico, de um excesso de linguagem. Esse fato é confirmado por Coimbra (2002, p.25), quando explica a origem da palavra ambiente:

A palavra ambiente é composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb(o)*, ao redor, à volta, e o verbo *ire*, ir, que se fundem numa aritmética muito simples, *amb + ire = ambire*. Desta simples operação resulta uma soma importantíssima, “ir à volta”. *Ambiente*, pois, é tudo o que vai à volta, o que rodeia determinado ponto ou ser. “*Ambiente*” começou como participio presente do verbo *ambire* (*ambiens, ambientis*), passou a ser adjetivo para assumir depois, em casos preciosos como o nosso, a gloriosa posição de substantivo, designando uma entidade que vai à volta de um determinado ser mas que existe em si mesma

O mesmo agente entrevistado admite o ambiente como envolvendo núcleo e espectro ecológico e espectro humano. Essa colocação possibilita pelo menos duas interpretações. A primeira diz respeito ao significado das expressões núcleo e espectro. São equivalentes e representam uma área central? ou tenta(m) demonstrar que o ecossistema não deve ser o ponto central de análise do ambiente? A segunda interpretação refere-se à fragmentação do ambiente em ecológico e humano, sem concluir se são realidades independentes ou se possuem uma dinâmica de interação. Também merece destaque a colocação ambiente natural e ambiente humano. A questão que se coloca é a de definição do termo natural, visto que o mesmo possibilita um sem número de interpretações, inclusive de ordem religiosa. Natural pode possuir o significado de objeto ou entes criados por Deus e pode também assumir o significado de próprio, característico. Com esse conteúdo o ambiente humano é um ambiente natural ao homem. Mas então onde estaria a diferença entre o ambiente natural e o ambiente humano? O termo natural pode ainda ser percebido como a característica de seres vivos destituídos de intencionalidade. Assim sendo, o homem não faz parte do ambiente natural. Mas então qual seria o ambiente do homem? Como se vê a palavra natural admite vários

significados e possibilita a transformação de um conteúdo ao qual o termo natural esteja associado.

A Organização não governamental admite a existência da expressão meio ambiente tanto como indicativo de localidade, de uma variável espacial (“é onde”, apêndice C, p.149) associando a meio ambiente a idéia de externo; fora; ao redor, deixando transparecer uma característica de passividade, como também a idéia de objeto (“aquilo que nos circunda”, apêndice C, p.149), de envoltório, de receptáculo, de um depositário de seres vivos, como se eles ali estivessem imersos, mergulhados, destituídos de ação. Estabelece escalas de localização desse envoltório: local, regional, planetária.

Por sua parte, a expressão meio ambiente pode também estar indicando um centro, caracterizando uma ação de protagonistas; a idéia de o homem como centro, como protagonista do ambiente (COIMBRA, 2002).

O comum a todos esses argumentos da construção conceitual de meio ambiente é a não admissão

- do homem como natural

- do ambiente como a representação concreta real e efetiva da “natureza” intencional humana.

Sobre esse aspecto, afirma Carvalho (1991) que:

Entre os seres vivos, o ser humano diferencia-se radicalmente, pois, além da capacidade de reagir ao mundo, possui a capacidade de reflexão consciente sobre esta própria ação. O ser humano é o único dotado de capacidade de reflexão metódica. Suas ações apresentam um caráter de deliberação e de

intencionalidade que, a despeito do maior ou menor grau de consciência que possa refletir, não encontra paralelo com nenhum outro ser do mundo animal ou vegetal (CARVALHO, 1991 apud ROHDE, 1996, p. 62).

No termo *natureza* todos os agentes entrevistados concordaram em um ponto: natureza é um conceito amplo e ambíguo, cuja variância estabelece representações que podem ser concretas (biosfera, apêndice A, p.129) ou abstratas, subjetivas (paz de espírito, apêndice C, p.150), passando pela caracterização de uma linguagem destituída de critérios científicos (linguagem não-técnica, informal, p.141, apêndice B). A natureza é um termo sem especificidade; não se refere a essa ou aquela variável (por exemplo, solo, água...) ou a um conjunto de variáveis. Da mesma forma, não se refere a uma ou outra situação ou ainda, a um grupo de situações. Ela é abrangente. Pode permitir inclusão ou exclusão de variáveis ou circunstâncias. Além disso, segundo Gonçalves (1989), o conceito de natureza é característico a cada sociedade. A negativa de aceitação dessa generalidade é o argumento de defesa de sua não utilização pela Biolaw Consultoria Ambiental Ltda. Para a ONG Amigos da Terra natureza refere-se a uma condição subjetiva humana; uma condição emocional voltada ao ser humano visto não ser possível a admissão de “paz de espírito, conforto, qualidade de vida” (apêndice C, p.150) em outra espécie. Já para o IBAMA, tal termo não diz respeito apenas à esfera terrestre; ultrapassa a comprovação de vida; pode ser tanto o espaço de existência de vida como também aqueles em que não foi possível ainda tal comprovação (“todo o universo”, apêndice A, p.129).

A natureza define-se, na sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Além disso, a expressão dominar a natureza só tem sentido a partir da premissa de que o homem é não natureza. Mas se o homem é também natureza, como falar em dominar a natureza? Teríamos que falar em dominar o homem também (GONÇALVES, 1989).

Mesmo sendo admitido por todos os entrevistados como sendo um conceito amplo, vago, o termo natureza é utilizado para complementar outros conceitos.

Gonçalves (1989) argumenta que toda a sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a *natureza*. Nesse sentido, o conceito de *natureza* não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens.

Todos também argumentam tratar-se a expressão *recurso natural* como sendo alguma variável, algum elemento ambiental com possibilidade e potencial de uso. São as funções que a sociedade pode determinar a uma fração do ambiente ou a ele todo. O IBAMA considera *recurso natural* como o elemento ou variável ambiental de uso para a sobrevivência do homem. A primeira questão a ser esclarecida é a do significado do termo sobrevivência. Sobrevivência pode assumir a representação da manutenção de um padrão de consumo ou assumir a representação da satisfação de necessidades em nível fisiológico. A segunda questão que se coloca é a do sujeito que terá garantida sua sobrevivência. O termo *recurso natural*, obviamente, por si só exclui os outros seres vivos destituídos de consciência e argumentação. É a garantia, portanto da sobrevivência da espécie humana em detrimento das outras espécies vivas existentes. Tais recursos estão dispostos por todo o ambiente, mas apenas alguns homens têm acesso a eles e garantida sua sobrevivência, mesmo que se admita as duas representações aqui propostas. Argumenta ainda que *recurso natural* não é só direcionado ao bem estar do ser humano, mas também do bem estar coletivo do ecossistema. Ocorre que ecossistema pressupõe uma coletividade; além disso, como seria medido o bem estar das outras espécies vivas que não a humana? Admite a existência de *recurso natural* paisagístico e do bem estar visual sem, contudo, defini-los. A empresa privada Biolaw muito embora compartilhe da mesma idéia, não se refere a *recurso natural* como garantia de

sobrevivência, mas sim como garantia de exploração, no sentido de tirar proveito. **Recurso natural** é o suporte material que proporciona a manutenção de todas as formas de desigualdades existentes no ambiente. A ONG Amigos da Terra embora demonstre a tentativa de trilhar um outro caminho quanto à compreensão desse conceito, acaba por conferir a ele o mesmo significado que ela própria se posiciona de maneira contrária: a de mercadoria. Sua tentativa é constatada quando argumenta que recurso natural não pode restringir-se à categoria de mercadoria e que é necessário um equilíbrio não só para os usos que a humanidade pode dele fazer, mas também para o equilíbrio das outras espécies, do ecossistema como um todo. Considera que a palavra recurso admite uma idéia de desarmonia porque se refere aos elementos do ambiente apenas como recurso de garantia da manutenção do modelo econômico.

A Biolaw admite **conservação ambiental** como sendo todo o conjunto de ações e estratégias que visem o resgate da integridade biótica de um ambiente que possua “relevância ambiental” (apêndice B, p.141). Para a existência da conservação é necessária a degradação ambiental. Se ambientes degradados devem ser conservados supõe-se a existência de ambientes não degradados. Considerando que o entrevistado define ambiente como sendo uma porção do ecossistema e que nele ocorrem trocas de matéria e energia; todas as interações são essenciais à manutenção de seu equilíbrio, assim como do ecossistema como um todo, corre-se um duplo risco. O primeiro seria o de se determinar quais ambientes são de relevância ambiental; o segundo, por expor uma incongruência conceitual, pois se ocorre alteração em um dos componentes do ambiente, todos os demais serão afetados. Assim, todos os ambientes têm relevância ambiental. Porém, a relevância ambiental pode não se referir ao ambiente e, sim, ao seu valor de uso pelo sistema econômico. Já **preservação ambiental** para o mesmo agente entrevistado significa a não utilização daquele ambiente e a manutenção do

estado de não utilização que pode ou não ser executado através de estratégias. A entidade pública não estabeleceu diferença entre tais expressões esclarecendo, entretanto, que determinadas áreas que se encontram em situação emergencial de degradação, devem ser fechadas à atividade humana e executados controles em seu entorno, sinalizando com a idéia de preservação ou conservação o controle das atividades que geram uma situação de descaracterização de elementos físicos, químicos e biológicos de uma área. Esse controle pode tanto ser dirigido à diminuição de intensidade da ação que gera a descaracterização como também à modificação dessa atividade. Restringe a ação humana à ação de desequilíbrio do “ambiente natural” (apêndice A, p.127). Já para a ONG Amigos da Terra, o conceito de *conservação ambiental* é manter intacto um sítio estabelecendo uma temporalidade (para o presente e futuro) e os sujeitos: a sociedade e a tecnologia. Não há questionamento sobre o tipo de sociedade e as relações que nela se estabelecem, nem o tipo de tecnologia. Nesse sentido,

na verdade não existe uma, mas sim várias tecnologias. Diferentes tipos de sociedade desenvolveram diferentes formas de tecnologia, inclusive para enfrentar situações semelhantes. Mesmo no interior de uma única sociedade cada problema concreto admite diferentes soluções tecnológicas... A escolha, dentre as várias alternativas possíveis, do tipo de tecnologia que será dominante nessa sociedade é um processo que está intimamente relacionado com a visão cultural e as estruturas sócio-econômicas nelas vigentes. Opções tecnológicas, portanto, não são opções neutras mas sim políticas, sendo condicionadas por mecanismos de poder e interesses de classes (LAGO E PADUA, 1998, p.61).

Preservação ambiental não implica não-utilização. Pode ser um ambiente utilizado desde que de forma sustentável. Sem entretanto caracterizar a expressão “forma sustentável” (apêndice C, p.151), questão polêmica e amplamente discutida, já que a sustentabilidade pode simplesmente significar uma nova forma de organização e expansão do sistema econômico, que encontra na apropriação da questão ambiental sua legitimidade e se instrumentaliza

propondo um modelo de produção apoiado no desenvolvimento sustentável, mas em sua essência, voltado à expansão do lucro, da lógica financeira, do mercado.

...várias questões devem (se puderem) ser respondidas pelo discurso da sustentabilidade. É possível conciliar o “socialmente equitativo”, o “ambientalmente equilibrado” e o economicamente eficiente e produtivo”? É possível se definir novas prioridades ao ensino e à pesquisa, passando da perspectiva da produtividade para a perspectiva da preservação dos recursos naturais? Como construir verdadeiros indicadores de sustentabilidade? Como tratar, e aqui o fundamental, no mesmo nível, as questões técnicas, ambientais, políticas e sociais? (BECKER, 1999, p.235).

Os agentes entrevistados compartilham da mesma idéia sobre o significado das expressões *degradação e poluição ambiental*. A *degradação e a poluição ambiental* são vistas e direcionadas sob a ótica das alterações químicas ou não, dos elementos ambientais existentes, anteriores à presença humana; aqueles que existiam independentemente da vontade humana; àqueles que não tiveram sua origem no desenvolvimento industrial. Tais alterações são promovidas pela ação humana, mas essa última parece ser portadora de uma neutralidade ideológica justaposta à idéia de desenvolvimento e progresso da humanidade. Ocorre que, para todos os entrevistados, a realidade de degradação e poluição desses elementos ambientais é distanciada, descolada, desvinculada da realidade de degradação social; é como se a ação que degrada a uma, não fosse a mesma que degrada a outra; é como se a ação sobre uma das realidades não implicasse em uma ação, interferência e consequência sobre a outra. Para o agente entrevistado do IBAMA a *degradação ambiental* pode ser causada por desastres naturais e pela intervenção humana. Todavia, o mesmo agente argumenta que os desastres naturais geralmente não causam degradação ambiental e que tais desastres são processos normais de um ambiente. Se os processos naturais são próprios, característicos normais de equilíbrio desse ambiente, a idéia de desastre como dano, prejuízo é então dirigida ao homem.

Dessa forma, a ***degradação ambiental*** pode ser entendida como prejuízo ao homem ou como prejuízo ao ambiente; ambos, de qualquer forma, desencadeados pela ação humana.

A ONG Amigos da Terra declara ser a ***degradação ambiental*** a relação que o homem estabeleceu com a “natureza” (apêndice C, p.150) sem o devido respeito. A primeira interrogação se refere, e já mencionado aqui anteriormente ao significado de natureza. O segundo questionamento refere-se ao significado do termo respeito. Este indica uma subjetividade e, portanto uma relação. Assim, o problema da ***degradação ambiental*** é antes de tudo um problema de relações. Finalizando esses questionamentos, poder-se-ia, ainda, dispor da seguinte argumentação: problemas como fome e miséria também são entendidos como advindos das relações sociais, sendo, portanto, formas de ***degradação ambiental***.

Monitoramento e gerenciamento ambiental trazem, em sua essência, a intenção e o exercício do controle, do domínio, do comando de alguém sobre algo e/ou sobre outro alguém. O ***monitoramento ambiental*** (a intenção), tanto para a entidade privada quanto para a Organização não-governamental é o veículo que viabiliza e fundamenta a execução da ação de comando (o gerenciamento), garantindo a integridade dessa ação. É o conjunto de procedimentos que possibilita a avaliação constante de um ambiente e é capaz de determinar suas possíveis formas de organização ou reorganização a partir da inserção das atividades humanas. Tanto para a Organização Amigos da Terra como para a Biolaw Consultoria o ***monitoramento ambiental*** mede os elementos físicos, químicos e biológicos de um ambiente, de uma variável espacial. Para a Organização não-governamental e para o IBAMA essa avaliação é estabelecida a partir de uma degradação; já para a empresa privada Biolaw o monitoramento também pode ser adotado em uma situação natural, livre de degradação. Em todos os agentes entrevistados, o ambiente é o ambiente físico-químico-biológico, aquele não

dotado de ação consciente; para a Organização não-governamental é a ação que busca minimizar ou corrigir situações de degradação através da gestão adequada de recursos.

Para o IBAMA, *gerenciamento e/ou gestão ambiental* refere-se ao controle de uma área, sem especificar se esse controle é sobre os elementos físicos, químicos e biológicos dessa área, se é sobre as ações humanas ocorrentes nessa mesma área ou ambas as situações. Para a Organização não-governamental Amigos da Terra, tal conceito diz respeito à eficácia na aplicação de recursos para se estabelecer uma melhoria ambiental. A melhoria ambiental pode referir-se à melhoria dos elementos físicos, químicos e biológicos de um ambiente sem a interrupção da ação que gerou sua descaracterização; pode referir-se à restrição da intensidade da ação ou ainda, à modificação da essência da ação. O entrevistado da Biolaw estabelece o adjetivo político para gestão e técnico para gerenciamento, manifestando no seu ponto de vista a não equivalência desses conceitos. *Gerenciamento ambiental* para esse agente, corresponde a um conjunto de atividades que permitam a resolução de um problema ambiental, sem, contudo, especificar se o problema ambiental refere-se a descaracterização dos elementos físicos, químicos e biológicos de um ambiente ou à ação que causa esse problema ambiental em intensidade ou essência. Sobre a questão ambiental e as ações a ela associada, de acordo com Becker

isto se dá porque uma das características marcantes do atual processo de desenvolvimento capitalista diz respeito à existência de variados e diferenciados modelos de desenvolvimento. Desta forma, descortina-se a possibilidade de que se constituam novas instâncias, em nível regional (local) de decisão, sobre o destino do processo de desenvolvimento, dentro de suas mais diferentes nuanças, quais sejam: econômicas, sociais, culturais, políticas, tecnológicas e, aquela que tem adquirido maior relevo do “novo” discurso da sustentabilidade, a ambiental (BECKER, 1995, p.213).

Qualidade ambiental, trata-se, de acordo com a entidade privada, de uma medida da integridade biótica de um ecossistema e alega restrições, ao uso do conceito de *qualidade de vida*, que é essencialmente humano, subtraindo o teor de construção de relações sociais do conteúdo de um e/ou de outro. É bem verdade que se torna dificultoso o estabelecimento de uma *qualidade de vida* sem a equivalente *qualidade ambiental* e mais dificultoso ainda determinar-se indicadores seguros da menor ou maior presença de ambos.

A interação máxima entre o ambiente e o homem admitida pelo IBAMA como sendo a definição de *qualidade ambiental* é ambígua na medida em que a interação máxima tanto pode significar um avanço do processo produtivo ou pode indicar uma relação harmônica entre o ambiente e o homem ou qualquer outro tipo de interação. Outra questão que se coloca é a de como seria possível mensurar ou estabelecer esse limite do máximo: através de um índice de consumo; de renda; de PNB? A Organização não-governamental Amigos da Terra é a que mais se aproxima da realidade social oculta nesses conceitos, quando propõe a adoção do conceito de linha de dignidade, ultrapassando o caráter apenas numérico para se dirigir ao caráter subjetivo de relações mais justas e igualitárias; mais solidárias na sociedade. Entretanto, faz referência à *qualidade ambiental* como o “equilíbrio todo da natureza no entorno” (apêndice C, p.152), estabelecendo a existência de um centro, ao redor do qual se processa o equilíbrio.

De acordo com Coimbra (2002), a partir da presença do homem como ser vivo e possuidor de uma dimensão histórica e existencial, as trocas até então existentes entre os seres vivos passam a sofrer modificações que alteram significativamente o ambiente. A qualidade ambiental e a qualidade de vida estão associadas a esse processo de alteração, não do ponto de

vista quantitativo (indicadores, índices, etc.), mas sim do ponto de vista da qualidade das relações que promovem essas transformações significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ainda que dê ênfase na conceituação de termos, expõe, também, a complexidade da questão ambiental. Durante o desenvolvimento do mesmo pelo menos três questões referentes à compreensão desse tema e que evidenciam sua complexidade, merecem destaque. Todavia, não é possível estabelecer qual dessas questões é de maior relevância, nem determinar se alguma delas é que desencadeia as demais.

A primeira questão que se coloca é a fragmentação da realidade humana em realidade ambiental e realidade social. Todos os problemas caracterizados como ambientais, do local ao planetário, trazem, em sua essência, um modelo de relações sociais pautado no ideário de apropriações materiais e imateriais. Essa fragmentação impede que tais problemas sejam compreendidos e trabalhados a partir de uma abordagem de interdependência, criando uma lacuna, um abismo entre ambas as realidades, estabelecendo a premissa de que essa situação de realidade ambiental e realidade social abriga atores, conteúdos e compreensões diferentes. Negar essa estreita relação é negar a realidade de interdependência e negar a busca de um novo modo de relacionar-se com o interno e externo. Implica também em admitir como única relação àquela determinada, em todas as suas manifestações, social, cultural, política,

econômica, afetiva, pela proposta do atual modelo econômico de vivência, que permite uma espoliação predatória e desigual das sociedades em toda a sua abrangência e cujo desenvolvimento é sempre visto a partir da lógica do mercado, da lógica das “quantidades” e não a partir da “qualidade” dessa relação. Nesse sentido, Beaud e Bouguerra (1993) argumentam:

...eleger o mercado como princípio supremo da organização das sociedades e reduzir a responsabilidade dos políticos...só vem agravar a miopia de nossas sociedades, precisamente na altura em que os efeitos da actividade do homem se inscrevem cada vez mais duradouramente, ameaçando tanto as condições de existência das gerações vindouras, como o futuro dos seres vivos na face da Terra. As nossas sociedades enraizadas numa vida que conta já com cem milhões de anos, estão a ameaçar a vida na Terra.

As instituições entrevistadas acabam por fazer tal fragmentação sugerindo a independência dessas realidades. A Organização não-governamental Amigos da Terra é a entidade que tenta romper com esse quadro fragmentário quando introduz, principalmente, os conceitos de recurso natural, qualidade ambiental e qualidade de vida, aproximando-se da idéia de integração dessas realidades. É possível perceber essa tentativa de compreender o ambiente como uma realidade única e expressão maior da intencionalidade das relações humanas. Mesmo com essa tentativa, esbarra em questões de ordem conceitual, instrumentalizando o atual modelo de relações, para a correção de falhas que possam lhe causar danos significativos. A Biolaw Consultoria Ambiental Ltda. mantém-se, em todas as respostas do questionário, dentro da visão ecossistêmica de análise a partir de uma abordagem biológica tradicional, que considera o resultado das ações humanas, mas não a essência das mesmas, garantindo a execução de suas funções de maneira a tornar viável a existência de um projeto econômico dentro do modelo de relação social e humana existente. Da mesma maneira, o IBAMA não se propõe à análise das relações humanas e, como é um órgão de

direito público interno, basicamente restringe sua atuação a execução de tarefas administrativas.

A Segunda questão que se evidencia e que é um desdobramento da primeira é a abordagem de exclusão: realidade ambiental e realidade humana excluem-se mutuamente, dando margem à inoperância dessas entidades frente a propostas de possíveis soluções para problemas ambientais já que um maior equilíbrio ambiental implica em uma maior equidade, no sentido de justiça social. Do contrário, tais entidades acabam por se transformar em apêndices do sistema econômico desempenhando a função de ajustar ambientalmente o modelo de produção sem efetivamente se transformarem em veículos de uma profunda e verdadeira mudança que proporcione essa maior justiça social. Todas as abordagens feitas pelos agentes entrevistados são realizadas nesse sentido.

A terceira questão que merece destaque é a imprecisão ou a abrangência de significado na utilização de termos que fazem parte do referencial teórico dessas instituições. Não se pretende que tais termos sejam estanques, fixos, fechados em si mesmos, mas quando de seu uso, devem expressar a abrangência de sua significação e o contexto em que acontece o exercício do seu emprego. As instituições que possibilitaram o desenvolvimento desse trabalho demonstraram essa tendência.

Meio ambiente para a Biolaw Consultoria Ambiental Ltda. é uma variável espacial, que tem a função de descrever locais ou definir locais para a realização de amostragens. Para a Organização não-governamental Amigos da Terra, o mesmo termo pode ser tanto entendido como noção de objeto como de variável espacial. Para o IBAMA, é uma abrangência de variáveis humanas e ecológicas, sem, no entanto, caracterizá-las.

O conceito de *natureza* para a Organização não-governamental Amigos da Terra é definida a partir da noção de realização de uma necessidade. Essa necessidade pode ser uma necessidade fisiológica, uma necessidade de um determinado nível de consumo, uma “necessidade” psíquica de bem estar entre outras interpretações possíveis. Quando ocorre a satisfação dessa necessidade atinge-se o equilíbrio. Para o IBAMA, *natureza* assume o valor de variável espacial: a biosfera e o universo. Além de ser uma variável muito ampla, determina que nem toda a *natureza* possui a presença humana, corroborando dessa forma, para a argumentação de que esse conceito não se define com base na presença humana. A Biolaw Consultoria Ambiental Ltda. entende que *natureza* é um vocábulo pertencente à linguagem informal ao mesmo tempo em que a caracteriza como sendo a “praticamente a integração” (apêndice B, p.137) de elementos com e sem vida. Não diferencia a espécie humana das outras espécies e também não especifica a pequena falta de integração.

A Organização Amigos da Terra e a empresa privada Biolaw Consultoria Ambiental Ltda. identificam *recurso natural* a partir da noção de objeto que permite a riqueza material humana. *Recurso natural* é, portanto, uma mercadoria. O IBAMA percebe *recurso natural* também como um objeto, mas que tem a função de satisfazer necessidades de sobrevivência, assemelhando-se muito à noção de *natureza* da Organização Amigos da Terra.

Para todos os entrevistados os conceitos de *conservação, preservação, degradação, poluição e monitoramento ambiental* são identificados com base na idéia-chave de resgate, de manutenção, de dano, de dano químico e de avaliação espacial e temporal, respectivamente, em uma variável espacial (um corpo hídrico, uma região, um local, etc.). Embora admitam uma relação entre o homem e essa variável, a idéia desenvolve-se a partir de alterações nessa variável e não nas atividades que geraram as alterações. Convém ressaltar,

entretanto, no que diz respeito aos conceitos de conservação e preservação ambiental que a Organização não-governamental realizou uma inversão de seus significados e o IBAMA não estabeleceu diferença entre ambos.

Para todos os agentes das instituições o conceito de *gerenciamento e/ou gestão ambiental* está associado à realização de ação(ões). Para o IBAMA essa ação é de fiscalização, de controle; para a Biolaw Consultoria Ambiental Ltda. *gestão ambiental* representa uma ação de decisão política sobre o plano diretor de uma região e *gerenciamento ambiental* é uma ação ou um conjunto de ações que permitam a resolução de um problema ambiental. A Organização Amigos da Terra entende *gerenciamento e/ou gestão ambiental* como a qualidade de eficiência de uma ação.

Qualidade ambiental na ótica do agente entrevistado da instituição pública significa uma interação homem-ambiente, sem, contudo, especificar essa interação. Para o agente da entidade privada, *qualidade ambiental* é uma quantificação; é a medida da integridade biótica de uma variável espacial. Já a Organização Amigos da Terra entende esse mesmo conceito como a representação da busca de um estado harmônico, de equilíbrio do binômio homem-ambiente.

Todos os conceitos desenvolvidos têm como centro irradiador de sua definição ou uma variável espacial ou a consequência de uma ação nessa variável.

Por último, a compreensão de que existe uma crise global, que é ao mesmo tempo ecológica, na medida em que é forjada no crescente esgotamento dos chamados recursos naturais; ambiental, pois esse modelo de organização conduz à redução progressiva da capacidade suporte dos ecossistemas e sua consequente deterioração; político social, pois não

proporciona a distribuição eqüitativa dos recursos e nem os benefícios deles resultantes. Essa preocupação parece colocar-se como secundária para os agentes das instituições já mencionadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **Política de Assistência Social: Uma trajetória de Avanços e Desafios.** São Paulo: ABONG, 1991.

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT Yves. **O equívoco ecológico.** Lisboa, Paris: Instituto Piaget, 1991. (Coleção Perspectivas Ecológicas).

ALVES, Francisco de Assis. **Fundações, Organizações Sociais, Agências Executivas:** Org. da sociedade civil de interesse público e outras modalidades de prestação de serviços públicos. São Paulo: LTr, 2000.

ALVES, Magda. **Como Escrever Teses e Monografias:** Um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano Ambiental:** Uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BEAUD, Calliope; BEAUD, Michel; BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **Estado do Meio Ambiente.** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1993. (Perspectivas ecológicas).

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável:** Necessidade e/ou possibilidade? 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1997.

COIMBRA, Ávila. **O outro lado do meio ambiente.** Campinas, SP: Millennium, 2002.

DASMANN, R. F. **Ambiente Propício à Vida Humana.** 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. (Coleção Paulo de Assis Ribeiro, 4).

DICIONÁRIO DE ECOLOGIA e Ciências Ambientais. São Paulo: Cia Melhoramentos; São Paulo: UNESP, 1998.

DURÃO, Jorge Eduardo S. Reforma do Estado, a ação das ONGs e a Assistência Social. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n.30, p.55-72, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FOLADORI, G. El Desarrollo Sustentable: Teoría, método y dificultades intrínsecas. **Ra'ega**, Curitiba: UFPR, n.3, p.47-65, 1999.

FOUREZ, Gérard. **A Construção das Ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

FREIRE, William. **Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro: Aide, 1998.

GOLDENBERG, Mirian. (Coord.) **Ecologia, ciência e política: Participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. (Temas Atuais).

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 7.ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Ana Maria Becker; ROCHA, João Carlos de Carvalho et al. **Dicionário de Direito Ambiental: Terminologia das leis do meio ambiente**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 12p. (Coleção Primeiros Passos, v. 116).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade **Metodologia do Trabalho Científico: Proced. básicos; Pesquisa bibliog., Projeto e relatório, Publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEIS, Héctor R. (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, AIRI/PUC-RIO. 1991.

LIMA-e-SILVA, Pedro Paulo de; GUERRA, Antonio J. T.; BUENO, Patrícia Mousinho et al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

LOPES, Ignez Vidigal; BASTOS FILHO, Guilherme Soria et al. **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

- PELIZZOLI, M.L. **Correntes da Ética Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PRESTE, Philippe Le. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.
- REIGOTA, Marcos. **Ecologia, elites e *intelligentsia* na América Latina**: um estudo de suas representações. São Paulo: Annablume, 1999.
- ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs**: Aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro (Org.); REYDON, Bastiaan Philip (Org.); LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Org.). **Economia do Meio Ambiente**: Teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- ROHDE, Geraldo Mario. **Epistemologia Ambiental**: Uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. (Coleção Filosofia. 37)
- SOUZA, Renato Santos. **Entendendo a Questão Ambiental**: Temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria. **Análise Ambiental**: uma visão multidisciplinar. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1995.
- TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria; GOBBI, Nivar; FORESTI, Celina et al. **Análise Ambiental**: Estratégias e ações. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf; Rio Claro, SP: Centro de Estudos Ambientais-UNESP, 1995.
- TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.
- URBAN, Teresa. **Meio Ambiente, Missão (quase) Impossível**: Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

Sites:

<http://www.agirazul.com.br/nat>
<http://www.abong.org.br/novosite/biblioteca>
<http://www.natbrasil.org/quemsomos.html>
<http://www.ibama.gov.br/institucional/organiza/regimento.htm>

Apêndices

Apêndice A

ENTREVISTA COM A ENTIDADE PÚBLICA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE O DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Qual a sua função ou cargo aqui na entidade?

Na verdade eu trabalho com Geografia, embora minha função seja agente administrativo, porque esse foi o concurso pelo qual eu ingressei em 1975. Eu nem estava na faculdade ainda. Mas depois, quando eu fiz Geografia, eu fui para IBDF antigo, que é o IBAMA atual, foi incorporando nessa área, por necessidade operacional mesmo.

Qual a tua escolaridade?

Eu sou Geógrafo pela UFRGS.

A quanto tempo tu trabalhas aqui?

Eu trabalho aqui desde 1975.

Quais as atividades que o IBAMA realiza?

É uma boa pergunta. O IBAMA inclusive agora no presente momento, o IBAMA em função de uma série de mudanças, custou um pouco a adquirir uma nova identidade. Mas basicamente, são unidades de conservação federais. Eu te diria que paralelamente, de forma acessória, fiscalização ambiental. E é nessa área de fiscalização ambiental que o IBAMA se confunde muito com as secretarias ambientais do estado. As atribuições ainda não foram bem definidas.

Nas unidades de conservação tem algum objetivo mais específico, além lógico da fiscalização? Projetos...

Gerenciamento das unidades. Basicamente é isso.

O IBAMA trabalha sozinho ou em parceria?

Ele costuma trabalhar sozinho. A burocracia de parcerias é um tanto complicada.

Então é muito raro ele trabalhar em parceria? Já aconteceu ou não?

Já sim. Grande parte das atividades extra-gerenciamentos e até algumas de gerenciamento são em termos de parceria.

O que tu chamas de extra-gerenciamento?

Extra-gerenciamento são atividades fora do normal, do padrão normal de gerenciamento das unidades de conservação. Por exemplo, o entorno, áreas do entorno, pesquisa. Essas atividades geralmente são terceirizadas ou por convênio.

Quais os procedimentos adotados pelo IBAMA na execução dos trabalhos? Se vais elaborar um projeto de unidades de conservação, quais são os passos: primeiro tu vai na área; segundo tu faz um levantamento...?

Ah sim! Você diz a criação?

É a criação do trabalho do IBAMA. Ele praticamente trabalha com unidades de conservação. Como é feita esse trabalho?

Olha, geralmente são áreas já em que há uma espécie de clamor da comunidade científica, com relação a preservação dessa área, por ser uma área importante. Depois desse clamor, cria-se um histórico da área. O IBAMA ou um órgão, digamos assim, do Ministério do Meio Ambiente, no caso atual, começa a entrar em estudos da área, levantamentos e aí se delimita o que seria uma área mais ou menos ideal. Eu digo mais ou menos porque sempre há muita

pressão da comunidade do entorno. Mas o processo é esse. O IBAMA entra depois de um certo clamor da comunidade científica.

Faz um levantamento?

Faz um levantamento, usa aquele trabalho do pessoal anterior e da comunidade científica e cria, através de decreto federal, as unidades de conservação, que vão ter as designações de acordo com as suas características peculiares. Algumas são mais direcionadas a reservas biológicas, outras, a parques nacionais, dependendo das circunstâncias, dependendo do levantamento do que for encontrado ali.

Com quais questões ambientais o IBAMA trabalha mais? Tem alguma que se sobressaia? No teu trabalho, que questões ambientais tu vê mais: preservação, conservação, poluição, o que mais se destaca?

É. Mais preservação. Poluição muito menos. O IBAMA, o Governo Federal, desde o início da década de 90 vem com uma política de descentralizar tudo. O IBAMA nunca conseguiu, por exemplo, monitorar poluição. Não temos laboratório de pesquisa. Então, é uma atividade típica do Estado, não da União.

Na verdade não tem recurso para exercer essa tarefa? Então, a questão ambiental que o IBAMA trabalha é basicamente preservação?

Basicamente preservação.

Alguma outra?

Ele ficou com uma política no sentido de colocar o IBAMA praticamente só com as unidades de preservação. Existe, não oficialmente é claro, se pegar as atividade do IBAMA são amplas, mas eles estão deletando gradualmente esses poderes todos para os estados, para as secretarias de meio ambiente. O IBAMA ficaria só com as unidades de conservação e o entorno delas, áreas de influência e de interesse das unidades.

Como se dá a articulação do IBAMA com a sociedade? Existe alguma maneira que o IBAMA passe esse trabalho para a sociedade, ou seja através de palestras ou através de leis...?

Existe uma política de articulação. Essa articulação ainda não está amadurecida. É frágil. Não há um conceito formado ainda. Nota-se tentativas através, por exemplo, da educação ambiental. Isso se pratica aqui dentro.

Que veículos são utilizados para promover esta articulação, essa educação ambiental?

É educação ambiental basicamente e nos entornos das unidades também se faz isso, acredito que a dificuldade esteja localizada mais na carência de recursos humanos nossos do que na política.

Essa educação ambiental... vocês fazem palestra? Como se desenvolve?

Através de palestras e publicações, basicamente isso.

Agora tu vais ver uns conceitos; tu podes discordar ou concordar. Tu vais me dizer o que tu entendes por cada um desses conceitos.

Você quer os conceitos oficiais ou os meus?

Como a entidade trabalha. Tu fosses designado para delimitar uma unidade de conservação. Obviamente tu vais fazer este trabalho obedecendo as leis federais, mas tu tens uma prática e uma idéia do que seja ambiente, poluição, preservação.

É uma pergunta interessantíssima essa questão do **meio ambiente**. Esse termo **meio ambiente** tem sido muito discutido porque parece redundante. Inclusive nós estamos traduzindo um trabalho para o inglês e os americanos disseram “não existe meio ambiente, existe ambiente” e eu disse a eles que nós realmente estamos discutindo esse tema. Eu, não consigo me furtar, quando eu coloco a questão para os colegas, quando nós vamos montar inclusive cursos de formação, de planos de manejo de uma unidade, eu vejo que há uma diferença de visão entre o geógrafo e outros profissionais. Por exemplo, quando eu vou

montar ou trabalhar um estudo de montagem de um parque nacional, inclusive eu estou fazendo isso agora no presente momento, não só num parque nacional mas também numa área de proteção ambiental, nós por exemplo vemos espacialmente a área. O pessoal da Geografia vê a área de uma forma mais abrangente não como núcleo ecológico, então atualmente há uma discussão aqui dentro, e eu tenho a impressão que a nossa tese está figurando melhor, as pessoas já estão inclusive criando esse conceito, recriando, rediscutindo. Quer dizer você vê o ambiente humano, você vê o ambiente natural propriamente dito. Então no meu modo de ver e o IBAMA já está adquirindo esse modo de ver através de diversas portarias. O ambiente que vai você vai estudar envolve todo o espectro: a parte humana, a parte ecológica e nós vamos procurar então criar alguma coisa ali equilibrando de forma mais racional possível essas grandezas. Vou te citar um exemplo: o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, ele tem uma comunidade de pescadores que sobrevive do camarão basicamente que é pescado na lagoa e no oceano Atlântico. Existe o canal de acesso. Então, nós estamos estudando agora, uma forma de conciliar estas atividades com o parque nacional, porque a visão anterior era uma fechada: parque nacional, reserva ecológica, você fecha e tira todo e qualquer vestígio de atividade humana. Ocorre que se você deixar o canal fechado, de acordo até com a mecânica natural, você vai criar uma lagoa fechada em que vai haver uma modificação de toda a estrutura ecológica gradativa e eu não sei, nós não sabemos se no momento interessa ao parque nacional esse tipo de mecânica ou não porque este canal já foi dragado várias vezes, então há todo um equilíbrio entre a presença da ave-fauna migratória e o camarão. E o camarão ocorre no parque por causa do canal e o canal de vez em quando é aberto em função do interesse dos pescadores. Há um interesse mútuo também. Há uma dinâmica entre a ave-fauna migratória, os pescadores, o canal e o camarão. Há uma interação completa. Fica difícil para um técnico qualquer imaginar uma providência em qualquer uma das direções. Pode causar uma modificação dessa dinâmica que nós não sabemos até que ponto interessa ecologicamente ou não. Há uma interação muito boa ali, eles respeitam bastante inclusive e em função disso também está se rediscutindo todo o conceito.

Pelo o que eu entendi a própria presença humana ali é uma coisa saudável.

No caso é a ave-fauna migratória.

Então a preocupação de vocês é estabelecer um equilíbrio entre essas atividades humanas e o resto dos processos?

E o conceito de parque nacional. Ele foi até mudado. Ele seria uma reserva biológica, mas o conceito de reserva biológica é muito mais restrito, é muito mais fechado. Então se mudou para parque nacional que é mais elástico. E outra coisa que se percebeu é que os municípios são muito pobres. Se levou em consideração a comunidade toda, porque se você tira uma enorme parte do município e fecha, você não viabiliza mais a existência de municípios como aqueles, tem que haver uma conexão entre os conceitos de parque nacional e o conceito de comunidade.

Quando tu falas do meio ambiente e diz que é uma redundância e até está citando um exemplo, para ti então o ambiente, para não utilizar e expressão meio ambiente, o ambiente suporta o humano e o natural?

Pode suportar ou não. Depende do local. Depende de uma série de circunstâncias também.

Ele é um conceito variável, não é fixo?

Não. Ele é variável e aí está a dificuldade. Vou te dar outro exemplo bastante clássico: o parque nacional do Monte Pascoal, na região do descobrimento, na Bahia. É uma ilha de Mata Atlântica. Essa área do parque nacional se transformou numa ilha porque a atividade humana no entorno praticamente eliminou o ecossistema de floresta. Muito bem, alguma comunidade indígena reivindicou uma área vizinha onde também havia floresta. Reivindicou essa área vizinha ligada ao parque nacional e criou-se aquele conceito que o índio por natureza, pela estrutura, cultura, ele é um respeitador do ambiente natural. Só que nessa ocasião eles esqueceram de um detalhe importante: o índio tem um conceito de espaço bem diferente do nosso. Ele não tem conceito de propriedade, ele não tem conceito de espaço, ele transita no espaço na Mata Atlântica, historicamente de forma a não criar impacto. Quando a comunidade sentia que estava impactando determinado local, ela simplesmente mudava de local, até que aquele local ali se recuperasse, mas isso numa superfície, num espaço de milhões de hectares e não de um espaço restrito. Resultado: ele, valente, ocuparia aquela área vizinha de floresta.

Eles entraram em contato com a comunidade do capital, a comunidade do homem branco europeizado. Então, eles venderam as madeiras deles para as serrarias vizinhas. Eles praticamente arrasaram, terminaram com a floresta deles; e como eles sobreviviam de floresta e tem aquela legislação toda de amparo, eles invadiram o parque nacional, simplesmente. O parque nacional de Monte Pascoal hoje está quase inviabilizado e as comunidades indígenas caminham para a extinção, porque muitos deles já enriqueceram em associação com os serradores. Alterou todo esquema primário, está inviabilizando a comunidade deles e o parque nacional também.

O que tu entendes por natureza?

A ***natureza*** é um conceito amplo. É difícil desvincular o teu conceito profissional do conceito do órgão. Se você pegar a legislação, você vai ver que o conceito de ***natureza*** é semelhante ao teu. O conceito do órgão envolve muito a questão política e a política é de momento. A ***natureza*** eu poderia dizer que é a biosfera toda, ou todo o universo quem sabe. Essa é a minha visão de ***natureza***. Eu olho para o céu e jamais vou deixar de olhar para o céu como um geógrafo e você vai ver que o conceito do IBAMA, o conceito oficial de ***natureza*** é também mais ou menos nessa direção. Então o ser humano também participa com certeza. ***Recurso natural*** oficial, anterior a uma certa mudança de parâmetros que ainda está ocorrendo, é o recurso do qual o homem lança mão para a sua sobrevivência etc. Esse é o conceito que vigorou e ainda vigora em certas leis; aquela divisão entre recurso natural renovável que seria a vegetação e não-renovável que seria por exemplo petróleo, carvão etc. Agora já está havendo uma grande discussão em relação a esse conceito porque existe o recurso natural paisagístico, existe o recurso natural do bem estar visual, do bem estar não só do ser humano, mas do bem estar coletivo do ecossistema. Uma das pessoas inclusive que trabalha muito com essa mudança de conceito chama-se Angela, arquiteta do IBAMA, com uma formação muito boa. Ela faz palestra sobre isso e já nota-se uma mudança na nova legislação. Na Mata Atlântica por exemplo. Há uma mudança muito grande, no sentido da ampliação do conceito de ***natureza***, de ***recurso natural***. Foi uma grande evolução. Depois da Rio 92 principalmente, percebemos isso dentro do próprio IBAMA.

Conservação ambiental e preservação ambiental?

Eu acho que esses conceitos estão todos muito ligados uns aos outros. No momento em que você muda o conceito de *recurso natural*, de ambiente, de *natureza*, você vai mudar também o conceito de *preservação*. Vou particularizá-lo. Talvez seja melhor. O pessoal da geografia que entrou no IBAMA, discuti da seguinte forma: um parque nacional não pode ser uma ilha. Até a pouco tempo atrás, você criava uma reserva biológica e surgia uma notícia de que estão degradando o ambiente ali do lado da reserva. Não interessa. Interessa é a reserva. Não. Descobriu-se, de repente, que por exemplo, a área de influência do parque dos Aparados da Serra, se estende ao vale das Antas. Nós descobrimos que a floresta do Parque Nacional dos Aparados da Serra teve origem no vale das Antas e ainda está em processo de evolução e expansão. Fenômeno que ocorreu nos trópicos a milhares de anos atrás e ainda está ocorrendo. Esse processo é capitaneado pela ave-fauna e a ave-fauna transita entre o vale das Antas e o Parque Nacional. Então tem tudo a ver. Por isso que eu falei a você no início, que nós estamos trabalhando num processo de expansão do parque nacional para tentar abranger uma área de maior possibilidade de sobrevivência da unidade futura. Então nota-se claramente que existe uma interação enorme em qualquer local que você procure estabelecer uma unidade de conservação, e eu estou trabalhando com uma visão a partir da visão do IBAMA, você tem que levar em consideração as interações e elas, as vezes, são muito maiores do que se imagina.

Normalmente as pessoas estabelecem uma diferença entre conservação e preservação. Num tu não podes mexer de jeito nenhum e no outro, tu podes, mas de maneira equilibrada.

É. Se coloca muito isso. Qual é a maneira equilibrada, existem maneiras e maneiras equilibradas. Cada local vai te colocar uma questão sabe.

Tu achas que também é assim com o ambiente? Ele não deve ser uma coisa fixa, não deve ser conceito fixo ele tem que ter uma elasticidade, ele tem que ter uma flexibilidade.

Eu acho que ele evolui de acordo com os conhecimentos técnicos científicos também. Existem áreas que tem que ser fechadas, até porque nós temos situações emergenciais em

determinados locais. Então, essa área tem que ser realmente fechada. Mas esse fechada é um tanto assim, é restrita ao polígono da área. Em torno da área ele tem que ser mais ou menos controlado de acordo, com a intervenção humana, de acordo com as características.

Outras, por exemplo, como no caso da Lagoa do Peixe, não deve ser fechada hermeticamente. O Monte Pascoal deveria.

Bom, degradação ambiental, poluição. O que é degradação ambiental?

A ***degradação ambiental*** pode ser vista por dois ângulos: a ***degradação ambiental*** se é que se pode chamar de ***degradação ambiental*** desastres naturais e a intervenção humana obviamente. A intervenção humana geralmente entre nós, para o IBAMA, é que recebe esse conceito; que abrange o conceito de ***degradação ambiental***. As outras nós consideramos atividades naturais que podem aparentemente degradar um ambiente em determinadas circunstâncias, geralmente não; é um processo normal do planeta.

Seria mais centrada na atividade humana, a degradação ambiental?

Centrado na atividade humana. Se nota muito que o termo ***degradação ambiental***, por exemplo a pouco tempo atrás, nós verificamos um enorme deslizamento de encosta na chamada Serra Geral, na encosta do planalto. Imenso, nunca visto antes; nunca registrado antes. Mas evidente que esse processo foi desencadeado pela intervenção humana. Foi desmatamento generalizado e irresponsável em toda a encosta. Nós verificamos que em certas áreas de encosta, examinando aerofotos de 30, 40 anos atrás, houve um processo de regeneração bastante bom e nós atribuímos a dois fatores: a migração populacional e o advento do gás de cozinha, pois eles retiravam lenha para fogão. Agora esse deslizamento brutal foi consequência da atividade humana. Aí sim é ***degradação ambiental***, não natural. O IBAMA me parece, eu estou me reportando a legislação, entende por ***poluição ambiental*** todo processo de agressão ao ambiente natural geralmente, unicamente causado pela ação antrópica. ***Monitoramento*** também seria na visão IBAMA um acompanhamento desse processo de poluição e do processo de intervenção de uma forma geral, ambiental. Se usam veículos tais como aerofoto, imagem orbital e trabalho de campo. Voltando a temas anteriores, o IBAMA está abrindo mão desse tipo de trabalho para entidades estaduais. Nós

estamos mais fazendo *monitoramento* nas nossas unidades. *Gerenciamento ou gestão ambiental* significa controle da área. *Qualidade ambiental*. Houve uma mudança de conceito. É um conceito cêntrico e antropocêntrico. *Qualidade ambiental* para o ser humano. Para um ser humano que esteja integrado, é uma interação entre nós humanos pelo que a natureza é para nós. Não estou dizendo que devemos viver no tempo das cavernas. Todo processo, desde processo de urbanização, construção de meios de locomoção, deve dentro desse ponto de vista ser planejado, executado de maneira que haja o máximo possível de interação do meio natural, incluindo a paisagem.

Qual a relação existente entre qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção?

Existe. Aqui dentro dos órgãos ambientais, dentro do IBAMA, o conceito é amplo, quer dizer, se nota que a legislação mais recente já contempla um conceito bem mais amplo. Existe uma espécie de ponto de mutação com relação a isso. A qualidade ambiental, olhando pelo ponto de vista humano, antropocêntrico, a qualidade ambiental, o bem estar em termos de saúde, em termos de equilíbrio social, em termos de justiça social, percebe-se que há uma preocupação muito grande entre a ocupação do espaço e esses conceitos todos. E a ocupação do espaço de forma equilibrada, isto é, você pode falar da produção agrícola, da produção industrial. Não há mais, não se consegue mais estabelecer uma visão dissociada dessas coisas até no planejamento de uma unidade de conservação. Por exemplo, agora a pouco se discutiu que a legislação estabelecia 10 km em torno de um parque nacional como área tampão como eles chamam, área de influência. Claro, foi uma emergência. O legislador usou para estipular um conceito, na verdade, um conceito emergencial. Por exemplo, os Aparados da Serra. Os 10 km são insuficientes, totalmente irrelevantes, porque o vale das Antas tem uma influência direta. As cidades de Torres, as cidades litorâneas, se forem colocadas por exemplo indústrias com chaminés, vai inviabilizar todo o ecossistema da serra porque a direção das correntes aéreas é diretamente sobre o ecossistema dos Aparados da Serra, e aí entra o processo, o círculo simbiótico; vamos dizer, nos Aparados da Serra estão não só as nascentes como as principais áreas das bacias hidrográficas de todos os rios do litoral e por isso, também é uma área de preservação ambiental, a questão das águas. Então, há todo um círculo, não há como dissociar. Assim, o ser humano para viver no meio ambiente tem que ter essa visão. Não há outro processo

O que voce entende por processos naturais e processos sociais?

Eu acho que esses processos na verdade são interligados. Hoje, por exemplo, a África, o que é a África hoje e o que foi a África antes da intervenção do europeu. A África hoje é um continente arrebitado, para usar um termo mais popular mesmo, altamente com problemas seriíssimos de todas as ordens. A fauna e a flora depauperada; de repente surgem vírus que nunca foram vistos antes. Vírus que se imagina hoje, na discussão dentro dos órgãos ambientais, que seu poder deve ter sido muito aumentado em função da diminuição dos espaços vitais da fauna. No caso simius por exemplo, o excesso de população desses simius no sentido de concentração em áreas cada vez menores, houve provavelmente uma troca muito acelerada entre eles e uma enorme, uma grande aceleração do poder desses virus. É uma tese que vigora por aí no mundo científico. Sempre a ação humana, sempre a degradação, mas a degradação causada pelo capitalismo europeu basicamente. Pelo processo colonial também. A África antes disso era um continente bastante equilibrado. Não o nosso conceito de civilização, mas era equilibrado totalmente. A África é um exemplo clássico disso aí. No Zimbábue, por exemplo nas unidades do Zimbábue (são aqueles com quem mantemos maior relação de correspondência), os funcionários são guardas para-militares armados com armamentos militares, com ordem de atirar para matar. Quem são os invasores? Das unidades de -----emergenciais onde está se defendendo uma possibilidade de repovoamento de flora da África, justamente para eliminar esse tipo de possibilidade de propagação de vírus; esses mais arrasadores que surgiram. Existem unidades de conservação destinadas a isolar essas áreas, mas são áreas em que ocorrem rinocerontes, elefantes e caçadores; são camponeses retirados do campo que com uma presa de elefante, ganham mais de um ano de trabalho no campo, com uma única presa que é paga por um preço irrisório. Não vale mais a pena trabalhar. Então, eles vão sair matando elefante. Em nível de justiça social, causa um desequilíbrio ambiental e os grandes financiadores desse processo estão na Coreia, na Birmânia, na Tailândia, no Japão. Se usa pó de chifre de rinoceronte como afrodisíaco. Há uma extinção brutal de fauna e flora em função de todo esse desequilíbrio social, essa destruição bárbara. Um processo de pauperização, por abandono de atividades no campo. Então, as entidades ambientalistas mundiais e até os governos foram obrigados a colocar essas regiões isoladas por tropas para-militares, guardas florestais armados, como se fossem verdadeiros soldados mesmo, na mais pura acepção da palavra. Voce olha uma cena do vídeo do parque nacional, parece uma cena de deslocamento de tropas do Vietnã. Eles atiram para

matar e nem assim param os caçadores, tal o desespero pelo dinheiro. Gorilas; cortam mãos de gorilas para vender como cinzeiros nos EUA; dizimam a fauna. Isso é causado pelo desequilíbrio social, pela exploração pura e simplesmente, pelo processo vicioso de colonização, pela divisão dos espaços pelos europeus e não tribal. Você cria países, cria uma colônia. Congo: a Bélgica se retira do Congo mas fica aquela fronteira histórica. Acontece que aquela fronteira histórica, não delimitando os verdadeiros espaços humanos do Congo e aí, eles se matam a ódio tribais seculares. Enfim, todo o desequilíbrio causado único e exclusivamente pela exploração e pelo desequilíbrio social. Então, está diretamente ligado a degradação ambiental, sim.

ENTREVISTA COM A EMPRESA PRIVADA BIOLAW CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Qual a sua escolaridade?

Sou doutor em ecossistemas aquáticos.

Qual a sua função e/ou cargo na entidade? A quanto tempo trabalha nesta instituição?

Eu sou um dos sócios fundadores. A empresa existe desde 1993, mas desde 1997 que ela vem atuando mais fortemente no mercado. Ela ficou um tempo fazendo poucos trabalhos.

Quais as atividades realizadas pela instituição?

Principalmente licenciamentos ambientais. O eixo principal de trabalho da BIOLAW são os licenciamentos ambientais e há um direcionamento das atividades para o meio biótico porque os licenciamentos ambientais sempre envolvem meio biótico, o meio físico e o meio sócio-econômico ou antrópico, como chamam de várias maneiras. Então, as principais atividades da BIOLAW estão relacionadas ao meio biótico em licenciamentos ambientais. De um tempo para cá, surgiram alguns trabalhos maiores, maiores no sentido de mais longos, que tem a ver com elaboração de plano de manejo de unidades de conservação. Ainda assim, nesse enfoque, a BIOLAW trabalhou sempre na parte de meio biótico, obviamente integrada com os outros meios para formular o documento final.

Quais os principais objetivos da instituição?

O trabalho da BIOLAW no licenciamento ambiental é o de consultor, que até antes da resolução 237/97 CONAMA não deveria ter um vínculo com o empreendedor, que é quem concebe o projeto. Então, era um consultor do órgão ambiental. A partir da resolução 237/97

CONAMA essa figura que na verdade é meio questionável, porque se o sujeito paga, tu não tens como não ter um vínculo com ele; ele te contrata para fazer o licenciamento que vai ser apresentado ao órgão ambiental; então, sempre tem um vínculo. Obviamente que vai depender da ética, da imparcialidade do consultor ao executar o trabalho. Então, a função da BIOLAW nos processos de licenciamento é justamente esse: servir de consultor técnico para o órgão ambiental na hora de decidir sobre os detalhes de um licenciamento ambiental; pega um projeto, avalia ambientalmente a situação onde ele pretende se instalar e a partir disso, gera prognósticos, avaliação de impactos, estratégias de mitigação, monitoramento, que vão ser aceitas ou complementadas, às vezes, pelo órgão ambiental ou IBAMA.

A instituição trabalha sozinha ou em parceria?

Trabalhamos em parceria, porque a maioria dos contratos que surgem para a BIOLAW, vem de empresas de engenharia, que são os consultores primários na cadeia de mercado. São eles que captam o trabalho junto ao empreendedor privado ou através de uma licitação, quando é pública. Mas uma empresa de engenharia não tem corpo técnico para executar o trabalho todo; então, ela precisa terceirizar a parte do meio biótico, as outras também, dependendo do corpo técnico da empresa. Entramos no segundo elo da cadeia toda e atualmente, para que a empresa dê suporte para os três sócios, nós vamos ter que aumentar o número de trabalhos e para isso vamos ter que abrir mão da execução de partes desses trabalhos. Vamos contratar pessoas que vão executar a parte de campo, algumas tarefas orientadas por nós e nós então, atuaremos mais como gerentes das contas.

Quais os procedimentos adotados pela instituição na execução dos trabalhos? Explica cada um deles.

Acho que posso falar de duas maneiras. Em primeiro lugar, a questão burocrática. Existe um contato da empresa, do contratante; sempre preferimos, antes de dar o orçamento e iniciar qualquer contato mais de projeto, visitar a área. Muitas vezes não é possível porque é longe. Então começa com uma visita a área; se o orçamento é aceito mesmo sem visitar a área, depois tem a visita a área, porque a primeira coisa que tu tens que te situar, é em termos geográficos, tamanho. Pode ter mapa, pode ter foto, mas nada substitui uma visita a campo; essa visita a campo é uma tendência que ela se mantenha pelos sócios da empresa que vai ser

definido. Muitas vezes é quando se defini locais para fazer amostragem, tipos de ambientes que não podem deixar de ser amostrados, zonas de maior fragilidade ambiental, etc. É nessa primeira olhada que tu sentes qual é o tamanho, qual é o esforço. Definida essa primeira etapa de estratégia, se monta uma equipe, que extrapola sempre o pessoal da BIOLAW, os três sócios. Nós trabalhamos um com vegetação, um com terrestre e um com biota aquática. Muitas vezes precisa de anfíbios, répteis, insetos. Para esses a gente chama outros profissionais que compõe a equipe. Se monta uma estratégia de campo, vai todo mundo junto até para que haja coincidência da maioria dos ambientes serem trabalhados por todas as pessoas; tu tens a resposta de diversos grupos sobre aqueles ambientes. Depois do retorno das atividades de campo tem uma fase de montagem de relatório. O primeiro relatório se chama diagnóstico que diz como está aquela área que foi visitada. Geralmente alguns contratos terminam no diagnóstico ;outros se estendem mais adiante quando se faz o prognóstico, como vai ficar aquela área depois da implantação do empreendimento e para esse se utilizam diversas técnicas, que são as técnicas de avaliação de impactos ambientais e aí, varia de empreendimento para empreendimento. Na sequência, vem a sugestão de medidas mitigadoras ou compensatórias para aqueles impactos identificados e ainda, os programas de monitoramento para ver se essas medidas depois de adotadas, vão efetivamente reduzir os impactos.

Em alguns casos, é muito importante o respeito à sazonalidade climática. Então se têm que fazer uma amostragem no verão, uma no outono, uma na primavera e uma no inverno. Enquanto não terminar o ciclo anual, tu não consegues montar um diagnóstico. Outros projetos são mais simples e não há necessidade de se contemplar ou se contempla só duas, inverno e verão; inverno e primavera. Têm alguns grupos, como aves migratórias que é fundamental que a amostragem seja feita quando elas estão aqui, se não tu não podes falar. Elas estão lá na América do Norte...Isso varia um pouco de ambiente para ambiente, de local, de região.

Então, na verdade, teriam praticamente quatro etapas o teu trabalho: a apresentação da área, o diagnóstico, o prognóstico e as medidas compensatórias.

Isso.

Com quais questões ambientais tu trabalhas?

Bom, sempre, ou melhor, a maioria dos casos são questões relacionadas a processos de licenciamento. Geralmente elas tem um grau de especificidade com o tipo de projeto. Vou usar um exemplo: uma estrada, o principal e primeiro impacto que sabemos que vai acontecer quando ela não existe e passa a existir é um efeito de barreira. Antes, as formas de vida transitavam livremente por ali. No momento que ela estiver ali, eles vão ter uma barreira. Isso é um aspecto que é trabalhado no caso de estrada ou empreendimentos lineares em geral. Uma hidrelétrica, tu tem um outro efeito que também pode ser chamado de barreira que é o barramento do rio e a modificação de toda uma estrutura que antes era de corredeira, de água passando para um lago. Então, existe uma modificação radical do tipo de ecossistema ou ambiente, vamos chamar de ambiente, porque ecossistema é muito grande, do tipo de ambiente que existia naquele local e que passa a existir depois da implantação do empreendimento. Assim, as questões ambientais sempre são específicas do tipo de empreendimento. Quando se trata de indústria, geralmente falamos de poluição, de contaminação ou de solo ou de ar ou recurso químico por introdução de algum elemento estranho. Que outro exemplo eu poderia te falar... mineração. Na mineração existe uma degradação da paisagem como um todo. Quando tu olhas mais de longe, tu vais ter as conseqüências de contaminação.

Vai ter contaminação de solo, água, ar... ?

Exatamente. Tu tem contaminação, mas tu tem uma grande supressão total de uma área, se é uma mineração a céu aberto. Estou imaginando uma mineração de carvão aqui no Rio Grande do Sul, que é de alto potencial de degradação ambiental e que talvez seja aqui para o nosso estado, a que tem maior repercussão. Tu tem uma modificação drástica da paisagem. E aí quando tu fala em paisagem é um ecossistema como um todo, tu tá tirando o solo para ver o que tem lá em baixo

Então tem dois efeitos principais que tu sempre trabalhas que é ou barreira ou contaminação?

Eu acho que dá para incluir um terceiro que é a supressão do ambiente. Qualquer implantação, indústria, mesmo que seja uma unidade de tratamento de água que é pequeno, um hectare, tu vai ter que cortar a vegetação para botar uma obra ali em cima. Então, a primeira coisa é a supressão de habitat, tanto de vegetação, quanto de fauna isso acontece em todos eles. Aí quando nós chegarmos nas especificidades, nós vamos ter um efeito barreira dos empreendimentos lineares, nós vamos ter as modificações dos ambientes ecossistemas aquáticos e a contaminação de quase todos eles também.

Aqui é uma série de conceitos e tu vais me dizer o que tu entendes por eles. E aí não adianta me dizeres como as pessoas me dizem, “o conceito de meio ambiente que eu utilizo é o que consta na Constituição Federal”. É o óbvio. Até porque se vais fazer algum parecer, tem que estar enquadrado na Constituição para conseguir alvará.

Tá. Eu vou te dizer o que eu acho.

É. Como é o conceito que tu trabalha quando tu é chamado para fazer um projeto, digamos numa hidrelétrica ou de uma construção de uma estrada, automaticamente todos esses conceitos aqui vão aparecer na tua cabeça, vai fazer parte do teu trabalho. Então o que que tu entende por cada um deles.

Então vamos lá. **Meio ambiente** pra mim é um conceito de mídia. É um conceito que eu não utilizo num relatório técnico. Eu uso o termo ambiente que pra mim uma porção do ecossistema que tem características peculiares que eu consigo identificar como uma unidade, por exemplo o ambiente de margem do arroio tal, o ambiente do fundo. Ele é muito parecido com o conceito de habitat, mas ele é um pouquinho mais amplo que o habitat, porque habitat é um conceito voltado sempre para um espécie, o habitat da espécie tal e no ambiente tu tem várias espécies que coexistem. Também ele é uma fração do ecossistema que eu consigo identificar como uma certa unidade. Tem muitas trocas. Muitas vezes eu uso esse conceito para definir os locais aonde eu tenho que fazer as amostragens ou os locais que eu tenho que descrever no relatório. É uma unidade do ecossistema. **Natureza** é outro, que pra mim é um conceito não técnico é um conceito de discussão. **Natureza** é praticamente a integração de todos os elementos bióticos e não bióticos. É um conceito que eu não uso em relatórios técnicos como um termo de trabalho

Natureza é bom para quando tu tens conversa com um leigo. Por exemplo, eu estou na beira do rio e preciso entrevistar o cara que pesca ali. Eu não posso chegar para ele e falar em estruturas de comunidades, taxocenose. Aí eu falo em *natureza*.

É um linguajar mais vulgar, não-técnico, para as pessoas poderem entender?

Exatamente.

Até porque se tu chegares com palavras muito difíceis, tu não consegues nada. A pessoa se fecha.

Apesar de ser difícil de conceituar, eu poderia dizer que eu não uso esse termo nos relatórios técnicos como instrumento de trabalho mas acabo usando numa conversa com uma pessoa que precisa me dar informações, que não posso ficar falando em termos técnicos com ela.

Seria uma linguagem mais informal então.

É. Totalmente informal. *Recurso natural* eu identifico como um determinado aspecto, uma determinada situação, está me faltando uma palavra. Alguma coisa que possa ser explorada. A água é um recurso natural, minério é um recurso natural, floresta tem vários recursos naturais. É uma porção do ecossistema que tem um potencial para ser explorado. Esse é o conceito que eu adotaria. ***Conservação e preservação***. Agora eu vou ter que olhar no livro porque eu não me lembro muito bem da diferença. ***Conservação*** é aquele conjunto de atitudes, de medidas, de esforços para se resgatar uma integridade biótica de um ambiente que tem uma relevância ambiental. Tenho lá uma situação, ela já tem um certo grau de degradação, aquilo vai ser cercado, vai ser isolado. Então, estamos falando de estratégias de ***conservação***. E ***preservação*** é quando tu não precisas fazer nenhum esforço, simplesmente tu vais manter aquilo como ele está. ***Conservação*** pressupõe manejo, ***preservação*** não necessariamente. Tomara que eu não tenha invertido isso, mas a diferença pra mim é essa.

Na ***preservação*** tu não tocas. Então, para as unidades de ***conservação***, tu tens as uso direto e as de uso indireto. As de uso indireto estão mais afeitas a ***conservação*** e as de uso direto estão mais afeitas a ***preservação***. ***Degradação ambiental*** é parecido com ***poluição*** mas

tem uma diferença. **Degradação ambiental** é a consequência de atividades ou de atitudes, principalmente atividades que modifiquem a situação natural com perda de biodiversidade, com supressão de ambientes. Ela é mais ampla do que **poluição**. **Poluição** pra mim é o conceito mais voltado a introdução de um elemento estranho no ambiente. **Poluição** é quando tu promove, através da introdução de um elemento estranho, uma alteração. A **poluição** causa uma **degradação**, mas existem outras maneiras de degradar não só por **poluição**. Cortar uma árvore não é uma poluição mas tu tá degradando, agora tu largar uma tinta mesmo que seja na sarjeta que vai para o esgoto pluvial que vai chegar lá rio, tu estás poluindo. **Monitoramento ambiental** é um conjunto de procedimentos que visam avaliar periodicamente uma determinada situação ambiental. Tu podes monitorar uma situação natural, tu queres ver se ela está se mantendo, ela pode estar perto de uma fonte de **degradação**, tu queres ver se ela vai se manter, se mantém condições, ou tu pode monitorar uma situação de **degradação** mesmo. Um efluente que é lançado num corpo hídrico. Os procedimentos são diversos pode monitorar uma comunidade de peixes, então tu fazes uma amostragem periódica dos peixes, tu podes monitorar um efluente, aí tu tiras amostras de água. As análises podem ser diversas e tu vais ter um acompanhamento periódico. A partir de um **monitoramento** tu podes adotar medidas de reversão ou de prevenção do quadro estabelecido. **Gerenciamento ou gestão ambiental**. **Gestão ambiental** para mim é um outro termo daqueles que é muito político.

Monitoramento eu acho bem técnico. Para mim, **gestão ambiental** é uma coisa bem política. O EIA/RIMA é um instrumento de **gestão ambiental** porque através dele ou até lá o ministro pode tomar uma decisão sobre um plano diretor de uma região. Isso para mim é **gestão ambiental**. É um trabalho em grande escala não específico. Já o **gerenciamento ambiental** é um trabalho em escala menor, porém específico, onde você diz que tais atividades deverão ser direcionadas para este problema. Então, o **gerenciamento** é um conjunto de medidas que visa um objetivo geralmente de recuperação ou de prevenção de um problema ambiental. **Qualidade ambiental** é a medida de quanto um ambiente, um ecossistema, uma situação até mais restrita está distante do natural, do pristino, daquela situação intocada. Quanto mais distante estiver disso, menor a **qualidade ambiental**. Eu gosto muito de um outro termo que não está aí e que tem a ver com **qualidade ambiental**, que é a integridade biótica. Até já mencionei ele. A integridade biótica por definição é quanto aquele local ou aquele ambiente ele está diferente do original. Ele tem uma integridade biótica total quando ele é igual ao original, ou seja, o conceito de integridade biótica pressupõe uma

degradação. Só pode ter integridade biótica onde ela já não existe. *Qualidade ambiental* é muito parecido com isso. É aquela medida de quanto está diferente do original. *Qualidade de vida* me parece muito uma coisa de seres humanos. *Qualidade de vida* para mim é uma medida dessa *qualidade ambiental* voltada essencialmente para os seres humanos. Nunca usei nunca ouvi falar em qualidade de vida do peixe, da borboleta.

Como se dá articulação daqui da BIOLAW com a sociedade?

Digamos que tem dois momentos de articulação da BIOLAW com a sociedade. O primeiro é quando prestamos o serviço para alguém, para um empreendedor, que está querendo um desenvolvimento. Ele é alguém que quer ganhar dinheiro, que quer montar um indústria, quer implantar uma atividade que não existe. Neste momento, existe uma interface. Nós estamos facilitando, facilitando não é a palavra. Nós estamos viabilizando ambientalmente que aquele projeto aconteça. O segundo momento é quando, como consultores de órgão ambiental, a gente auxilia nas decisões que esse órgão ambiental tem que tomar para que aquele empreendimento aconteça de maneira adequada. É um trabalho muitas vezes difícil justamente porque ele fica nesse jogo. Tu tens que defender a idéia do empreendedor, mesmo que ela tenha que ser modificada, adequada perante um órgão ambiental que muitas vezes tem sérias críticas àquele trabalho. Então é uma articulação dupla. Tu tens que pensar como empreendedor e tu tens que pensar como um órgão ambiental ao mesmo tempo e se manter imparcial nesse enfoque ambiental, dentro das questões ambientais abordadas. Durante muito tempo, esse foi o problema da profissão de consultor. O pessoal chamava de picareta. O que o sujeito está fazendo? Está defendendo o interesse do empreendedor, mas o trabalho é esse, o consultor é esse, ele tem que defender, só que ele tem que ter ferramentas, capacidade de modificar a idéia do empreendedor para que ela fique ambientalmente correta. Então, ela acontece nesses dois sentidos.

O que eu entendo por *processos naturais e processos sociais*. Os *processos naturais* eu entendo, como aqueles processos que vem de longa data, vinculados a evolução e que acontecem numa escala evolutiva para chegar na... eu vou a natureza que a natureza é hoje e numa escala, a palavra não é bem fisiológica. Um processo que acontece mais rapidamente e que propicia essa dinâmica que caracteriza qualquer interpretação ambiental. Nunca pode falar da situação com ela está agora, no ano que vem. Existe uma série de processos que

acontecem, e aí estamos falando em ciclos biogeoquímicos, reprodução de algumas espécies, ou a própria evolução de um ecossistema. Depois que um ambiente é degradado, tu tem lá uma capoeira, primeiro uma vegetação rasteira, depois uma capoeira, depois uma capoeira mais alta, uma sucessão clássica. Isso para mim é um *processo natural*. *Processo Social* eu acho que até pode extrapolar totalmente essa questão da natureza, pode ser uma coisa essencialmente humana. Eu acho que existe um vínculo entre eles quando os processos sociais interferem nos naturais. Eles não necessariamente estão vinculados. Muitas vezes eles estão vinculados, mas não necessariamente. O *processo social* pode ser uma coisa que acontece a revelia dos *processos naturais*. Um visão bem de biólogo. Eu estar respirando é um processo bem natural. Mas me parece que é possível distinguir esses dois grupos.

ENTREVISTA COM A ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL AMIGOS DA TERRA

Qual a sua função e/ou cargo na entidade?

Sou coordenadora de projetos.

Na verdade, a entidade funciona com a participação de voluntários; tem uma coordenação executiva e se mantém também pela execução de projetos. O que eu faço é encaminhar propostas de projetos a fontes financiadoras, sejam públicas, privadas, entidades financiadoras de trabalhos do meio ambiente com ONGs e executo esse trabalho, busco as pessoas, as parcerias para executar. Eu escrevo esses projetos.

Qual a tua escolaridade?

Eu sou geóloga, com mestrado em Geociências.

A quanto tempo tu trabalhas aqui?

A 01(um) ano e meio.

Quais as atividades realizadas por esta instituição?

A entidade trabalha muito com atividades voltadas para a elaboração ou influência nas políticas públicas. Então participa de uma série de conselhos, desde o CONAMA, que é o conselho nacional de meio ambiente, CONSEMA, conselho estadual, COMAM, que é o conselho municipal aqui de Porto Alegre, de meio ambiente, e trabalha em diversas atividades educativas, seja através da mídia, participando em rádio, publicando notas em jornal, como

executando palestras ou realizando seminários em parcerias, discutindo alguns temas que achamos fundamental que a opinião pública esteja informada para exercer pressão; não adianta a nossa participação nestes conselhos para influenciar nas políticas públicas. É necessário a pressão da sociedade.

Então, as atividades envolvem esclarecimento e discussão com a opinião pública; envolvem participação nesses conselhos para formulação dessas políticas públicas e envolvem, em algumas etapas, atividades de pesquisa também, por exemplo, levantamentos, como o fitosociológico da reserva do Lami ou por exemplo quando nós estamos discutindo a questão das políticas energéticas que envolve pesquisa, envolve ver quais são os impactos, envolve análise de EIA/RIMA, de grandes projetos.

Quais os principais objetivos da instituição?

Tendo como meta a preservação do meio ambiente, das fontes de vida etc, trabalhamos com participação nas políticas públicas, com o aumento da conscientização pública em torno dos problemas ambientais e das soluções e também com pesquisa e realização de projetos.

A instituição trabalha sozinha ou em parceria?

Quase sempre em parceria com pública, privada, com outra organização não-governamental.

Nós participamos de diversas redes de ONGs e trabalhamos também, em conselhos. Isso não é uma parceria; é a nossa atividade. Realizamos projetos que podem ser em parceria por exemplo, com a Universidade e com fundos públicos também.

Temos uma parceria que fizemos por esse ano que é a parceria com uma empresa privada, a Calçados BIBI. A partir da lei do terceiro setor, as empresas privadas podem destinar parte das verbas para as entidades ambientais. É uma parceria, um apoio institucional que eles nos dão. A parceria consta de avaliarmos ou estarmos presentes, discutindo os processos dessa empresa também em relação ao meio ambiente; se tem essas práticas ambientais; então, monitoramos essas práticas ambientais e damos sugestões. Essa parceria foi uma indicação do núcleo de ecojornalistas. Eles não exigiram nada além de uma adequação do estatuto a essa lei

do Terceiro Setor. É baseado em confiança no conhecimento do nosso trabalho desde 1964. Não nos exigiram nenhuma mudança nas nossas práticas. Nós fomos até lá, conhecemos todos os processos e participamos de reuniões na empresa. É um conhecimento mútuo e uma aprovação mútua das atividades de cada uma. No caso da BIBI, era um apoio institucional que eles nos davam. Era um projeto de divulgação. Nos produtos da empresa, tem uma mensagem de preservação do meio ambiente que fizemos. Nós não chegamos ainda na etapa de dar sugestões quanto ao gerenciamento ambiental da empresa até porque ele é muito bom.

***Quais os procedimentos adotados pela instituição na execução dos trabalhos?
Especifica cada um dos procedimentos.***

Num projeto de pesquisa, como esse projeto do Lami, a etapa é essa: definir o projeto, definir quem são os técnicos que vão trabalhar; se faz uma pesquisa de campo, se elabora um relatório final; é um levantamento da botânica da região. É um projeto bem específico, parceria com a universidade. Existem outros projetos de conscientização da opinião pública.

Então o que é esse projeto?

Definimos um tema, primeiro fazemos uma pesquisa extensa, e trabalhamos em parceria com as ONGs que estão envolvidas com esse tema. Faz-se reuniões, seminários e partir disso, elaboramos materiais de divulgação e distribuimos em certos lugares. Também participamos de palestras, de discussões, de seminários.

Cada um é diferente; cada um é responsável por um.

Com quais questões ambientais a entidade trabalha?

Para mim é mais fácil definir por temas. Temos um programa de florestas, que é da Mata Atlântica; dentro desse programa de florestas, se trabalha desde conservação, manejo, política pública para conservação da mata atlântica desde local, regional, nacional. Fazemos um trabalho aqui por exemplo, desde as questões urbanas em Porto Alegre, o problema da retirada de árvores até a preservação de parques estaduais, parques nacionais, faz parte da rede de ONGs da mata atlântica que é nacional...Desenvolve políticas públicas. Agora está em vistas de aprovação uma lei nacional de preservação da mata atlântica, que é fruto desse

trabalho conjunto nacional. Outro tema, por exemplo, seria de energia, desde a questão da crise energética, que ajudou a melhorar muito a questão do esclarecimento da opinião pública em termos dos impactos das fontes de energia, mas acelerou muitos processos e está se fazendo uma grande pressão política para liberar grandes empreendimentos, inclusive nucleares, empreendimentos a carvão aqui no sul do país, começamos a trabalhar com isso tanto pesquisando os impactos, acompanhando projetos de energia aqui no Rio Grande do Sul, onde temos acesso aos documentos, aos estudos de impactos ambientais, participando de audiências públicas, até pesquisando sobre fontes alternativas, sobre a política energética nacional. Está se criando uma rede latino-americana porque o problema é o mesmo na América Latina, de instalação de empreendimentos de transferência de tecnologia obsoleta para os países da América Latina no lugar de transferência de tecnologia limpa que prevê o Protocolo de Kioto. Então, estamos tendo a implementação efetiva de fontes alternativas, de biomassa, eólica, solar e lutamos por isso. Então, o tema de energia é também central e envolve os trabalhos locais, regionais, nacional. Outro tema, é a segurança química. Envolve muito a questão da poluição, envolve também a questão da legislação, tanto nacional quanto internacional de transporte de cargas perigosas, de manejo dessas cargas, de eliminação de algumas substâncias que já estão proibidas de fabricação, mas ainda não estão eliminadas, como é o caso dos poluentes orgânicos persistentes. Então existe toda uma convenção internacional para eliminação desses poluentes, mas se exige algumas atitudes e o desenvolvimento de políticas públicas locais ou nacionais para a efetiva eliminação; mas para serem implementados precisa de muita pressão. Temos uma pessoa que trabalha nesse programa acompanhando tanto as políticas internacionais como nacionais, participa também de workshops, seminários. Realizamos aqui seminários; realizamos no fórum social; realizamos outro na Assembléia legislativa em parceria com deputados sobre esse tema. Então: floresta, energia, segurança química. O outro tema que seria importante mas que agora está desativado é a questão do lixo nas cidades. É o programa terra limpa que temos, que é de conscientização para que as pessoas reduzam, reutilizem e reciclem ou separem corretamente o seu lixo doméstico porque já temos coleta seletiva em Porto Alegre, mas o potencial de separação desse lixo é muito maior; se as pessoas colaborassem efetivamente poderiam ser gerados mais empregos e reduzir a necessidade de áreas para a destinação final desse lixo; o impacto tanto social quanto ambiental poderia ser bem minimizado.

Como se dá a articulação de sua instituição com a sociedade?

Através da participação nesses conselhos; esses conselhos são multi-institucionais

Ali temos uma relação tanto com órgãos de governo, setor privado, ONGs e também instituições de ensino e pesquisa como universidades; é um fórum muito bom para fazer articulações e parcerias. Em relação as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, nós participamos de diversas redes como da mata Atlântica, da rios vivos, rede Brasil, que é de instituições financeiras; então ali estão envolvidos vários atores sociais; instituições de ensino e pesquisa, ONGs e movimentos sociais; desde movimentos atingidos por barragens, que estão dentro da discussão de energia também.

Então tem essa vertente de articulação de tentar interferir na legislação, que também é uma outra forma de participação, de articulação com a sociedade.

Eu acho que nessa participação nas políticas públicas e na definição de leis, isso se dá através dos conselhos, mas, quando levamos para o conselho alguma coisa, estamos representando uma parte da sociedade civil. Dependemos das articulações com os movimentos sociais para levar essas demandas. Com as universidades é uma parceria informal. Temos muito acesso a pesquisadores até para embasar nosso trabalho de educação. Com as empresas é uma coisa nova. É a primeira vez que temos uma parceria com uma empresa privada. Tivemos alguns projetos financiados pelo setor privado. O Unibanco ecologia, tinha um projeto de conscientização sobre o problema do arroio dilúvio, para as pessoas não colocarem lixo nesse arroio. As parcerias com as empresas privadas são poucas.

Qual é a tua interpretação sobre os seguintes conceitos:

Meio ambiente, natureza, recurso natural, conservação, preservação, degradação, poluição, monitoramento, gerenciamento e/ou gestão e qualidade ambiental

Acho que vai ser uma coisa muito pessoal. ***Meio ambiente*** é onde nós, seres humanos ou qualquer outro ser vivo, estão inseridos. É desde o teu local de trabalho, até a tua casa, o teu quintal, até a região onde tu vives, até o planeta todo. É então, aquilo que nos circunda, onde a gente está em contato, em todos os níveis, do local ao global.

Natureza é a fonte de vida de todos, para todo o planeta e dependemos não como recurso, mas para manter o que chamamos de qualidade de vida, o que chamamos de conforto, o que chamamos de bem estar, o que chamamos de paz de espírito. Dependemos muito da *natureza* para isso; não é um recurso a ser utilizado para produzir algum bem; precisamos dela; ela tem que estar lá para podermos ter essa paz de espírito que é uma das necessidades básicas de sobrevivência. Então a *natureza* é fundamental para o equilíbrio da vida.

Recurso natural é um termo que não gostamos.

Até se não concordares com algum desses termos, podés dizer.

O que pensamos é que muitas vezes o termo *recurso natural*...porque recurso pode ser um recurso para produção de capital, pode ser recurso natural, produzido ou o que for,mas quando a gente se refere a *natureza* como *recurso natural*, a gente tá restringindo muito e vendo ela como uma mercadoria, o que é um risco muito grande. Por exemplo, vemos as bacias hidrográficas como um *recurso natural* para produção de energia, para o consumo de água, para colocação de dejetos, diluição de dejetos. A importância de se manter uma bacia não é só para os usos que a humanidade vai fazer dela como recurso de produção ou de produção de capital; é importante manter o rio vivo para ter a diversidade não só para aquilo que tu vais pescar, mas para que aquela bacia toda esteja realmente viva e funcionando, integrada. Eu não gosto do termo *recurso natural*; acho que recurso para a produção de capital é qualquer recurso.

Conservação e preservação ambiental, poderia fazer a diferença. *Conservação* é a que tu manténs intacta, mantém sítios intactos porque isso é tanto para a nossa geração como para as gerações futuras, como para o desenvolvimento tecnológico da humanidade é importante que se tenha a preservação. Nos EUA não se tem mais rios que não estejam retificados ou que não tenham barragens, então, hoje em dia eles querem destruir algumas barragens, mas não sabem o que vai acontecer porque eles não tem nenhum modelo natural de rio para se basear. A *conservação* do estado nativo, natural seja de uma floresta, seja de uma bacia hidrográfica é muito importante para essas gerações, para as futuras e para isso, para a humanidade ter essa noção de onde viemos para onde vamos e para desenvolver essas tecnologias a partir disso. Já *preservação ambiental* eu entendo que é tentar conservar o máximo possível os *recursos*

naturais, mas não que não se possa fazer utilização ou que não se possa, por exemplo assim, a preservação ambiental num parque, numa estação ecológica, não implica em que as pessoas não possam viver dentro desse local, não implica que as pessoas não possam se relacionar com a natureza, inclusive extrair frutos, extrair madeiras de forma sustentável. Depende do manejo, mas não implica na não-utilização enquanto que a **conservação** eu acho que é conservar intacta.

Degradação ambiental é produzida pelos diversos usos antrópicos, pelo homem do meio ambiente e ela pode vir de diversas formas e das mais diversas atividades, seja no ar, na água etc. Acho que não tem muito conceito, acho que é meio óbvio.

Eu acho que é isso: vem da relação do homem com a natureza sem o devido respeito e sem essa visão de longo prazo, sem essa visão de interdependência que o homem deve ter a consciência quando lidando com o meio ambiente.

Poluição já é uma coisa mais química. Já é causada pelas diversas formas de disposição de rejeitos na natureza, sejam resíduos industriais na água, sejam emissões atmosféricas das indústrias no ar, seja disposição de resíduos sólidos industriais ou domésticos. A **poluição** já é mais química; uma alteração química desses elementos, seja a água, solo, ar...

O **monitoramento ambiental** é uma avaliação periódica das condições do meio ambiente, seja monitoramento do ar, seja monitoramento da água e que é necessário para se ter assim uma visão da evolução histórica da qualidade desses meios.

É extremamente importante para não só ver como foi a uns tempos atrás e quais as influências da inserção de alguma fontes poluentes ou não mas principalmente para se prever o futuro ou para se tomar ações futuras que possam ser modeladas ou previstas mesmo. Então, se já se sabe o histórico da evolução da qualidade daquela água, se sabe que medidas se devem ser tomadas agora e que reflexos elas vão ter no futuro a partir dessas séries históricas de **monitoramento**, ainda mais agora que existem muitos métodos, modelos computacionais etc. **Gerenciamento ou gestão ambiental**. Eu tinha um professor que dizia assim: **gerenciamento** se resume a ter uma pequena quantidade de recursos para uma grande quantidade de problemas. Então, priorizar a aplicação desses recursos para conseguir

solucionar o máximo de problemas para a melhoria de uma *qualidade ambiental*. *Gerenciamento* é basicamente isso: é tu elencar e priorizar as ações que são necessárias para se fazer para uma melhoria ambiental, porque se quiséssemos fazer tudo, não teríamos como. O *gerenciamento* é realmente pragmático, não é só um diagnóstico para se ver quais são os problemas ou uma idealização do que seriam as soluções para os problemas, mas o principal do *gerenciamento* é elencar as prioridades e ver como aplicar de forma mais eficiente os recursos, o capital que seja, para tu solucionar esses problemas. Por exemplo, numa bacia, tu tens diversas fontes de poluição mas a partir desses modelos, a partir do *monitoramento*, tu sabes qual delas, qual dessas fontes que realmente está causando mais impacto ou se são elas em conjunto. Então, tu podes aplicar o teu recurso aqui ou ali e ter um melhor resultado.

A *qualidade ambiental* muitas vezes tem se resumido em qualidade da água que bebemos, do ar que respiramos, daquilo que consumimos, dos alimentos que consumimos. Mas a *qualidade ambiental* depende do equilíbrio todo da natureza no entorno para que possamos viver de forma equilibrada também. Então, não se resume aos compartimentos do meio ambiente, mas ao todo. E outra coisa que eu queria dizer na *qualidade ambiental*. Tem um conceito que é um mais ou menos novo, que é linha de dignidade. Existem muitos índices, por exemplo, tem o índice da pobreza. As pessoas estão acima ou abaixo do índice da pobreza porque ganham tanto. Então *qualidade ambiental* tem que ser incluída nesses índices. Tem uma proposta que é a formação de uma linha da dignidade, que envolve tanto quanto a pessoa ganha, quanto ela consome de espaço ambiental, quanto que ela tem acesso ou não só a *qualidade ambiental* como também ao lazer, à participação, ao quanto ela pode participar no destino da sua própria comunidade até nessas políticas públicas ou que ela tenha acesso a informação, então são coisas que têm que estar inseridas também na *qualidade ambiental*.

Eu acho que a *qualidade ambiental*, como o *meio ambiente*, é como o homem se relaciona com o todo, é o ambiente no qual ele se relaciona, não inclui só a qualidade da água, do ar etc., mas inclui a relação dele com as pessoas no seu entorno, essa capacidade de participação, o lazer que ele vai ter. Então a *qualidade ambiental* depende de um bom relacionamento com o seu entorno.

Qual a relação existente entre qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade de produção?

Eu acho que é aquilo que eu disse. A ***qualidade ambiental***, apesar de ser muitas vezes definida como a qualidade de alguns compartimentos do meio ambiente, seja a água, o ar etc., eu acredito que a ***qualidade ambiental*** estaria, no meu ponto de vista, mais relacionada à ***qualidade de vida*** mesmo da pessoa, e isso incluindo a forma como ela se relaciona tanto com o meio ambiente como com as outras pessoas. A ***qualidade de produção***, apesar de ser medida pelo preço, pelo valor agregado do produto etc. Além dela ter que considerar também os seus impactos ambientais, da produção de certo bem, se realmente esses preços refletissem os custos ambientais que estão agregados ali, ela teria também que considerar a qualidade de vida das pessoas que trabalham para essa produção. Não só a questão de saúde ocupacional, mas de bem-estar do trabalhador, de relacionamento humano envolvido nessa produção.

E a última: o que voce entende por processos naturais e processos sociais?

Eu sou geóloga, então eu acho que esses ***processos naturais*** são regidos por leis físicas, termodinâmicas etc. e que todos os ***processos naturais*** envolvendo a vida no planeta são dependentes da energia do sol, das transformações que acontecem por aí. Então, eu entendo por ***processos naturais*** a forma como se comporta a natureza, todos os ***processos naturais*** estão traduzidos na evolução da natureza e que tem um equilíbrio muito frágil, que pode ser sempre alterado pelas ações do homem. Quanto a ***processos sociais***, as pessoas tendo ou não uma consciência política ou da influência política que elas exercem nas suas atividades no dia-a-dia, sejam elas coletivas ou individuais, sejam elas atividades no trabalho, sejam em associações, sejam se informando da política nacional e internacional, é a forma como se dão essas relações que é o ***processo social*** e que tem diversas manifestações bastante curiosas; quando aumenta a consciência das pessoas e aumenta a participação e vice-versa, quanto mais a gente participa e sabe dos problemas e soluções encontradas por outras pessoas ou em outras comunidades, a gente começa a se envolver mais e isso cria movimentos muito fortes. Então, dentro desse ***processo social***, tem movimentos, sejam de resistência ou movimentos pró-ativos propositivos tem tido bastante influência, pelo menos no nosso cenário político nacional.

A última coisa, para eu entender: no processo natural estás tirando fora o homem?

Sim, porque eu acredito que o homem inserido na natureza, ele tem essa capacidade de transformação, de influência, de construir, de interferir, de colocar coisas novas e de modificar esse equilíbrio instável, frágil da natureza. Acho que o homem não está nos ***processos naturais***; ele faz parte como ser humano, consome energia solar, alimentos, etc. mas não se relaciona de uma forma natural com o seu meu ambiente, ele está sempre inserindo coisas novas, propondo modificações e, assim gerando impactos.